

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

RODRIGO DIEGO QUOOS

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM RONDÔNIA: A ASSOCIAÇÃO DOS
PRODUTORES ALTERNATIVOS DE OURO PRETO DO OESTE

Porto Alegre

2010

RODRIGO DIEGO QUOOS

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM RONDÔNIA: A ASSOCIAÇÃO DOS
PRODUTORES ALTERNATIVOS DE OURO PRETO DO OESTE

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Kessler Dal Sóglio

Série PGDR – Dissertação nº 117

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Q9s

Quoos, Rodrigo Diego

Transição agroecológica em Rondônia : a Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste / Rodrigo Diego Quoos . – Porto Alegre, 2010.

147 f. : il.

Orientador: Fabio Kessler dal Sóglio.

(Série PGDR – Dissertação, n. 117).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

1. Agroecologia : Amazônia : Rondônia. 2. Associativismo ecológico : Inovação : Rondônia. 3. Desenvolvimento sustentável : Rondônia. I. Dal Sóglio, Fabio Kessler. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. IV. Título.

CDU 502.15

RODRIGO DIEGO QUOOS

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM RONDÔNIA: A ASSOCIAÇÃO DOS
PRODUTORES ALTERNATIVOS DE OURO PRETO DO OESTE

Dissertação submetida ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de março de 2010.

Prof. Dr. Fábio Kessler Dal Sóglio - Orientador

UFRGS

Prof. Dr. José Antônio Costabeber

UFSM

Prof. Dr. Sérgio Schneider

UFRGS

Profa Dra. Flávia Charão Marques

UFRGS

*Aos camponeses que deixaram suas terras
para acreditar que um futuro novo era possível
através da agricultura ecológica em Rondônia.
Dedico este trabalho aos fundadores da APA*

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Cirio Miguel Quoos, por aqueles acampamentos e pescarias pelo Vale do Rio Pardo, que me fizeram ser um apaixonado pela natureza.

A minha mãe Silvia Beatriz Solf Quoos que com muita determinação aguentou firme nas mais difíceis batalhas e conseguiu dar a minha formação: caráter e coragem.

Ao meu brilhante irmão João Henrique Quoos.

À minha adorável irmã Sabrina Beatriz Quoos.

Aquela que representa o futuro dos sonhos mais lindos e a união de laços familiares, minha amada irmã Bruna Gabriela Quoos.

À minha companheira desta e demais batalhas vindouras nessa jornada terráquea, apesar das indas e vindas constantes nesta galáxia, Liege Medianeira Gehm.

À minha família em Santa Cruz do Sul, Vó Luci, Fabiano e Luciana.

Aos amigos e colaboradores do Instituto Federal de Rondônia, campus Ji-Paraná que me auxiliaram durante este período, em especial à Lediane Felzke e Jania de Paula.

Aos guerreiros do Apocalipse, santacruzenses e grandes amigos em especial Carlos Bencke e Marcelo de Godoi.

Aos colegas e amigos de PGDR, em especial ao Rafael Gehrke, a Josiane Wedig, Otávio Deves, Patricia Binkowski e Amanda Guareschi.

Ao amigo sociólogo Ederson Antunes pelas dicas de como sobreviver em Porto Alegre e a professora e socióloga Liane Preuss pela acolhida e ajuda na revisão do texto.

A equipe do PLAGEDER e da DERAD 008 pela oportunidade de conhecer profissionais dedicados e empenhados naquilo que fazem em especial Eliane Sanguiné, Tânia Cruz, Rumi Kubo, Ana Godoy, Daniela Pacífico, Lorena Fleury, Claudio Machado e Francis dos Santos.

Ao amigo e técnico florestal de Urupá: Ronivon Pomaroli Leles.

Ao grande incentivador da Agroecologia no estado de Rondônia, Antonio Deusemínio de Almeida.

In Memoriam de Luiz Ferreira Castil Filho falecido em um trágico acidente no município de Ouro Preto do Oeste.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me proporcionar uma educação pública de qualidade e por contar com um programa de assistência estudantil, primordial para conseguir me manter em Porto Alegre.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo período de bolsa concedido.

Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural e a todos seus professores e funcionários pela ótima acolhida e aprendizado.

Ao grande professor, que me inspirou a continuar com a idéia de estudar uma região tão distante do Rio Grande do Sul, e que me apoiou nas decisões mais importantes da minha vida. E que acima de tudo se manteve combativo e disposto a ensinar: Fabio Kessler Dal Sóglio, que foi meu guia durante esta curta, mas grandiosa etapa.

RESUMO

A colonização da fronteira agrícola amazônica no estado de Rondônia foi acelerada nas décadas de 1960 e 1970. Este movimento favoreceu a consolidação da modernização da agricultura, processo pelo qual passava o sul e o sudeste do país. A agricultura praticada por milhares de migrantes, consistiu em derrubar e queimar a floresta que existia, deixando a região com um grande passivo ambiental em decorrência das práticas predatórias. Os movimentos sociais rurais juntamente com o apoio da igreja católica inseriram nas comunidades o debate da diversificação produtiva como alternativa ao sistema de monocultivos que se implantava na região. Com este cenário foi criada a Associação dos Produtores Alternativos em Ouro Preto do Oeste, que teve um trabalho diferenciado para a promoção da agricultura familiar e ecológica dentro do estado, vindo a encerrar as atividades em 2007. Utilizando-se do arcabouço teórico-metodológico da Perspectiva Orientada aos Atores este trabalho apresenta a problemática da agricultura na região amazônica numa perspectiva de construção da transição agroecológica para o estado de Rondônia. Procurou-se resgatar a dinâmica de colonização da região central do estado de Rondônia e o histórico de ação da APA, identificando as mudanças nas práticas e sistemas de produção dos modelos de agricultura, construindo uma análise para as políticas públicas de desenvolvimento rural socioambiental em voga. Para isso fez-se uso de técnicas de coletas de dados com entrevistas semi-estruturadas, da observação livre e do diário de campo. A análise dos dados coletados apontou para a consolidação de uma agricultura ecológica na região, sobretudo aquela encontrada no campesinato que tem por principal característica a resistência aos Impérios Alimentares. Conclui-se também que políticas públicas como o PAA, PRONAF, PAIS e PROAMBIENTE, agem de maneira diferenciada a partir da tomada de consciência e disputa pelo poder dos atores.

Palavras-chave: Agroecologia. Rondônia. APA. Perspectiva orientada ao ator.

ABSTRACT

The colonization of the agricultural frontier in the Amazonian state of Rondônia was accelerated in the years 1960s and 1970s. This movement encouraged the consolidation of the modernization of agriculture, a process observed in south and southeast of Brazil. The agriculture practiced by thousands of migrants, consisted of cutting down and burning the forest that existed, leaving the region with a large environmental passive as a result of predation practices. The rural social movements along with the support of the Catholic Church inserted in the communities debate diversification of production as an alternative to the system of monocultures, which was implanted in the region. Under this scenario was created the Association of Alternative Producers in Ouro Preto do Oeste, who had a unique work to promote family farming and ecological within the state, that has been shut down in 2007. Using the theoretical and methodological Actor Oriented Perspective this paper presents the problems of agriculture in the Amazon region with a view to building the agroecological transition to the state of Rondônia. We tried to rescue the dynamics of colonization of the central region of Rondônia State and the history of action of APA, identifying changes in agricultural practices and production systems in models of agriculture, building an analysis for public policy environmental development in vogue. For this was made use of techniques data collection with semi-structured interviews, free observation, and the field notes. The analysis of the collected data pointed to the consolidation of ecological agriculture in the region especially that found in the peasantry whose main characteristic is this resistance to empires Food. It also appears that public policies such as PAA, PRONAF, PAIS and PROAMBIENTE, act differently from the awareness and power struggles of the actors.

Keywords: Agroecology. Rondônia. APA. Actor-oriented perspective.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da região de estudo (destaque em cinza).	19
Figura 2 - Sede da Apa fechada em agosto de 2009	55
Figura 3 - Via de acesso a propriedades de ex-associado da Apa	60
Figura 4 - Visita do presidente da república ao Assentamento Palmares em Nova União.....	62
Figura 5 - Abertura de novas áreas com derrubada sem queima	81
Figura 6 - Secagem e limpeza das variedades de feijão	82
Figura 7 - Plantio de arroz de sequeiro em Vale do Paraíso.....	83
Figura 8 - Plantio de amendoim com cobertura morta	84
Figura 9 - Consórcio agroflorestal Teca x Café.....	85
Figura 10 - Consórcios Agroflorestais: Bandarra x Café	86
Figura 11 - A utilização dos recursos florestais da região.....	86
Figura 12 - Madeira de cedro usada para a confecção de caixas de abelha.....	87
Figura 13 - Viveiros particulares para produção de mudas de pupunha.....	88
Figura 14 - Rebanho bovino de um entrevistado no município de Ouro Preto do Oeste	91
Figura 15 - Criação de búfalos em Nova União.	92
Figura 16 - Agricultor com seu papagaio em Urupá	94
Figura 17 - Criação de animais silvestres nas propriedades visitadas	95
Figura 18 - Armazenamento do excedente da produção de feijão em Nova União	100
Figura 19 - As sementes pré-germinadas de castanheira em Mirante da Serra	101
Figura 20 - Abertura de novas áreas para agricultura tradicional em Nova União.....	103
Figura 21 - Produção de Alimentos para entrega na CONAB via PAA.....	105
Figura 22 - Produção de Cará em Urupá para comercialização direta via PAA.....	107
Figura 23 - Horta PAIS instalada em Urupá.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos Núcleos Familiares.....	75
Quadro 2 - Festas das Comunidades.....	76
Quadro 3 - Práticas Agroecológicas encontradas na região em estudo	79
Quadro 4 - Principais alimentos produzidos e comprados para a propriedade.....	83
Quadro 5 - Espécies florestais mais encontradas nas propriedades visitadas.....	89
Quadro 6 - Conhecimento tradicional sobre algumas espécies florestais na região	90
Quadro 7 - Principias espécies silvestres que reapareceram na região em estudo.....	95
Quadro 8 - Representatividade de atores do Território Central de Rondônia	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O acesso a água nas propriedades dos entrevistados	73
Tabela 2 - Prestação de ATER aos entrevistados da Apa em 2009.....	97
Tabela 3 - A confiança no Associativismo	102

LISTA DE SIGLAS

ABEEF - Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
ALTER-ECO - Associação Francesa de Comércio Justo
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
APAFLORA - Associação dos Produtores Alternativos (Nome comercial adotado pela APA)
APEFAIJIP - Associação Promocional da Escola Família Agrícola Itapirema de Ji-Paraná
BASA - Banco da Amazônia Sociedade Anônima
CEPLAC - Comissão Executiva para a Lavoura Cacaueira
CENTRER - Centro de Treinamento da Emater/RO
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERVIDA - Cooperativa Mista Central de Produtores Rurais para o Desenvolvimento Sustentável
COOCARAM - Cooperativa de Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EFA - Escola Família Agrícola
EMATER/RO - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FETAGRO - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IPHAE - Instituto para o Homem, Agricultura e Ecologia
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PDA - Projetos Demonstrativos Alternativos

POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROAMBIENTE - Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural

PT - Partido dos Trabalhadores

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RECA - Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado

SUDHEVEA - Superintendência para a Borracha

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto do Oeste

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEAP/PR - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República

CONVENÇÕES

Os trechos em *itálico* representam falas, palavras e expressões dos interlocutores da pesquisa.

A lista de figuras é composta por fotografias do trabalho de campo e de parte do acervo do autor.

Todas as fotografias foram autorizadas pelos agricultores e agricultoras.

As citações e trechos das entrevistas foram consentidas desde que não citados nomes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 A CRISE DA MODERNIDADE	23
2.2 UMA PERSPECTIVA ORIENTADA AOS ATORES	26
2.3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA	29
2.4 A COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA	34
2.5 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	36
2.6 A ERA DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA	38
2.7 O DESAFIO FRENTE À INDÚSTRIA DA PECUÁRIA	40
3 O ASSOCIATISMO ECOLÓGICO EM RONDÔNIA	43
3.1 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA APA	43
3.2 O PAPEL DO SINDICALISMO RURAL	48
3.3 SOBRE A CONSTITUIÇÃO E AS AÇÕES DA APA	49
3.4 O FECHAMENTO DA ASSOCIAÇÃO	54
3.4 MEDIAÇÃO SOCIAL E A DISPUTA PELO PODER	60
4 A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA	68
4.1 OS ATORES ECOLÓGICOS	68
4.2 CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO	77
4.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	96
4.4 A INOVAÇÃO ECOLÓGICA	98
4.5 OS ATORES INSTITUCIONAIS	104
4.6 O NOVO DE NOVO?	120
4.7 A ANÁLISE ORIENTADA AOS ATORES:	125
5 CONCLUSÕES	135
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A – Questionário utilizado no estudo	145

1 INTRODUÇÃO

Em Outubro de 2006 estava cursando o último semestre de Engenharia Florestal na Universidade Federal de Santa Maria/RS e fui realizar meu estágio curricular obrigatório na Associação dos Produtores Alternativos (APA). Naquela época sabia apenas que era uma associação de agricultores ecológicos do estado de Rondônia. Chamava a minha atenção o fato dela ser comentada, sobretudo entre os movimentos sociais e que possuía diversas ações em prol da agricultura familiar com Sistemas Agroflorestais. Naquele período, participava do Núcleo de Coordenação Política da ABEEF e minha aproximação com a região amazônica era evidente. Discutíamos então o Programa Nacional de Florestas Públicas e um contato in loco era necessário.

Era também o período da reeleição do então presidente Lula, muitos cabos eleitorais e figuras políticas pareciam estar dispostos a apoiar o que parecia uma loucura. Meu único ponto de referência à época era o engenheiro florestal Jeison Tiago Alflen, que trabalhava no IBAMA de Ji-Paraná e em contato com um dos fundadores da APA, Valmir e o gerente de vendas Lindomar Ventura do Santos intermediariam minha ida até Ouro Preto do Oeste.

Os frutos daquele trabalho ficaram no meu relatório de estágio, defendido em fevereiro de 2007 na UFSM, auditório lotado de futuros engenheiros florestais, curiosos para descobrir o que o ocorria naquela região distante mais de 3500 km. Em abril de 2007, voltei a Rondônia e, militei junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia em Candeias do Jamari, e, a partir dali, comecei a manter um contato maior com a Via Campesina do estado e conseqüentemente com a associação, inclusive, auxiliando em serviços e na criação de projetos. Uma das principais ações em que me envolvi, na época, foi com o Proambiente, que me levou ao mestrado em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A aproximação com a APA, porém, trouxe-me a Ouro Preto do Oeste no mês seguinte, onde minhas sensações e conversas com os diretores, na época, não passavam um cenário positivo do que poderia acontecer. Após conversas e pedidos de apoio às diversas instituições que já haviam trabalhado com a associação, um ciclo de 15 anos de atividade iria terminar e ainda naquele primeiro semestre a APA decretaria o encerramento de suas atividades.

Meu interesse, agora, estava em investigar o que acontecera com aqueles agricultores. Como continuaria a produção agroecológica naquela região? E os agricultores que a constituíam passariam a atuar de que maneira? Formariam um grupo independente? Ficariam

sem representação? Procurariam outros canais de comercialização? E a assistência técnica e todo o apoio institucional conquistado ao longo da história? Estes fatores teriam levado os ex-associados a buscarem novas estratégias de produção e comercialização?

Em Rondônia a colonização foi promovida por colonos de diversos estados do Brasil, configurando a região numa grande diversidade de espaços rurais. Entretanto, a mesma entra no século 21 permeada de contrastes, seja representada por uma agricultura empresarial, com grandes fazendas criadoras de gado ou pela agricultura com base na mão de obra familiar. A construção de uma perspectiva de transição agroecológica em Rondônia, e de uma discussão apoiada nas teorias sobre a disputa pelo poder em associações ecológicas e do campo da mediação social em projetos de desenvolvimento rural, aponta as saídas que o campesinato amazônico apresenta na contemporaneidade.

Assim o pano de fundo deste estudo de caso é a história da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, contada por quem fez parte do processo e esteve presente nestes 15 de anos atuação. Recorro aos escritos de Jan Dowve van der Ploeg, que contemporizam a agricultura no limiar do século XXI, e para ele neste período ainda podemos encontrar diversas formas de representação do campesinato, sendo que uma delas é justamente a dos agricultores que praticam a agricultura com base em princípios ecológicos. O campesinato também oferece perspectivas e soluções promissoras, embora ainda quase ocultas.

Alguns autores realizaram trabalhos sobre a APA, e destaco aqui os realizados por Oliveira (2001) e Sarmiento (2008). No entanto, em função da natureza complexa e da dinâmica do espaço rural, determinadas pelos componentes sociais, econômicos, climáticos e tecnológicos, o estudo da associação através de uma abordagem sobre o desenvolvimento rural fez-se necessário e é o que pretendo contribuir com esta dissertação.

A significância de um estudo pode ser demonstrada indicando sua contribuição para a construção do conhecimento e sua utilidade para a prática profissional e para a formulação de políticas públicas. A adoção da pesquisa qualitativa, que considera o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995).

O emprego da entrevista para mapear e compreender o mundo da vida dos entrevistados foi o ponto de saída para compreender as narrativas dos atores em relação as suas observações. A observação livre foi utilizada para colocar em relevo a existência de

algum ou outro objeto específico do fenômeno em estudo. Para tal foram utilizadas as anotações de campo, com as observações e reflexões sobre expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as, primeiro, e fazendo comentários críticos, em seguida, sobre as mesmas.

O público-alvo foi definido pelo grau de representatividade quanto a sua participação na Associação dos Produtores Alternativos com sede em Ouro Preto do Oeste. Destaco que para isso foi fundamental o envolvimento anterior do pesquisador com a entidade, desde a época de estagiário em 2006, até a ação como extensionista no ano de 2007. Isto facilitou a procura de ex-diretores e ex-presidentes da Associação, bem como ex-associados, a fim de contribuir com a coleta de dados.

Para confecção deste trabalho, foram realizadas 25 entrevistas (APÊNDICE A) no período de Abril a Agosto de 2009. A gravação das mesmas foi feita com aparelho Mp4 Vision da Dynacom, o que totalizou 26,5 horas de gravação. O trabalho também contou com auxílio de motocicleta Honda CG 150 para deslocamento até as propriedades dos entrevistados, e máquina fotográfica SONY 7.0 mega pixels.

Além das entrevistas, também foram realizadas visitas aos sistemas implantados na propriedade, buscando evidências e situações *in loco* da transição de sistemas baseados na agricultura tradicional para sistemas agroecológicos. Este trabalho percorreu os municípios de Ouro Preto do Oeste, Vale do Paraíso, Urupá, Mirante da Serra e Nova União em Rondônia.

Há alguns anos atrás, mais precisamente entre 2006 e 2007, quando visitei Rondônia pela primeira vez, lembro como se fosse hoje a minha reação como jovem recém formado, da imensidão de paisagens e sonhos que o oeste brasileiro me trazia. Recordo que naquele ano de 2007, durante o verão em Rondônia, não conseguia ver o sol, apenas uma mancha laranja no horizonte, à noite a lua aparecia desbotada através da fumaça que cobria a região. O tempo foi passando e a curiosidade aumentando, até que conseguisse perceber além dos efeitos das queimadas, percebia ali os frutos de um modelo de agricultura, que estaria na minha concepção sendo o principal causador daquela situação.

Venho ao ano de 2009 e mais uma vez estamos no verão, desta vou sair para coletar meus dados para a pesquisa do mestrado. Algo já chama a atenção no ar, o sol parece tão mais ardido que outrora, nas rádios e na televisão ouço anúncios esperançosos: Rondônia diminui taxas de queimadas em 80% (RONDÔNIA, 2009). Para um engenheiro florestal, criado e formado no estado mais meridional do Brasil, isso representava muito mais do que números, isso mostrava também que algo estava sendo feito de diferente na agricultura da região.

E com esta nova configuração parti para a pesquisa *in loco*, porém ainda receoso sobre a reação daqueles agricultores que formavam a Apa. Qual será a reação deles ao saber que eu estava ali pra investigar sobre a Associação que durante tanto tempo eles tiveram orgulho de representar? Será que alguém não me receberia? Teria eu deixado uma boa lembrança daqueles meses de estagiário e que muito aprendi com eles? Como eu me portaria na ocasião de agora ser eu o pesquisador? Essas e muitas dúvidas rodeavam meu pensamento naquele momento, mas tinha plena convicção de que os frutos que eles haviam plantado estavam em todo ar, era visível que alguma coisa diferente acontecera, pois a fumaça já não cobria tudo.

O Estado de Rondônia está localizado na parte oeste da região Norte do Brasil, com uma extensão de 238.512 Km², correspondendo a 6,79% da região e a 2,86% do Território Nacional. Situa-se entre as coordenadas geográficas de 7°50' e 13°43' de latitude sul e 66°48' e 59°50' a oeste de Greenwich (longitude), em área abrangida pela Amazônia Ocidental. O Estado limita-se ao norte e nordeste com o Amazonas, a leste e sudeste com o Mato Grosso, a oeste com a Bolívia e a noroeste com o Acre.

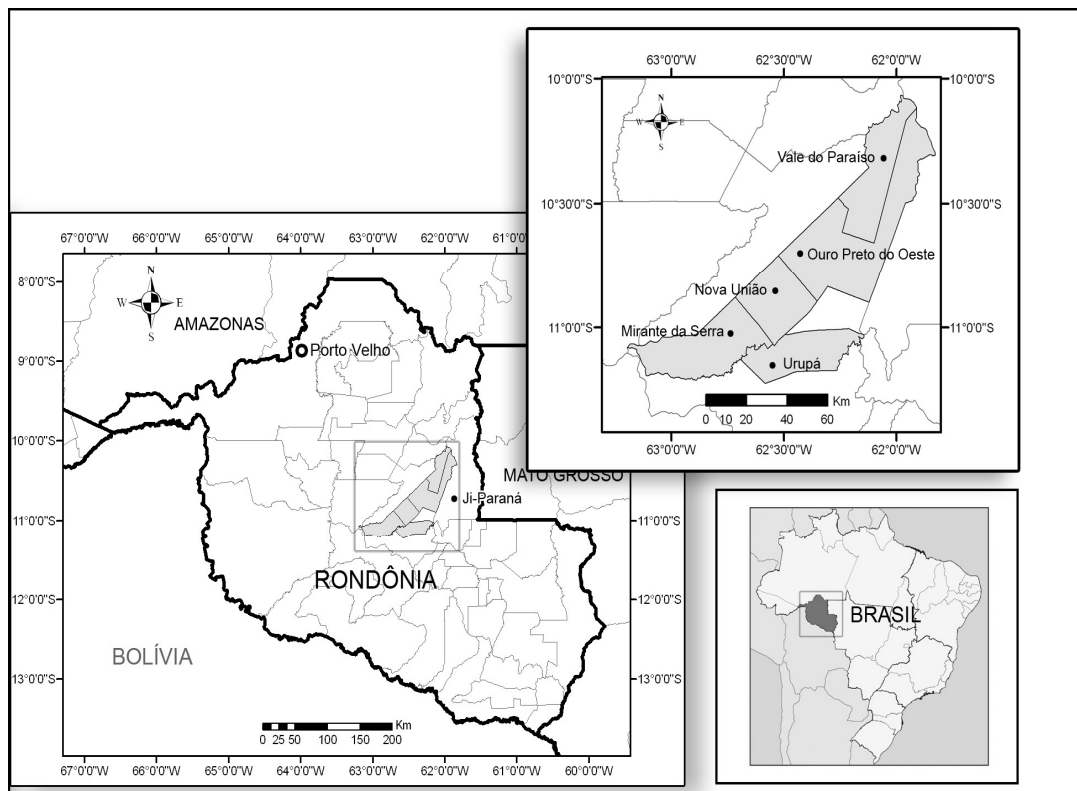


Figura 1 - Localização da região de estudo (destaque em cinza)

Fonte: Adaptada pelo autor.

O estado apresenta uma população estimada em 1.379.789 habitantes com densidade demográfica de 5,8 habitantes/Km². A região de estudo foi a de Ouro Preto do Oeste, localizada na região Centro-Oeste do Estado de Rondônia. A região de Ouro Preto do Oeste é formada pelos municípios de Ouro Preto do Oeste, Nova União, Mirante da Serra, Vale do Paraíso, Teixeiraópolis e Urupá.

O clima da região de Ouro Preto do Oeste corresponde ao Equatorial quente e úmido. Segundo a classificação internacional de Köppen, o clima é do tipo Aw, isto é, tropical chuvoso, com estação seca definida. Por estar no reverso da encosta setentrional do planalto brasileiro, recebe influências das massas de ar do Brasil central, que por sua vez influencia na dinâmica das chuvas.

A temperatura média anual está em torno dos 25°C e o índice pluviométrico varia de 1.500 mm a 2.000 mm. O período chuvoso ocorre de outubro a abril e, o período mais seco em junho, julho e agosto. Os meses de maio e setembro são considerados de transição. A média anual de temperatura do ar varia entre 24° C a 26° C, com temperatura máxima entre 30° C a 34° C (de junho a agosto) e, a mínima oscilando entre 17° C a 23° C (novembro a abril). A média anual da umidade relativa do ar varia de 80% a 90% no verão e em torno de 75% nos meses mais frio (RONDÔNIA, 2005).

Os solos encontrados na região de estudo são na grande parte compostos por latossolos. Os latossolos são solos bem intemperizados, ou seja, bem desenvolvidos: solos profundos (de um a dois metros) ou muito profundos (mais de dois metros), bem drenados, pouca diversificação de cor e textura, apresentam maiores resistência aos processos erosivos e, no geral, são solos com baixa fertilidade sendo necessária correção e adubação, exceto o latossolo vermelho com fertilidade natural entre média e alta.

O relevo da região de Ouro Preto do Oeste é constituído predominantemente sobre rochas do embasamento cristalino, com altitude média variando entre os 200 a 300 metros, sendo que há pontos ondulados e fortemente ondulados. A aptidão agrícola natural do solo é, genericamente, restrita para mecanização excessiva. Contudo, o que se apresenta é sua pesada utilização no agropastoreio. Há limitações nas áreas de relevo fortemente ondulado, principalmente devido à alta declividade da topografia e ao alto teor de alumínio nos solos, pois sobre estes solos foram implantados os projetos integrados de colonização (PIC) e assentamentos de reforma agrária do Território nas décadas de 70 a 90. As terras de boa e média fertilidade natural estão localizadas nas grandes propriedades (fazendas de exploração extensiva de gado de corte) e mais recentemente em alguns projetos de assentamento de reforma agrária.

A vegetação no Estado de Rondônia é reconhecida pela grande biodiversidade de espécies. Isto se deve ao fato de ser uma área de transição entre o Cerrado Matogrossense e a Floresta Amazônica, sendo, portanto, considerada uma área que congrega três importantes biomas: Floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado.

O tipo de floresta dominante no Estado é a Floresta Ombrófila Aberta (abrangendo cerca de 55% da área total da vegetação). Este tipo de vegetação caracteriza-se pela descontinuidade do dossel, permitindo que a luz solar alcance o sub-bosque, favorecendo a sua regeneração. Os troncos apresentam-se mais espaçados no estrato mais alto, que atinge cerca de 30 m de altura. Naturalmente, ocorre a presença de palmeiras como o babaçu (*Orbignya ssp*), o patauá (*Jessenia bataua*). As espécies arbóreas de interesse comercial são: mogno (*Swietenia macrophylla*), o cedro (*Cedrella odorata*), a cerejeira (*Torresia acreana*), maçaranduba (*Manikara amazonica*), Angelim pedra (*Dinizia excelsa*), castanheira do Pará (*Bertolletia excelsa*), entre outras, sendo comum a presença de cipós e bambus.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar a problemática da agricultura na região amazônica numa perspectiva de construção de uma transição agroecológica para o estado de Rondônia. Procura-se atingir os seguintes objetivos específicos: resgatar a dinâmica de colonização da região central do estado de Rondônia e o histórico de ação da Apa; identificar possíveis mudanças nas práticas e sistemas de produção dos modelos de agricultura praticados pelos ex- associados da Apa; contribuir para a formação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento rural socioambiental na Amazônia.

Buscou-se compreender, sobretudo, o modo como os agricultores familiares locais participaram na construção e envolvimento da Associação, descrevendo de maneira densa os desafios encontrados pelos agricultores ecológicos frente ao fechamento da entidade. A procura pelo entendimento do tecido socioeconômico e ambiental que constrói a transição agroecológica e as transformações alcançadas no caminho da sustentabilidade dos sistemas de produção rurais, bem como o fortalecimento destes agricultores quanto à reprodução familiar e sobrevivência após o fechamento da organização.

Procurando responder a questões propostas neste trabalho, a fim de traçar o panorama em que esse estudo transcorreu, esta dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos. Em seu primeiro capítulo é feita uma descrição da teoria abordada neste trabalho: construindo uma crítica a crise vivida pela modernidade; descrevendo a perspectiva orientada ao ator; formulando uma teoria para o desenvolvimento na Amazônia; refazendo o histórico de colonização do estado de Rondônia; contextualizando a modernização da agricultura;

abordando o fenômeno desenvolvimentista na região; e finalizando com os desafios encontrados pela agricultura ecológica frente à indústria da pecuária.

O terceiro capítulo destaca a formação do associativismo ecológico em Rondônia: o contexto sócio-político vivenciado na época da criação da Associação dos Produtores Alternativos; o papel do sindicalismo rural na constituição de diretrizes de funcionamento da entidade; as ações da Apa no contexto brasileiro e no cenário da produção ecológica; apresentando o contexto de fechamento da associação, seus condicionantes e agravantes; finalizando com um debate sobre a mediação social e a disputa pelo poder em projetos de desenvolvimento rural.

No quarto capítulo, construo a perspectiva de transição agroecológica para a região apresentando os resultados encontrados: apresento os atores ecológicos, a utilização das terras na região, a infraestrutura, os núcleos familiares, a cultura da região e a educação dos filhos da associação; divulgando o conhecimento agroecológico para a região em estudo, através da diversidade na produção vegetal, a utilização dos recursos florestais e o reaparecimento de animais silvestres; a seguir faço uma abordagem sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural aos associados da Apa hoje; em seguida apresento as inovações ecológicas destes agricultores; e por fim apresento os atores institucionais: a comercialização direta via Programa de Aquisição dos Alimentos, o programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o programa de territórios rurais (Território Central de Rondônia), e uma análise sobre o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural. Por fim apresento uma discussão sobre os resultados obtidos com a formulação de uma nova perspectiva de análise sobre o desenvolvimento na Amazônia; e fecho com uma apresentação da abordagem centrada na perspectiva orientada aos atores para o caso da Associação dos Produtores Alternativos em Rondônia.

Como último capítulo, apresento as conclusões obtidas com este estudo, através das observações e interpretações realizadas sobre os resultados obtidos. Deste modo pretendo oferecer uma nova abordagem para o avanço no debate de criação de uma perspectiva de análise orientada ao ator nos processo de transição de uma agricultura tradicional, para uma agricultura ecológica no estado de Rondônia e, aliando a isso, uma crítica sobre a manutenção do poder e da mediação social sobre os atores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A globalização e seus impactos nas sociedades rurais da Amazônia são trazidos à tona neste capítulo. A partir do enfoque orientado aos atores, busca-se resgatar o período de colonização do estado de Rondônia dentro do contexto de aceleração e incentivo das políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia. Apresentam-se os impactos socioambientais da modernização da agricultura brasileira, baseada no modelo exportador de matérias-primas, principalmente a carne e o que denominamos de indústria da pecuária.

2.1 A CRISE DA MODERNIDADE

O mundo vive a era da globalização, se está aqui e ali, instantaneamente, Hong Kong, Beirute, El Salvador, Helsinque, um mundo sem fronteiras. Nesse mundo o agora denominado “globalizado”, tem imperado em seu reino através da Internet, das comunidades virtuais, dos robôs, da comida fast-food, das substâncias sintéticas, das doenças modernas. As necessidades são criadas e potencializadas pra gerarem demanda, dependência que acaba criando um círculo vicioso onde a ciência é empregada na manutenção das barreiras internacionais. Furtado (1996) faz alusão a relação do desenvolvimento com o consumo ao dizer que o estilo de vida do sistema capitalista industrial, cujo nível consumista sempre será privilégio de poucos, serve como uma espécie de termômetro de desenvolvimento. “O custo deste consumo será a depredação do mundo físico” (FURTADO, 1996).

Para Ianni (1992), a globalização não apaga nem as desigualdades, nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial. As mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração alimentam as desigualdades e contradições, em âmbito tribal, regional, continental e global. Nela, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições e, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização, os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.

Conforme Santos (2000), além disso, o processo de exclusão social na sociedade em

rede afeta tanto pessoas como territórios. De modo que sob determinadas condições, países, regiões, cidade e bairros inteiros são excluídos, relegando a tal exclusão a maioria ou a totalidade de suas populações (CASTELLS, 1999). A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas (SANTOS, 2000). Se cada descoberta científica revela algo antes não sabido ou uma nova forma de ver um mesmo objeto de estudo, pode-se dizer então que algum tipo de fronteira está sendo ultrapassada nessa experiência original.

A região amazônica entra no século XXI como a “última grande fronteira” da civilização ocidental. O poder público, em lugar de ordenar a ocupação do território, transforma-se em catalisador do mais caótico avanço da fronteira econômica que se possa imaginar (LEITE, 2006). A agricultura moderna, científicada e mundializada, tal como assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e a fragmentação atuais do território (SANTOS, 2000).

Assiste-se a uma interpenetração entre tecnologia industrial, com finalidade competitiva, e a pesquisa de base “pura”, sem falar na “pesquisa fundamental orientada”, que tem papel cada vez mais importante. O exemplo mais evidente, o da biotecnologia, onde as “ciências da vida” estão em ligação quase direta com os processos industriais. (CHESNAIS, 1996). O regozijo de alcançar um resultado inédito e seus desdobramentos promissores esbarra, no entanto, em limites éticos nem sempre muito bem definidos. Nesse aspecto, toda atenção é preciosa. Não se trata de frear o ritmo natural com que o processo avança, mas de encontrar referências seguras que permitam que o desenvolvimento ocorra sem tentações ou excessos. Se a palavra selvagem tem um sentido, este deveria se aplicar a todos aqueles que, criados nos princípios da experiência controlada em laboratório, tornam públicos os produtos desses laboratórios sabendo que nós não temos nenhum meio de controlar seus efeitos no espaço e no tempo real. Neste laboratório-mundo, nos tornamos cobaias (GRAS, 2004).

Ainda que o espaço e os recursos para a pesquisa em ciência sejam crescentes, o perfil e a formação dos pesquisadores muitas vezes continua sendo convencional. Muitos projetos continuam sendo apresentados com a mesma lógica da pesquisa tradicional (por produtos, disciplinares, baseados no delineamento experimental clássico, com pouca ou nenhuma participação de agricultores, realizados em condições artificiais e, portanto, diferentes das que operam os agricultores, entre outros). Além disso, a análise dos projetos também continua sendo feita por pesquisadores consagrados, mas que também mantém seus vínculos com os

princípios epistemológicos e metodológicos do “paradigma” convencional.

Segundo Georgescu-Roegen (1979), a macroeconomia deveria abandonar a análise puramente monetária e tomar frente a um processo que é considerado insustentável onde a baixa entropia, ou grau de desordem do ambiente, é que possui valor econômico. A concepção de uma ciência integradora e multidisciplinar pode ser percebida como contraponto necessário e indispensável para abordagens maiores, onde as características sociais, ambientais e econômicas devem andar juntas.

Navarro (2001) destaca que, a partir dos anos 1980, políticas inspiradas com um enfoque que posteriormente seria rotulado de neoliberalismo, enfraqueceram fortemente o papel do Estado na condução eficaz de suas políticas, e igualmente retirariam o desenvolvimento rural da cena de discussões. O conceito de desenvolvimento rural, em consequência alterou-se, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impuseram ao rural (NAVARRO, 2001). Apressado pela pressão fundiária, grandes obras de infraestrutura, questões ambientais e o inchaço das cidades, o processo de desenvolvimento econômico baseado apenas em crescimento econômico vem deixando de ser a incontestável “opção” ao desenvolvimento.

Como nos mostra Navarro (2001):

[...] a estratégia necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores. (NAVARRO, 2001, p. 88).

Entretanto este “modelo” proporcionou o avanço de “fronteiras agrícolas” fundamentados em uma lógica que privilegia somente a produtividade, com o uso de poucas variedades, com base genética estreita e que de cunho sociocultural promovem a homogeneização dos hábitos alimentares, a crescente extensão de um modelo cultural de tipo urbano e a dificuldade de inserção de produtos agrícolas tradicionais no mercado.

A crise vivida pelo atual modelo de Estado, como provedor dos serviços sociais básicos e o impasse do modelo econômico neoliberal, frente aos desafios e demandas sociais apresentados pela sociedade e não suficientemente atendidas, tem gerado, por outro lado, uma desesperança e uma descrença nas instituições.

As mudanças causadas por fatores como o avanço tecnológico, a evolução nas ciências e a crise em que se encontra o atual modelo de Estado no atendimento às demandas sociais, de modo geral, tem causado alterações profundas nas organizações. Neste contexto, um fenômeno relativamente novo, vem despertando a atenção no estudo das organizações. Trata-se do crescimento de organizações da sociedade civil, que atuam nas mais variadas áreas atendendo demandas sociais e ocupando espaços, juntamente com o Estado e o setor privado.

O recente processo de democratização das políticas públicas no país promovidas por uma nova “época” do Estado brasileiro, favoreceu a abertura dos processos de tomadas de decisão, e o fortalecimento da sociedade civil organizada. Na medida em que novas políticas de desenvolvimento rural vêm sendo aplicadas, variam os compromissos mútuos entre mediados e mediadores investidos de autoridade política. Entretanto, as diferentes significações tomadas pela mediação no rural brasileiro estigmatizaram um padrão de desenvolvimento forjado em políticas centralizadoras e setoriais com forte base no desenvolvimentismo e com a prática de um padrão altamente concentrador de renda e poder.

A ordem do dia nas questões de pesquisa no âmbito do desenvolvimento rural cedeu espaço para analisar as várias pressões e ameaças à conservação e à sustentabilidade que agem sobre o componente cultivado ou manejado da biodiversidade – a agrobiodiversidade. Algumas atingem, de forma direta, os próprios recursos genéticos (erosão genética) e outras recaem indiretamente sobre práticas e saberes associados ao manejo e à utilização tradicional desses recursos (erosão dos conhecimentos). Estas perdas resultam no aumento da dependência das comunidades tradicionais aos modelos econômicos alóctones, na perda da autonomia e na falta de soberania alimentar.

Portanto, uma compreensão dos fatores que se fazem presente neste processo social é necessária, pois acabam configurando uma teia social intrinsecamente ligada aos interesses dos agentes de desenvolvimento.

2.2 UMA PERSPECTIVA ORIENTADA AOS ATORES

A análise orientada ao ator apresenta-se como contraposição às análises estruturais, institucionais e de economia política. A utilidade de tal enfoque pode proporcionar novas pistas em áreas decisivas da investigação empírica abrangendo uma variedade de problemas chave do

desenvolvimento: o mercantilismo e os valores das mercadorias, a pequena empresa e o capital social, as interfaces do conhecimento, as redes e o poder, as inter-relações entre o global e o local, assim como as dinâmicas do discurso da política e a intervenção planejada (LONG, 2001 p. 21).

Na metade da década de 1980, houve um grande interesse em solucionar as limitações teóricas e metodológicas das teorias do desenvolvimento – estruturais e genéricas – que se apoiavam em várias formas de determinismo, linearidade e hegemonia institucional. Estas teorias tenderam a excluir as pessoas, estavam obcecadas pelas condições, contextos e “forças impulsoras” da vida social. Dessa forma a adoção de uma perspectiva orientada ao ator explora como os atores sociais “locais e externos” (em arenas particulares) se enfrentam em uma série de batalhas entrelaçadas por recursos, significados, e o controle da legitimidade institucional.

Um efeito cumulativo deste crescente interesse em desafiar as ortodoxias existentes na investigação e prática do desenvolvimento tem sido o atual deslocamento ao cenário central da análise orientada ao ator e dos temas relacionados com a concepção de agência e os processos de mudança social.

Para Long (2001, p. 48) em geral a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, ainda que sob as formas mais extremas de coerção. Dentro dos limites de informação, incerteza e outras restrições (por exemplo, físicas, normativas ou político-econômicas), os atores sociais possuem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar”.

Ainda, segundo Norman Long, estes processos emergentes são complexos, frequentemente ambivalentes, e são extremamente contingentes nas condições de evolução dos diferentes espaços sociais. Eles também implicam redes de relações, recursos e significados em diferentes escalas de organização, indo desde contextos interativos de pequena escala com domínios institucionais em que as ações, expectativas e valores se molduram e disputam, para cenários mais globais que formam a distância, opções humanas e potencialidades.

Apesar das diferenças nos métodos de investigação e o significado teórico atribuído ao sentido e a prática social, estas tradições tem em comum ver os fenômenos sociais como feitos de uma multiplicidade de realidade emergentes e construídos. Seu interesse na linguagem e a prática discursiva na vida cotidiana têm construído pontes com as tradições sociológicas e antropológicas.

Parafraseando Long (2001), esta construção social procura entender os processos pelos

quais os atores específicos e redes de atores se comprometem e co-produzem assim seus mundos sociais (interpessoais e coletivos). Contudo, o discurso nunca depende só da maneira em que exhibe a linguagem em textos, na conversa cotidiana ou na retórica pública. Este é assim mesmo manifestado no comportamento não verbal, nas expressões corporais e dos sentimentos como nas maneiras como as pessoas relacionam bens específicos, artefatos e tecnologias que já venham, por assim dizer, fornecidas de significados sociais e valores particulares. Um tipo de construcionismo social orientado ao ator requer, então, que deixemos nossa rede em amplitude. Não só devemos abranger a prática social cotidiana e os jogos de linguagem como também as estruturas institucionais em grande escala, recursos do campo, redes de comunicação e apoios, ideologias coletivas, arenas sociopolíticas de luta, e inclusive as crenças e cosmologias que podem formar as improvisações dos atores, cobrindo comportamentos e ações sociais planejadas (LONG, 2001, p. 27).

Todas as formas de intervenção externa se introduzem necessariamente nos modos de vida dos indivíduos e grupos sociais afetados, e desta maneira, são mediados e transformados por estes mesmos atores e suas estruturas. Assim mesmo só é possível que forças sociais “remotas” e em grande escala alterem as oportunidades de vida e a conduta de indivíduos, porque tomam forma de um modo direto ou indireto, nas experiências da vida cotidiana e nas percepções dos indivíduos e grupos implicados.

A heterogeneidade dos atores, cuja abordagem privilegia, leva a pensar em uma heterogeneidade de agriculturas de base ecológica enquanto arte, que contendo práticas e ações baseadas nos mesmos princípios são compostas por atores heterogêneos nas formas de organização, manejo da produção, economia, valores e normas de conduta. Por esse lado, a própria agricultura ecológica é heterogênea e atrai diversos atores por intermédio de suas diversas perspectivas de produção (PACÍFICO, 2008, p.30).

Algumas agências de desenvolvimento rural passaram a considerar as premissas de um desenvolvimento endógeno pautado pela participação dos atores locais, do aumento da governança, do empoderamento e das premissas de uma agricultura com base ecológica. Assim, os diferentes modelos de organização social emergem como resultado das intervenções, negociações e lutas sociais que tem lugar entre vários tipos de ator, não somente dos atores presentes em certas reuniões, senão também dos ausentes, contudo, influem na situação e por isso afetam as ações e os resultados (LONG, 2001, p. 43).

Para cada análise das ações de desenvolvimento, são encontradas particularidades. Em cada agente e ator presente neste processo, repercute uma trajetória social. Para Long e Ploeg

(1994, p. 64), os atores sociais não podem ser simplesmente vistos como categorias sociais desencarnadas (baseados em classes ou algum outro critério) ou receptores passivos de intervenção, mas participantes ativos que processam informação e estrategizam suas relações com os diversos atores locais, assim como instituições e pessoas exteriores.

2.3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

O bioma Amazônia possui quase 8 milhões de Km², distribuídos em nove países da América do Sul: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. No Brasil, a Amazônia Legal abrange 5,5 milhões de Km² (dois terços do país), com cerca de 20 milhões de habitantes (10% da população brasileira) em nove estados (Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso). Desse total, 4,1 milhões de Km² correspondem ao domínio da vegetação florestal, e 18% já estavam desmatados em 2008, o que equivale a cerca de 700.000 Km² (COUTINHO & EDWARD, 2008).

Foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional (BECKER, 2001).

A fase inicial do planejamento regional (1930-1960) correspondeu à implantação do “Estado Novo” por Getúlio Vargas, e foi muito mais discursiva do que ativa. Foi à necessidade de unificar o mercado nacional, associada ao avanço da industrialização, que desencadeou a abertura da região. No governo Juscelino Kubitschek, ações efetivas afetaram a região pela implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, “duas grandes pinças contornando a fímbria da floresta” (BECKER, 2001).

A partir daí, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção a Amazônia, crescendo a população regional de 1 milhão para 5 milhões entre 1950-60, e de modo acelerado a partir de então. Depois do golpe de 1964, os governos militares passaram a adotar medidas no sentido de aliviar as tensões que estavam se processando no campo em diversas regiões do país. Dentre estas medidas o Estado brasileiro promoveu uma colonização desordenada dos territórios do noroeste do país. “A característica comum deste conjunto de

políticas implementadas na Amazônia foi reduzir o desenvolvimento à dimensão do crescimento econômico”.

O slogan “terra sem homens para homens sem terra” foi o mote que atraiu milhares de camponeses alijados de suas terras nas demais regiões do país para a Amazônia. Esse slogan deixava claro que para o Estado brasileiro a região amazônica era completamente desabitada. As centenas de etnias indígenas que ocupavam essas terras não foram levadas em consideração (FELZKE, 2007).

Mas foi somente entre 1966-85 que se deu o planejamento regional efetivo da região. O Estado tomou a si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacional. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assumiu prioridade por várias razões. Foi percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura, e também em face da possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários e da cobiça internacional (HOMMA, 1993).

Para Costa (2005), foi função do Estado, na Amazônia, e certamente um macrodesafio de poder federal na Amazônia, atuar no sentido de anular o hiato de tempo existente entre formas modernas e sustentáveis de uso dos recursos naturais na região e a necessidade cotidiana das populações. Nos primeiros anos da década de 1970, houve uma mudança conceitual em relação à ocupação da Amazônia, reconheceu-se que a região não era deprimida como o Nordeste, mas sim uma “fronteira de recursos” (HOMMA, 1993). Em 1970 houve o lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), que, sob uma visão integracionista, objetivava melhorar as condições para a expansão do capital na região e minimizar a crise do desemprego no Nordeste e no Centro-Sul.

Já para Lisboa (1989), a partir da década de 1970, a Amazônia, o maior e mais complexo ecossistema terrestre, entrou num histórico momento de transformação ambiental, pois uma “frente desenvolvimentista” vem e instala-se, com um vigor semelhante ao ocorrido nas outras regiões de floresta tropical úmida do globo e no Sul e Sudeste do País.

A Amazônia, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, vivenciou uma “tragédia dos comuns”. Os recursos naturais dessa vasta região apresentavam-se como se fossem “bens livres”, com o ar, como se não tivesse custo, livre para quem dele se apropriar primeiro. A questão ecológica transformou a situação de “tragédia dos comuns” para outro conceito na teoria dos recursos naturais, conhecida como “dilema dos prisioneiros”. Isto é, tanto para fazer

a preservação quanto a depredação dos recursos naturais é necessário haver a concordância da sociedade (HOMMA, 1993).

A ênfase do modelo de colonização centrava-se na ocupação territorial e na integração econômica. A colonização sem urbanização programada deu-se com o estabelecimento dos migrantes ao longo das grandes vias de penetração e das secundárias. Ressalte-se aqui o sentido nas rodovias: Transamazônica e na Cuiabá – Porto Velho. Para Homma (1993), o lado negativo dessa ocupação residiu no uso indiscriminado do desmatamento, sem o aproveitamento racional da madeira, e na expulsão do ocupante tradicional¹.

Quando, a partir de 1973, começaram a falhar as tentativas de colonização com a pequena produção, foram convidadas as grandes empresas a assumir a “tarefa” de desenvolver a região amazônica. Com este fato, aumentou a penetração da atividade pecuária que buscava grandes porções de terras, ocupando vastas extensões no sul do Pará, Mato Grosso e Goiás. Essa medida tornou precária a situação da pequena propriedade e gerou inúmeros conflitos de terra (HOMMA, 1993).

A incorporação sucessiva de extensas áreas da região Centro-Oeste e da Amazônia Legal à economia nacional, nas últimas décadas, constitui um fato marcante na evolução da sociedade brasileira. Enormes contingentes populacionais oriundos do Centro-Sul e do Nordeste ocuparam os estados do Centro-Oeste e posteriormente a franja sul da Amazônia Legal, numa faixa que se estende desde o Acre até o sul do Pará e do Maranhão.

Houve um incremento de cerca de 50 milhões de hectares na área ocupada pelos estabelecimentos rurais nestas regiões entre 1970 e 1985. Para o governo brasileiro a região ainda apresenta-se como grande fronteira a ser colonizada e estruturada. Dados do PAS (Plano Amazônia Sustentável) apontam para mais de 500 milhões de hectares de solos com aptidão agrícola, sendo que apenas 1/8 do seu total está em uso hoje (BRASIL, 2006). As grandes vedetes deste processo são o cultivo de soja no cerrado e o binômio serrarias/pecuária na Amazônia Legal. Em síntese, este processo de expansão da fronteira agrícola inseriu esta região na economia nacional como exportadora de produtos primários para mercados nacionais e internacionais.

A história dos programas e projetos de desenvolvimento na Amazônia brasileira tem mostrado que as ações do setor não se tornarão eficazes, sem que haja um detalhamento

¹ Na Amazônia, os extratores, os caboclos e os colonos sempre mostraram uma tendência a repetir as práticas dos seus antepassados ou de seus locais de origem, por isso, para Homma (1993), é bem provável que apenas uma fração dos agricultores consiga evoluir para os sistemas agroflorestais.

prévio das realidades agrárias nas quais se quer intervir. A colonização da Amazônia historicamente tem desrespeitado esta proposição, com raras exceções, como no caso das reservas extrativistas.²

A partir da década de 1980, associada ao quadro recessivo inflacionário, notou-se redução no crescimento das atividades agrícolas na região, escassez de crédito rural, que era abundante na década anterior. E a expansão da migração de caráter espontâneo, principalmente em Rondônia, decorrente de pressões fundiárias e perdas de oportunidades nos locais de origem dos migrantes. Vale assinalar a ênfase dada aos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) e ao POLONOROESTE, estabelecido em 1981. Este visava dar apoio ao processo de ocupação ao longo da rodovia Cuiabá-Porto Velho, com o objetivo de triplicar a produção agrícola da área, duplicar o rebanho bovino ali existente e assentar 60 mil famílias no oeste e noroeste de Mato Grosso e Rondônia.

De acordo com Fearnside (2004), o desenvolvimento da Amazônia, historicamente, esteve pautado pelos grandes investimentos em projetos que não contemplaram as populações tradicionais e o meio ambiente da região. A ocupação representava mais derrubada, em muitos casos, independente do preço, valor econômico e da lucratividade da extração dos recursos existentes na floresta. Os novos ocupantes tinham, essencialmente, aversão ao extrativismo e buscavam apenas garantir a posse da terra (HOMMA, 1993).

Nos últimos anos, têm surgido novas frentes de desmatamento na Amazônia Legal, tanto em áreas adjacentes à chamada “fronteira consolidada” no Arco do Desmatamento³ como em locais previamente isolados na Amazônia Central. Os fatores que explicam a expansão de novas frentes de desmatamento são variados, e podem incluir o avanço da pecuária como uso predominante da terra. Além da exploração e garimpagem de madeira, a expansão da soja mecanizada, a grilagem de terras públicas, a abertura de estradas, a criação de assentamentos rurais em lugares isolados, a criação de barragens hidrelétricas e o surgimento de migrações internas, associadas ao fracasso de antigos assentamentos, pobreza urbana e especulação fundiária.

Ao nível continental, duas preocupações se apresentam: a migração nos países vizinhos para suas respectivas Amazônia, que, pela dimensão desses países, localizam-se muito mais próximo dos seus centros vitais; e, a construção da Carretera Bolivariana Marginal

² Segundo Santilli (2005), a criação de reservas extrativistas foi norteadada pelo reconhecimento, pelo ordenamento jurídico, pela essencialidade do território para as populações tradicionais e de sua importância para a própria construção da identidade coletiva dos mesmos.

³ Entende-se por Arco do desmatamento a região compreendida ao sul da Amazônia Legal.

de la Selva, artéria longitudinal que se estende pela face do Pacífico na América do Sul, significando a possibilidade de vir a capturar a Amazônia continental para a órbita do Caribe e do Pacífico, reduzindo a influência do Brasil no coração do continente (BECKER, 2001).

As imensas distâncias e sua ocupação a partir da expansão econômica do Centro-Sul impuseram à região um atrelamento quase que natural à economia e a infraestrutura do Sul e do Sudeste, podando-lhe as possibilidades de um desenvolvimento endógeno e lhe deixando um legado de problemas ecológicos, como os desmatamentos e as queimadas. Este modelo de desenvolvimento serve à lógica da economia mundial, onde os recursos naturais devem servir a realização do capital e os recursos devem ser transferidos para os consumidores do norte global.

Além do caráter perverso do planejamento fictício emanado de Brasília, da necessidade de ordenar a posse da terra na Amazônia e da obrigação histórica de incluir as populações tradicionais nos benefícios de qualquer que seja o modelo econômico ecológico para a região, outro consenso parece emergir: a manutenção da cobertura florestal apoiada numa racionalidade econômica e não só em valores preservacionistas (LEITE, 2006).

Assim, a economia local entra rapidamente em declínio, resultando em geral no aumento do desemprego, na migração de pessoas e empresas e na redução de serviços públicos, sem contar os custos ambientais não-contabilizados, mas que são perdas ou prejuízos efetivos, como a redução da biodiversidade e o aumento da emissão de carbono para a atmosfera. Em geral, com a migração da atividade madeireira, o ciclo “boom-colapso”⁴ recomeça em outro município à frente na área de fronteira agrícola, em um processo contínuo.

Vários programas foram lançados, sem que houvesse prévia reavaliação e assimilação das experiências anteriores. Novas práticas para promover o desenvolvimento foram incorporadas, dentro da exata duração dos períodos governamentais, resultando daí que várias delas tornaram-se excludentes entre os períodos. Os resultados desses programas têm implícita a substituição da cobertura vegetal por outras alternativas econômicas. A Amazônia converteu-se, gradativamente, numa região de abertura, tornando-se uma periferia ativa, absorvendo fluxos de capital, mão-de-obra, tecnologia, produtos manufaturados, em contrapartida do fluxo de saída dos recursos naturais e da retirada do poder de tomada de decisões sobre o destino a ser dado aos próprios recursos (HOMMA, 1993).

⁴ Para Adalberto Veríssimo, do IMAZON, em primeiro lugar, ocorre o desmatamento para aproveitar a madeira, gerando um *boom*, ou seja, uma riqueza imediata com a proliferação de serrarias e a instalação de empresas capitalizadas. “Dez anos depois, a mata está um paliteiro”, diz ele, “e se transforma em pasto para a criação de gado.” Mas essa atividade também tem fim próximo: depois de cinco anos, o pasto está degradado, provocando o colapso econômico da região e a busca por novas áreas de exploração.

2.4 A COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA

No início do século XX, a criação do Estado do Acre, a construção da ferrovia Madeira Mamoré e a ligação telegráfica estabelecida por Cândido Rondon aceleram o movimento de colonização do hoje conhecido estado de Rondônia. O Território Federal de Guaporé, com capital em Porto Velho, é constituído em 1943 pelo desmembramento de áreas pertencentes aos estados de Mato Grosso e Amazonas. Em 1956, passa a ser denominado Território de Rondônia.

Marcada inicialmente pelas buscas dos bandeirantes por mão-de-obra indígena, ouro e pedras preciosas, a região “vive” uma seqüência de atividades extrativistas. A borracha e as madeiras constituem o centro do ciclo econômico até a década de 1960. “Visto” como o Eldorado Brasileiro atraindo forasteiros, seduzidos principalmente pela distribuição de terras pelo Governo Federal, Rondônia enfrenta a crise estrutural do sistema de territórios federais, tornando-se alvo de campanhas em prol da sua elevação à categoria de Estado.

O ciclo da agricultura, cuja atração migratória começou desordenadamente em 1964, fixou em Rondônia, contingentes migratórios procedentes do Mato Grosso, Goiás, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Acre e do Nordeste, destacando-se os estados do Ceará, Bahia, Piauí, Paraíba e Sergipe. As microrregiões formadas pelos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Rolim de Moura receberam migrantes mato-grossenses, gaúchos e paranaenses, em sua maioria. As microrregiões formadas pelos municípios de Cacoal, Presidente Médici e Ji-Paraná, receberam gaúchos, paranaenses, paulistas, e nordestinos, em sua maioria. As regiões de Porto Velho e Guajará-Mirim receberam povoadores, mas em menor escala e de categorias diferentes, considerando-se que o ciclo da Agricultura atraiu, em princípio, uma migração rural-rural, para, em seguida, fixarem-se migrantes de características rural-urbana. Migrantes capixabas, paranaenses, mineiros e baianos formam a maioria dos que se fixaram na microrregião de Ouro Preto do Oeste, objeto deste estudo.

Criado em 22 de dezembro de 1981, o Estado de Rondônia é composto por uma grande heterogeneidade de ecossistemas como por diferentes formas de ocupação, que assumem uma grande diversidade de configurações no ordenamento territorial, identidades sócio-econômicas e institucionais.

Para a sociedade, o preço cobrado pela colonização traduziu-se no fato de que, tanto

índios quanto colonos, passaram a conviver com injustiças sociais. Os primeiros, sentindo-se cada vez mais acuados pela onda migratória, eventualmente, para se proteger, atacavam; os segundos, expulsos de suas regiões foram atraídos à região amazônica para “amansar” a terra e ambos acabaram se enfrentando para deixar o “caminho livre” para o grande capital que atualmente domina as relações agrárias no estado de Rondônia (FELZKE, 2007).

Datam deste período o financiamento do Banco Mundial ao projeto POLONOROESTE que indiretamente favorecia a derrubada da floresta para a substituição pela pecuária e a abertura de novas estradas, cortando terras indígenas e unidades de conservação (FEARNSIDE, 2004). No Brasil buscava-se a integração desta região ao restante do país, resultante disso, investiu-se na abertura de estradas, em projetos de colonização e exploração agrícola na região. O padrão de uso e ocupação da terra, que foi incentivado nos projetos de colonização, caracterizou-se pela substituição da floresta nativa por sistemas agrícolas e ou sistemas pastoris (COSTA, 2005). Estima-se que migraram para Rondônia cerca de 800 mil pessoas, entre os anos de 1977 e 1994. Esse processo de colonização atraiu colonos de diversas regiões do país (principalmente sul e sudeste), sendo que cada família recebia cerca de 100 hectares de terra para morar e produzir (BINSZTOK, 2006).

O processo de ocupação de Rondônia ocorreu através de Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD), Projetos de Assentamentos (PA) e Projetos de Assentamentos Rápidos (PAR). Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico de 2007, nos dias atuais Rondônia apresenta alguns dos seguintes indicadores socioeconômicos: são cerca de 100.000 estabelecimentos agropecuários; rebanho bovino ultrapassando 11 milhões de cabeças; é o 2º maior produtor nacional de cacau e o 3º maior produtor nacional de gado de corte, tendo 3º maior Produto Interno Bruto (PIB) da região Norte (SEDAM, 2007).

Hoje cerca de 33 % da Amazônia Legal são de áreas protegidas. Em sua maioria, essas áreas têm funcionado como uma barreira contra o avanço do desmatamento. Entretanto, em Rondônia, as Áreas Protegidas estão ameaçadas pelo desmatamento ilegal. Atualmente, as Áreas Protegidas totalizam 106.617 km², ou 45% de Rondônia. Há 84 Áreas Protegidas decretadas no Estado, das quais 20 são Terras Indígenas, 15 são Unidades de Conservação de Proteção Integral e 49 são Unidades de Conservação de Uso Sustentável (GTA, 2008).

2.5 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O modelo de colonização da fronteira agrícola implantado pelo modelo desenvolvimentista na Amazônia tem despertado o interesse da sociedade mundial. A agricultura na região amazônica vem sendo questionada sobre o modelo de ocupação das terras e os sistemas de produção implantados no maior ecossistema tropical do planeta.

A produção familiar rural reúne uma população de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas na Amazônia. Sendo composta pelos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quebradoras de coco babaçu, remanescentes de quilombos e outras populações tradicionais da região que tem a mão-de-obra familiar como principal força de trabalho da unidade de produção rural. De uma forma geral, essas famílias ocupam pequenas áreas individuais ou áreas de uso comunitário e se dedicam à produção de alimentos, fibras, resinas e outros produtos agroflorestais e adotam uma lógica de economia mista combinando a subsistência familiar e a comercialização do excedente da produção (FASE apud TURA; COSTA, 2004, p. 1).

Direcionada por uma política agrícola que visava prioritariamente atender aos interesses do grande capital industrial, a agricultura brasileira passou nas décadas de 1970 e 1980 por intenso período de modernização. Este processo materializou-se na implantação de máquinas (tratores, colheitadeiras) e de insumos em geral (fertilizantes, adubos químicos, inseticidas). Tratava-se de um verdadeiro “pacote” tecnológico, processo conhecido como Revolução Verde.

A partir deste período, a revolução tecnológica, expressa na modernização da agricultura, proporcionou a concentração de terras e de riquezas no campo e na cidade, as desigualdades de renda, o predomínio da baixa diversidade produtiva, e a agricultura de grande escala. Tal fato não alterou significativamente a configuração do quadro agrário brasileiro (NARESSI, 2008).

A própria modernização da agricultura, principalmente nos estados do sul e sudeste, foi à principal responsável pelo contingente de migrantes que chegaram a Rondônia. Para Perdigão e Bassegio (1992), o estado do Paraná foi um dos que mais colaboraram com o contingente populacional que chegou em Rondônia. Registra-se que em 1960 o Paraná possuía 5.181 tratores, e o mesmo pulou para 52.498 em 1975. Essa penetração das máquinas favoreceu que os antigos colonos e arrendatários fossem substituídos por trabalhadores temporários.

Nos programas de colonização, a região amazônica passou a ser encarada como uma opção para aliviar as pressões demográficas no nordeste e de outras regiões, onde as possibilidades de ocupação de mão-de-obra ficaram restritas. Isto fez com que os propósitos de desenvolvimento buscassem a resolução de problemas alheios à realidade amazônica, que neste caso ilustra-se pela própria modernização que ocorria no sul e sudeste, apesar desta região ganhar importância no contexto nacional (HOMMA, 1993).

Para Homma (1993), os programas de desenvolvimento têm enfatizado apenas a modernização da agricultura, não levando em conta o impacto na população que se dedica ao extrativismo vegetal. A consequência direta da modernização é a redução ao acesso a terra e aos recursos extrativos para a maioria da população local, assim a erradicação destes recursos imporá o próprio limite natural a esse processo.

A agricultura apresentava profundas transformações com o advento da revolução verde, existia um cenário favorável a aplicação de recursos e financiamentos de grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia. Estes giravam basicamente na abertura da fronteira agrícola, e no aumento da produção agrícola brasileira. A abertura das novas frentes de colonização demandava financiamentos e apoio de instituições multilaterais de financiamento.

Um dos principais aportes de recursos para o desenvolvimento desse padrão de desenvolvimento para a Amazônia foi o FNO, que se propunha a assegurar nas regiões amazônicas fontes estáveis de recursos, a médio e longo prazo. Seguindo a estratégia de fortalecer a modernização na agricultura, estes recursos ficaram na mão de uma pequena elite que se formava na região. Um dos principais problemas do FNO foi o direcionamento do crédito, principalmente no financiamento de atividades agropecuárias.

Aliado ao que genericamente teve o título de "revolução verde", o padrão tecnológico foi significativamente responsável por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado (NAVARRO, 2001).

No Brasil esta fase apresentou num primeiro momento um alto grau de industrialização, o aumento da produção e produtividade, notadamente nos produtos de exportação. Entretanto, o incremento no uso de insumos da mecanização e da expansão de monocultivos levou à degradação de grandes superfícies. O agravamento desse quadro se deu com a intensificação da produção em áreas não aptas, ou acima de sua capacidade de suporte,

provocando erosão e contaminação do solo e água com agroquímicos, tornando-os cada vez mais dependentes do aporte de energia externa, e reduzindo a sua capacidade produtiva ao longo do tempo. Isso foi devido, em grande parte, à falta de uma visão mais abrangente entre a produtividade e a estabilidade dos ecossistemas tropicais. As condições ecológicas foram revolucionadas pela simplificação e especialização dos ecossistemas explorados pela agropecuária, os agrossistemas (VEIGA, 2003).

A modernização da agricultura em Rondônia teve seu crescimento apoiado também na base do setor exportador, baseado na produção de commodities oriundos da pecuária e no aumento da mecanização da agricultura e a com a chegada da soja no conesul⁵ do estado. Assim, os níveis de crescimento das cidades estão também alicerçados nas diferentes etapas de desenvolvimento que uma determinada área representa, tanto em relação ao nível de ciência e tecnologia, como também na difusão das ações estabelecidas seja pelos agentes públicos, como pelos privados.

2.6 A ERA DESENVOLVIMENTISTA NA AMAZÔNIA

Atualmente, em nome do “desenvolvimento”, do progresso e do emprego, a região amazônica continua sendo aberta à sanha da destruição ambiental promovida pela ambição das sociedades capitalistas industriais. Acelera-se a construção de barragens hidrelétricas, a exploração de petróleo, gás, minerais, madeira, produtos florestais e águas. Formam-se enormes complexos agroindustriais da pecuária, da soja, do algodão, do pescado, da cana-de-açúcar, do eucalipto, legítimos representantes do agronegócio mundial. Instalam-se gigantescas fábricas de siderurgia, usinas de alumínio, fábricas de cimento.

Busca-se impor que uma minoria não deve barrar o progresso geral da nação e que o meio ambiente não pode barrar o desenvolvimento (LEROY, 2007). Buscam-se títulos e certificados de promotores do “desenvolvimento sustentável”, inserem no capitalismo internacional populações e territórios. Porém, esquece-se que acabam destruindo a biodiversidade e a sociobiodiversidade no afã de conservarem seus mercados.

A dotação da região Centro-Oeste e da Amazônia Legal de uma infraestrutura capaz de

⁵ A região do Conesul de Rondônia abrange os municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Cabixi, Chupinguaia e Corumbiara, a região é considerada a maior produtora de grãos do estado.

torná-la competitiva nacional e internacionalmente coloca-se atualmente como novo paradigma oficial para seu desenvolvimento, apropriando-se sucessivamente das vantagens competitivas possibilitadas pela natureza pródiga e intocada, aliada a novas vias de escoamento de grãos. Destacam-se aqui os eixos nacionais de desenvolvimento regionais a partir do programa PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana).

Entre as tendências que se vêm afirmando ou esboçando na Região Amazônica e que poderão conflitar com um projeto de desenvolvimento sustentável em sua concepção de sustentabilidade dos recursos naturais e de formas diversificadas de apropriação e uso do território. Está, sem dúvida, a da retomada dos investimentos em infraestrutura previstos na política dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento que serviriam à expansão de atividades econômicas voltadas para a exportação (AJARA, 2003).

Segundo Lentini, Veríssimo e Pereira (2005), a Amazônia Legal ainda é o segundo maior produtor de madeira tropical do mundo, ficando atrás apenas da Indonésia, cujo consumo anual de madeira em tora tem superado os 30 milhões de metros cúbicos. Somente em 2004, o setor madeireiro da Amazônia extraiu 24,5 milhões de metros cúbicos de madeira em tora, o equivalente a cerca de 6,2 milhões de árvores. Essa matéria-prima gerou 10,4 milhões de metros cúbicos de madeira processada (tábuas, produtos beneficiados, laminados, compensados etc.). Após o processamento, a madeira amazônica foi destinada tanto para o mercado doméstico (64%) como para o externo (36%).

De acordo com a estimativa de Motta (2006), cada hectare (10 mil m²) de floresta destruída custa ao país US\$ 108/ano ou o equivalente a um custo de mais de US\$ 280 milhões, como em 2004, onde o país derrubou 26 mil Km². Esse ciclo de desmatamento, responsável pela maior parte da diminuição das áreas florestadas nas últimas três décadas, representa um modelo predatório que faz com que as economias locais dos municípios amazônicos localizados nas áreas de desflorestamento intenso se desenvolvam ao ritmo do denominado ciclo “*boom-colapso*” (SCHNEIDER et al., 2000), em um primeiro momento (a fase do *boom*), há um rápido crescimento econômico local baseado na incorporação de novas áreas de produção e na exploração madeireira, gerando, por conseguinte um crescimento populacional acelerado e a geração de oportunidades de emprego para a população e de serviços para o setor público e privado.

O comércio da carne bovina é apenas uma das fontes de renda que faz com que o desmatamento seja lucrativo. A degradação da floresta resulta do corte seletivo, dos incêndios

(facilitados pelo corte seletivo) e dos efeitos da fragmentação e da formação de borda. A degradação contribui para a perda da floresta. Os impactos do desmatamento incluem a perda de biodiversidade, a redução da ciclagem da água (e da precipitação) e contribuições para o aquecimento global.

As estimativas disponíveis sobre a população residente na região mostram que esta girava em torno de 20 milhões de habitantes em 2000. Dos quais 61% seriam residentes em núcleos urbanos de diferentes tamanhos, e que têm apresentando um ritmo de expansão maior que os das demais regiões brasileiras, principalmente a partir da década de 70 do século passado, com o incremento das migrações de outras regiões para a Amazônia. Quanto às cidades, tiveram um papel logístico essencial no processo de ocupação. A Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada (BECKER, 2001).

Os índices de desmatamento na Amazônia vêm aumentando desde 1991 com o processo de desmatamento num ritmo variável, mas rápido. Para Fearnside (1989), as conseqüências negativas do desmatamento deveriam dar uma pausa aos planejadores dedicados em promover formas de desenvolvimento que requerem grandes áreas de derrubadas da floresta úmida. Embora a floresta amazônica seja desmatada por inúmeras razões, a criação de gado ainda é a causa predominante. As fazendas de médio e grande porte são responsáveis por cerca de 70% das atividades de desmatamento.

2.7 O DESAFIO FRENTE À INDÚSTRIA DA PECUÁRIA

Alguns dados da pecuária brasileira dão conta do que este setor representa aos interesses dos investimentos externos e internos da economia internacional. Em 2005 o Brasil ocupava o lugar de 1º maior Exportador de Carne, 4º maior consumidor (atrás dos Estados Unidos, Comunidade Européia e China). Além disso, os fundos constitucionais destinados à Amazônia Legal emprestam dinheiro a taxas de juros de 6% a 10,75% ao ano e permitem descontos de 15% a 25% para produtores adimplentes. Arelado a isto aparecem as recentes mudanças na legislação ambiental, como o Código Florestal Brasileiro, o programa de aceleração da regularização fundiária⁶ e as concessões florestais.

⁶ O Programa Terra Legal é uma parceria entre MDA, INCRA e os estados, que, através de mutirões localizados na região amazônica, vêm regularizando as propriedades de antigos posseiros, fazendeiros e colonos.

Entre 1989 e 2002, o Banco da Amazônia emprestou cerca de US\$ 5,8 bilhões do FNO (exceto para Mato Grosso e Maranhão), dos quais pelo menos US\$ 2,36 bilhões (40%) foram para a pecuária bovina. Somente a Amazônia é responsável por 74 milhões de cabeças do rebanho nacional, ou seja, 3,3 cabeças de gado por habitante (3 vezes maior que a média nacional). “Em termos gerais a Amazônia representa o país dos Zebus” (OLIVEIRA, 2001). Em termos de produção de gado e as mudanças do uso do solo, a Amazônia foi responsável pela liberação de 9 e 12 bilhões de toneladas de CO² na atmosfera global (SMERALDI; MAY, 2008).

De uma forma geral, a diversidade de configurações espaciais poderia estar relacionada com os diversos sistemas de produção estabelecidos por pequenos, médios e grandes proprietários, que vão transformando a paisagem a partir da conversão da floresta para outros tipos de cobertura vegetal, predominantemente pecuária, através da prática de atividades agropecuárias subsidiadas pelo estado.

Algumas das principais intenções daqueles agricultores que formaram a APA eram conseguir participar de alguma forma da política de benefícios econômicos. A forte ligação com recursos de fundos nacionais e ministeriais fortaleceram a posição da Apa como entidade do tipo “ONG”, que conseguiu apoio da Secretaria de Recursos Extrativistas, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Fundo Nacional para a Biodiversidade (Funbio), Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente.

Os principais objetivos da APA naquela época evidenciam que, na mentalidade daqueles primeiros associados, o custo ambiental e social da degradação estava amputando a própria maneira de reprodução daquelas famílias. Além de expulsar seus filhos do “campo”, estava também alterando suas perspectivas de manutenção no lote, deixando sequelas irreparáveis.

A pecuária é apontada como uma atividade predadora utilizada na região. A vida útil de produtividade das pastagens cultivadas na Amazônia é reduzida devido à implantação inadequada de espécies de gramíneas, a baixa fertilidade dos solos e aos problemas de manejo dessas pastagens que degradam as propriedades físicas do solo (SERRÃO; HOMMA, 1991).

Além dos problemas ambientais, o desmatamento e a pecuária também proporcionavam uma situação de dependência aos sistemas agroindustrial do sul e do sudeste. Haja visto que, mesmo tendo o lote e a possibilidade da produção de alimentos, algumas famílias não conseguiam diversificar a produção e assim os problemas sociais da região apareciam cada vez mais.

A necessidade de se racionalizar a ocupação das áreas já desmatadas aparecia como

“alternativa” ao sistema madeira-pecuária. Conforme a idéia foi crescendo, passou a ser prioridade de ação da APA, os sistemas alternativos como os sistemas agroflorestais (SAF) “eles” ofereciam alternativas menos impactantes e podiam auxiliar na reversão de processos de degradação, contribuindo desta maneira para a manutenção da biodiversidade animal e vegetal (ARIMA; UHL, 1996; RODIGHERI, 1997).

Portanto o estudo da agricultura na região central de Rondônia deve considerar os elementos apresentados nesta revisão, bem como as limitações impostas aos agricultores migrantes que formaram a paisagem rural da região. O encontro de práticas ecológicas motivadas pelo associativismo e sindicalismo rural será aprofundado no desenvolvimento deste trabalho, tomando-se como pano de fundo o contexto de criação e fechamento daquela que talvez tenha sido a maior associação de produtores ecológicos de Rondônia.

3 O ASSOCIATISMO ECOLÓGICO EM RONDÔNIA

A colonização de Rondônia trouxe um passivo ambiental que propiciou o nascimento de organizações e movimentos sociais preocupados com a questão que envolvia a rápida destruição dos recursos naturais. Este capítulo aborda o papel do sindicalismo rural na criação da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, destaca suas principais ações e retrata as disputas políticas que envolveram a Associação e acabaram por culminar com seu precoce fechamento.

3.1 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA APA

A colonização da região de Ouro Preto do Oeste, iniciada na década de 1970, é resultado do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto, implantado através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O PIC visava diminuir o crescente número de conflitos agrários encontrado nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. O fato da colonização ter trazido agricultores de diferentes regiões do país foi usado como justificativa para o desmatamento e para a ocupação demográfica, impulsionados pelos militares na época. Estima-se que, hoje, a região Central do estado de Rondônia concentre cerca de 300 mil pessoas, vivendo principalmente da atividade agropecuária.

No início da década de 1980, foram criados mais dois projetos, Urupá e Tancredo Neves. Estes abrigavam milhares de famílias que chegavam a Rondônia. No final da década de 1990, foram criados outros três projetos de assentamento para atender as demandas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: P.A. Margarida Alves, P.A. Palmares e P.A. Padre Ezequiel.

O modelo de colonização organizado pelo INCRA gerou uma ocupação desordenada do espaço territorial, deflagrando, nesse procedimento de ocupação, a visão de uma floresta que se opunha ao desenvolvimento e, assim, originando o desmatamento em grandes e pequenas propriedades. Desrespeitando a legislação ambiental, produziu um cenário de

devastação em proporções superiores a 70% da superfície da floresta original.¹ Este planejamento distribuiu lotes de acordo com a procura, ocasionando a falta de critérios, como a aptidão agrícola da região, as bacias hidrográficas e os afloramentos rochosos da região. Os efeitos e as consequências deste padrão de colonização, na fronteira agrícola do noroeste brasileiro, deixaram danos irreparáveis, mas poderiam ter sido ainda maiores, não fosse o engajamento de diferentes setores da sociedade civil.

Há evidências de que o modelo de agricultura que estes migrantes trouxeram e implantaram na região pode ser classificado de agricultura tradicional com a prática de derrubada e posterior queima. Para entendermos melhor como funcionava, destacamos a seguinte transcrição sobre o modo de fazer agricultura na época:

Quando a gente chegou aqui eu era uma das derrubadeira de mata, eu e meu marido pegava a empreitada aqui, e até lá na linha 62, nós andava tudo isso ai. E eu também pegava no cabo do motor pra derrubar, e a gente olhava pra trás e até esse lote nosso aqui, era tudo capim, nós tinha acabado quase tudo, era só capim, ai eu olhava e não tinha nada, até mandioca tinha que comprar no mercado [...].
(M. A. F., 45 anos, Nova União).

Grandes quantidades de agricultores desembarcavam nas recém criadas vilas e povoados ao longo da BR 364,² em Rondônia. Era uma migração espontânea, com o constante fato de que, para se fazer agricultura naquelas terras, era necessário derrubar a mata e queimá-la, a fim de garantir uma produção razoável de alimentos. Esta ocupação era fruto, em sua grande maioria, de um modelo de agricultura praticada no sul e sudeste do Brasil. Os conhecimentos locais de manejo e uso agroecológico acumulado ao longo dos anos pelos índios e populações tradicionais foram negligenciados (FEARNSIDE, 1990). A agricultura era exógena aos ecossistemas locais, e foi introduzida sob o alto custo do extermínio da floresta. Durante as entrevistas este foi o modo de se fazer agricultura implantada pela maioria do

¹ O autor recomenda para maior aprofundamento da intensidade dessa colonização na floresta o documentário com o engenheiro agrônomo e ambientalista José Lutzemberger: “Nas Cinzas da Floresta”. Durante 10 anos ele acompanhou esse processo de desmatamento na região de Ouro Preto do Oeste, levando na época a discussão para o nível mundial em debates na Organização das Nações Unidas (ONU), e inclusive tendo como fruto daquelas ações, a sua condução ao posto de Secretário Nacional do Meio do Ambiente no governo Fernando Collor de Melo.

² As estradas oficiais estão fortemente relacionadas com as principais pressões, ou seja, desmatamento, centros urbanos, assentamentos de reforma agrária e focos de calor. Contudo, algumas pressões também ocorrem a distâncias surpreendentemente grandes dessas rodovias especialmente quando recursos de alto valor estão disponíveis, por exemplo, madeira nobre e ouro. Há uma forte associação entre a pressão humana sobre a floresta amazônica e as estradas.

contingente de agricultores que chegaram ao estado e que também formaram a APA.

Na nossa mesa só tinha arroz, feijão e carne do mercado, era tudo derrubado e queimado, nos trabalhava com veneno, houve intoxicação com gramocil³ no meu marido e, até hoje, ele faz tratamento, tem muitos problemas, depois com trabalho da APA, foi cortando [...]. (M. A. F., 45 anos, Nova União).

A forma tradicional de ocupação das áreas era inicialmente o agricultor proceder à derrubada, queimada e plantio de cultivos anuais, como o arroz, feijão e milho para a subsistência. Depois vieram as lavouras de café, cacau e seringueira, por influência da ação da SUDHEVEA, CEPLAC e do próprio INCRA.

Estes fatores são apontados por diversos autores como uma das principais causas para o estabelecimento da agricultura itinerante e não sustentável em termos econômicos e ecológicos, gerando a existência de grandes áreas em processo de degradação, após a exploração inadequada dos solos (ALMEIDA et al., 1995). O padrão de ocupação demográfica rapidamente fez sucumbir significativas áreas de floresta através da abertura de estradas pioneiras, do crescimento das cidades, da ampliação de pecuária extensiva, e da acelerada exploração madeireira com a crescente agricultura intensiva de monoculturas (BECKER, 2001).

Dentre as conseqüências ambientais desse padrão agrícola, destacam-se: a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal, a perda e a destruição do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos.

O cenário de catástrofe ambiental e social proporcionado pela colonização de Rondônia na década de 1980, e ainda em 1990, passou a fazer parte das discussões do movimento sindical. Percebemos na fala a seguir a conjuntura que propiciou também a criação da APA:

A APA surgiu já com uma visão dessa situação da agricultura em si e do meio ambiente do jeito que vinha, pessoas que vieram pra Rondônia em 1970 e 1980 e era um Paraíso, mas que já tava sendo ameaçado com a degradação. Dentro do movimento sindical surgiu essa conversa, pô nos vamos ficar aí produzindo,

³ Gramocil é um herbicida da empresa Syngenta, considerado altamente tóxico.

produzindo toda vida e o nosso futuro? Naquele tempo, não se falava na escassez de água, não falava da escassez da floresta, mas sim preocupado com o futuro, porque do jeito que vinha a degradação não ia demorar muito tempo e Rondônia ia acabar e nós precisa segurar tudo isso. Isso foi nos anos 1980, 1982, 1984, dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto. (A. A. S., 53anos, Nova União).

Em um primeiro momento a questão de se praticar uma agricultura tradicional, dependente da derrubada e da queimada, e também de insumos agrícolas como os agrotóxicos,⁴ foi o principal resultado encontrado sobre a forma de fazer agricultura antes de começar a APA. Todavia, a visão do custo econômico do veneno e da própria produção convencional, também apareceu nas entrevistas, confluindo também para idéia de que além dos riscos ambientais e de saúde os lucros com este modelo de agricultura haviam ficado insustentáveis do ponto de vista financeiro para diversas famílias.

Antes, eu trabalhava com aquela agricultura primitiva, pensava que era aquilo, a roça era queimada, só que, nessa época, não mexia com veneno, nos nunca gostou de usar veneno, nos empilhava o arroz, não tinha jeito de bater tudo e empilhava. Hoje, a cabeça é diferente, questão de não usar aquele sistema de queima, no início, nem eu nem os vizinhos não deixava derrubar as cabeceiras dos rios, meu pai zelava com isso já [...] Ele fazia pela consciência [...]. (F. B. F., 54 anos, Ouro Preto do Oeste).

Agricultores que iriam formar a Associação que dá o rumo deste trabalho chegaram, à época, ser representantes e vendedores de veneno em suas comunidades, o que indica o grau de envolvimento dos mesmos com a situação vivida na época. Destacamos aqui a transcrição destas falas de dois agricultores que participaram da APA:

[...] a Apa me ensinou a escapar do agrotóxico, antes de entrar na Apa eu era revendedor de veneno, teve uma época que eu vendi 275 galões de Randoup. Imagina a desgraça que não foi feita aqui na nossa região? Graças a Deus baixou a 85 a 90% o uso, pela conscientização, a gente fala e mostra, não passa veneno que as suas galinhas vão pra frente, se você passa veneno às galinhas morrem [...]. (A. N. L., 52 anos, Urupá).

⁴ Vale a pena destacar aqui que, em 2008, o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de venenos agrícolas (733,9 milhões de toneladas), ultrapassando os Estados Unidos (646 milhões de toneladas). Em 2007, as vendas no Brasil significaram 5,372 bilhões de dólares e em 2008, 7,125 bilhões. No total, os herbicidas representam cerca de 45% das vendas, os inseticidas 29%, e os fungicidas 21%.

Eu tinha aqui um depósito muito grande de agrotóxico, eu era o representante e vendia veneno aqui [...]. Ai tinha um projeto, o Terra sem Males, eles me convidaram, mas sabiam que eu era representante da Boa Safra,⁵ ai eles já tinham feito uma conversa entre eles pra me dizer que não podia usar veneno [...]. Foi duro resistir a Boa Safra [...]. (E. G. S., 46 anos, Nova União).

O desejo por parte do grupo de agricultores, que fizeram parte da concepção da APA, não vinha só das causas sociais e debates em prol da sustentabilidade da agricultura praticada na região. A Igreja, por intermédio da CPT, também notava o impacto do modelo agrícola que estava sendo implantado na região. O Projeto Terra Sem Males foi iniciado em 2003 e é coordenado pela CPT de Rondônia, agregando cerca de 30 famílias que procuram produzir de forma agroecológica, com técnicas adequadas a região e sem utilização de agrotóxicos.

Havia uma espécie de conhecimento ecológico e herança também da agricultura praticada nas suas regiões de origem. O trecho apresentado, a seguir ilustra bem o descontentamento que os agricultores fundadores da APA tinham com a agricultura tradicional. Cansados do modelo sulista, eles tentavam, se espelhar na agricultura praticada pelas populações tradicionais da região.

Nós vamos conseguir sobreviver sem desmatar exageradamente, respeitando o que tá no rodapé do título, que você tem direito de desmatar os 50% do lote? Vamos deixar de lado a ideologia de políticos tradicionais da região que manda desmatar, que fica prometendo um mundo de fundos e vamos começar a introduzir na nossa produção uma agricultura da região, que seria o cupuaçu, a pupunha, o açaí. Uma coisa que você tivesse uma ligação com o meio ambiente. Uma coisa assim que fosse natural da região, sem deixar de ter a vaca de leite, isso faz parte da diversificação da produção [...]. Ai começamos a introduzir abelha [...]. (A. C. O., 55 anos, Mirante da Serra).

Muitos agricultores relatam o fato de que podiam desmatar 50% da propriedade, porém já naquela época o Código Florestal existia e a reserva legal na região amazônica era de 80%. Por isso a situação de ouvir que o próprio INCRA incentivava ao desmatamento tornou-se comum na época. Entretanto, por si só o cumprimento da legislação florestal e do Código Florestal coloca estes agricultores com um passivo ambiental a recuperar. A partir destas discussões o governo federal lançou a Medida Provisória 458 de 2009. Porém, cedendo ao lobby das bancadas ruralistas pelas mudanças no próprio Código Florestal, foi concedida uma espécie de anistia até 2011, para que os proprietários se regularizem.

⁵ Loja de produtos agropecuários com sede em várias cidades de região central de Rondônia

3.2 O PAPEL DO SINDICALISMO RURAL

A importância estratégica do padrão de colonização e ocupação de novas fronteiras agrícolas deixava de ser unicamente papel do Estado, uma vez que a sociedade civil organizada através de sindicatos e movimentos sociais também começava a questionar os prejuízos causados pela ocupação desenfreada da Amazônia. Desse modo a busca por alternativas organizacionais que pudessem encabeçar uma política de produção sustentável e que viessem a dar suporte à exploração econômica pela agricultura familiar foi sendo incrementada aliada a integração da conservação dos recursos naturais em benefício da população local.

A partir daí começava a se articular dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto Oeste um grupo de agricultores com forte interesse na diversificação da agricultura praticada até então na região. Alguns precedentes da conjuntura política e da mobilização social que crescia não só em Rondônia, mas também no sul e sudeste do país, foram as premissas que contribuíram para a formação da APA. Data-se do período a própria criação do PT e do MST. No trecho a seguir é possível encontrar fatos que evidenciam o momento histórico e político, vivenciados no contexto de criação da APA.

Nossa discussão maior era isso, se nos introduzir a política agrícola do sul, que nós trouxemos na bagagem, nós vamos acabar batendo com “os burro na água” porque aqui o solo é diferente, a região é diferente [...]. E fomos discutindo várias maneiras... Se as pessoas que moram aqui vivem sem desmatamento exagerado, sem criação de gado extensiva ou intensiva, nós também temos que se adaptar a região Norte, ai fomos discutindo, mas de que forma? Nós temos que começar a implantar culturas que são nativas daqui, vamos trabalhar com isso [...]. (A. C. O., 55 anos, Mirante da Serra).

Foi criado, então, um setor de produção dentro do sindicato, preocupado não só com as causas e reivindicações da própria luta do sindicalismo rural na época, mas com esta situação provocada pela agricultura. Assim, ficou nas raízes da entidade o sindicalismo, pois, no início não era uma associação, foi com o crescimento deste setor, que eles optaram pela Associação.

A APA começou com a luta camponesa, desde 1982, quando eu entrei na luta e aí vendo as coisas, problemas de mercado... Nós começamos a luta camponesa, pegávamos o pau de arara e íamos pra Porto Velho, aí depois surgiu o sindicato (foi criado em 1981). O mais importante era criar uma associação de produtor, mas que nós tivesse acesso aos nossos produtos, e aí que surgiu as cooperativas, várias surgiram, mas não dava certo, eram idéias diferentes, a gente não era capacitado pra isso, e aí onde o pensamento da gente era um, e até hoje nos queria um mercado nosso, uma coisa nossa. E foi aí que se criou a associação dos produtores alternativos. Aí, surgiu um grupo de gente criou isso lá e não vamos dizer que funcionou mal, funcionou bem [...]. A APA foi uma explosão que a gente nem esperava o que aconteceu, devido os problemas que aconteceu, ela avançou muito [...]. (F. B. F., 54 anos, Ouro Preto do Oeste).

3.3 SOBRE A CONSTITUIÇÃO E AS AÇÕES DA APA

A Associação dos Produtores Alternativos teve sede e fórum na cidade de Ouro Preto do Oeste, Rondônia. Era uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que se regia pelo Estatuto original e modificações posteriores, e pela legislação específica. Seu escopo fundamental era defender os interesses organizativos, políticos, econômicos e sociais dos trabalhadores (as) rurais a ela associados. A APA em seu estatuto no artigo 3º parágrafo único declarava:

Para efeito de desenvolvimento de planos, programas e projetos nas áreas de apoio organizacional, apoio à produção sustentável, apoio à comercialização e articulações comerciais, ações de gestão ambiental, apoio à agroindustrialização de produtos agroflorestais, formação e capacitação de produtores e técnicos, a APA terá abrangência nacional, e para tanto poderá firmar acordos de cooperação técnica com instituições congêneres e organismos governamentais. Com o objetivo de aproximar povos e nações a APA poderá fazer acordo de cooperação técnica com instituições de outros países, para intercâmbio de experiências de produção sustentável e comércio solidário em nível internacional.

O primeiro projeto institucional da organização foi o de horticultura e apicultura, viabilizado por um financiamento da Embaixada do Canadá e com o apoio técnico da ONG IPHAE. Os agricultores eram filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto do Oeste - STR e buscavam criar uma alternativa de produção que pudesse responder às questões econômico-produtivas, sociais e ambientais de forma sustentada. O escopo maior do grupo, neste início, era a questão da segurança alimentar das famílias, mas a apicultura alcançou

maior destaque. O projeto de apicultura envolveu inicialmente 8 famílias, porém, contava com grande potencial de replicação, sendo que em poucos anos aumentou significativamente o número de famílias participantes.

Já em 1990, o STR de Ouro Preto do Oeste desenvolveu um projeto de maior envergadura, ainda tendo como parceiro o IPHAE, para a implantação de unidades experimentais de Sistemas Agroflorestais (SAF's). As unidades de SAF's propostas eram compostas de espécies frutíferas, palmáceas e espécies florestais madeiráveis nativas, com potencial econômico de médio e longo prazo. No contexto desta iniciativa, foram formadas inicialmente cerca de 120 unidades demonstrativas de SAF's em propriedades de agricultores sindicalizados.

Além da promoção da apicultura, horticultura e da formação de SAF's, o grupo que se formava promoveu dezenas de cursos de capacitação, visando sensibilizar os produtores a adotar novas formas e técnicas de produção, tais como o abandono da prática de derrubada e queima da floresta e do uso de agrotóxicos. Também, foi desenvolvido um trabalho com grupos de mulheres no qual buscavam reforçar a preocupação com a segurança alimentar familiar, pelo aproveitamento de alimentos produzidos nas pequenas propriedades. Para entender o significado da APA, principalmente para as mulheres e a discussão sobre gênero na região, destacamos trecho a seguir.

Aprendi demais com a APA, meu trabalho era só trabalhar e não ter nada de troca antes, depois da Apa comecei a aproveitar melhor, fazendo doces, e envolvi várias mulheres, foi um trabalho muito gostoso, que eu tenho orgulho de dizer, o tanto de mulher que a gente trabalhou e que eu fiz parte disso, então eu aprendi muito com a mulherada com os homens também né, que a gente trabalhou muito junto. A organização, a forma da mulher na sociedade e até na propriedade, ela tem seu lugar garantido... Então foi um aprendizado, assim que não tem dinheiro que pague [...]. (M. A. F., 45 anos, Nova União).

Em 1991, já estavam envolvidas com o grupo cerca de 20 famílias, adotando formas alternativas de produção e gerando excedentes de mel para a comercialização. Em 28 de outubro de 1992, foi realizada a assembléia de fundação da Associação dos Produtores Alternativos – APA, com 29 assinaturas de produtores da região de Ouro Preto do Oeste. A sede da Associação foi estabelecida na própria sede do STR e ali ficou até 1997.

A produção de mel foi o primeiro carro-chefe da produção na APA, assim o grupo

conseguiu despertar o interesse de outras organizações. Para ressaltar o papel de modelo que a associação desempenhava para a região norte, o trecho a seguir nos dá conta desta dimensão.

A gente não tem dúvida nenhuma que nós fomos pioneiros, quando a gente começou a falar de pupunha, eles davam risada, não sabiam nem o que que era, quando via a gente com a colméia na garupa da moto, ou da bicicleta, aí ficavam admirados, assustado com abelha presa assim... Deu trabalho, elas tem as agressões dela, mas tem como manusear [...]. (J. K., 47 anos, Nova União).

Ao longo da década de 1990, a APA viabilizou uma parceria com o Governo do Estado de Rondônia, buscando seu apoio para aquisição de uma unidade local da CEPLAC (anteriormente destinada a beneficiamento de cacau) que, naquele momento, estava desativada. Ao alcançar tal propósito a APA passou a dispor de uma significativa infraestrutura, que foram destinados para ser sua sede e para formar agroindústrias beneficiadoras dos produtos agroflorestais oriundos dos SAF's.

Como relatado, a comercialização da produção de mel foi a primeira iniciativa de obtenção de recursos para a construção da unidade produtiva. Durante esta pesquisa, pode-se conferir o grau de empenho e as dificuldades para que aquele grupo de agricultores conseguisse adquirir sua unidade beneficiadora:

Aí, a gente começou a criar abelha, mas isolado, e a gente tinha dificuldade pra comercializar, daí fomos entrando em contato, alguém em tal lugar, ficamos 2 anos e foi expandindo a apicultura e vimos a necessidade de criar a associação pra facilitar... Nós comemos o pão que o diabo amassou! [...]. Naquela época a gente parecia mendigo ia pra Porto Velho arrumar dinheiro pra pedir passagem, tudo pra não gastar. Aí nos acumulamos R\$ 25.000, isso foi em 1993 aí chegou no fim de ano a gente comprou aquele terreno, compramos por R\$ 45.000, pagamos e logo começamos a construir. E sempre perguntavam como é que vocês fazem?...A gente nunca teve salário [...]. (J. K., 47 anos, Nova União).

A preocupação com a diversificação das fontes de renda levou a procura de meios para concretizá-la. Em meados da década de 1990 a APA buscou apoio externo através de submissão de projeto, que foi aprovado dentro do programa PDA (Projetos Demonstrativos Alternativos). O PDA tinha como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da preservação da floresta e dos demais recursos naturais e

melhorar a qualidade de vida dos agricultores por meio da geração de alternativas econômicas. Para tanto, propunha-se a financiar unidades demonstrativas de experiências consideradas com potencial de replicação no contexto regional.

Nessa fase, o número de adeptos cresceu, passando de 12 para 30 e depois para 100 famílias manejando uma área de plantio de pupunha consorciada com outras culturas. O aumento da produção trouxe a necessidade de investimentos no beneficiamento e na comercialização, levando a APA a implantar uma indústria de palmito de pupunha e uma unidade de despolpar frutas.

As transformações começavam a surgir, os efeitos dos novos modelos em que aqueles agricultores estavam apostando já traziam retorno financeiro e ambiental, ficando demonstrado que era a percepção sobre o meio ambiente e sua relação com o modo de fazer agricultura que estavam agora garantindo a manutenção daquelas famílias em cima da terra. Consideremos os seguintes trechos das entrevistas para imaginarmos o mundo de transformações que ocorriam aquelas famílias.

O interesse era trabalhar a diversificação da produção, porque ela garante a sobrevivência na pequena propriedade e aí vem um monte de coisa, vem segurança alimentar [...]. (A. C. O., 55 anos, Mirante da Serra).

Começamos a perceber que aonde tinha um pé de ingá, o pé de café era mais sadio e a gente começou a plantar cacau, café, ingá, se brotava uma árvore no meio deixava ela lá, e a gente começou a fazer área de SAF e deixava pupunha, e plantava mandioca e deixava árvore, o pessoal da Emater e da própria Ceplac, dizia que não podia, dizia que fazia sombra, que consumia umidade [...]. Hoje, os Saf viraram política pública [...]. (A. A. S., 53 anos, Nova União).

Aí, a gente começou a fazer umas visitas pra fora, aí vendo a necessidade perguntei por que esse nosso lote não pode voltar a ser o que era? Aí, comecei a trabalhar e a trazer, foi um pouco difícil colocar isso na cabeça do meu marido... Aí, comecei a trazer mudas, fizemos esse consórcio e daí a gente começou a ver o resultado, começou a ter frutas, o açá e aí começou a mexer com árvores. Foi um desespero pra nós, de ver tudo se acabando e a gente contribuindo pra isso acabar e a gente fez um exame de consciência e começamos a voltar [...]. (M. A. F., 45 anos, Nova União).

Ao serem questionados sobre os aprendizados deixados pela Associação, os agricultores destacam que diversificação da produção foi o grande legado da entidade. Eles também manifestaram que aceitar os problemas oriundos da gestão e administração da organização foram seus principais problemas. Entretanto, a diversificação aparece como

solução para enfrentar as diversas crises que o sistema de monocultivo do café ou da pecuária de corte lhes proporcionava:

Não fui só eu que aprendi, ela teve uma história diferenciada, principalmente diversificar, respeitar o solo, nós estamos morrendo sem saber que a terra não pertence ao ser humano, que a natureza não reclama, mas ela se vinga, então aprendemos um monte de coisa. De você poder sobreviver se defendendo com o próprio mecanismo de aplicação de recursos, produtos naturais, então eu acho que hoje quando se fala em legislação, esses agricultores hoje têm um conhecimento maior do que os próprios que querem aplicar as leis, respeitando o equilíbrio ambiental, ele conhece mais na prática [...]. (A. C. O., 55 anos, Mirante da Serra).

As ligações com o terceiro setor e a forte ligação sindical que os agricultores possuíam podem ser considerados como motor de criação das principais diretrizes político ideológicas da APA, que em seu estatuto de sua fundação, eram: a) Apresentar uma alternativa à produção tradicional; b) Estabelecer uma política local de segurança alimentar familiar; c) Desenvolver técnicas diferenciadas de produção; d) Ser a vertente econômica da luta dos trabalhadores, com vista à melhoria da qualidade de vida das famílias; e) Iniciar na prática e consolidar uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região.

No período de três anos (1997-2000), que compreende a chamada primeira fase do PDA para a APA, os agricultores enfrentaram desafios, problemas e dificuldades, mas também conseguiram uma melhoria significativa nas condições técnicas e estruturais. Condições que permitiram à APA avançar no processo de beneficiamento e de comercialização de palmito e mel, que até então eram restritos ao mercado local.

Outras iniciativas foram surgindo e se fortalecendo ao longo do processo de implementação do PDA, com o envolvimento dos grupos de mulheres nas atividades. Desde o ano de 2001 até o seu fechamento a APA buscava consolidar sua planta agroindustrial, organizada em cinco linhas, a saber: 1) Indústria de palmitos de pupunha em conserva; 2) Indústria de polpas de frutas; 3) Unidades artesanais de produção de alimentação alternativa: farinhas multimistura, pó de mesocarpo de babaçu, farelo de arroz, pó de casca de ovo, pó de sementes, etc.; 4) Indústria de beneficiamento de mel e outros produtos apícolas; 5) Unidade de produção de doces e geléias.

Com a trajetória narrada, verifica-se que a APA passou a ter uma atuação diversificada necessitando envolver-se em diversos âmbitos do processo produtivo para viabilizar seus

propósitos. Atuava, assim, em quatro eixos principais: Produção sustentável, baseada na cooperação técnica e fomento às famílias de produtores com sistemas agroflorestais e núcleos apícolas; Beneficiamento da produção familiar, focado no gerenciamento e operacionalização das agroindústrias de palmito de pupunha, polpas de frutas regionais, mel, pó de mesocarpo de babaçu e farinhas multimistura; Comercialização e marketing dos produtos sustentáveis, centrados no escoamento, pesquisa e abertura de mercado, certificação, propaganda e venda dos produtos; Capacitação e formação de produtores e agentes agroecológicos, com enfoque para a produção agroecológica e gestão ambiental.

No ano de 2003, a APA aprovou um projeto de Manejo Florestal Comunitário em Assentamento via Fundo Nacional do Meio Ambiente. Dentre os frutos daquele projeto estão à consolidação da Reserva Legal em bloco do Assentamento Margarida Lopes em Nova União. Naquele período a reserva sofria com a pressão de posseiros e invasores, que abriam picadas para roubar madeiras de dentro da reserva.

Se não fosse a Apa, aquela reserva os invasores já tinham detonado tudo, e até nesta questão de meio ambiente e desmatamento, a gente conversava direto aqui [...]. (J. A. V., 39 anos, Nova União).

Em uma visita no ano de 2006 encontramos uma grande área desmatada e com enormes quantidades de madeira em decomposição. Com a articulação da APA, uma nova associação foi criada no assentamento Margarida Lopes, e o projeto conseguiu adquirir material para beneficiamento das madeiras já exploradas, entretanto, o aproveitamento madeireiro sempre foi um dos principais entraves encontrado entre os membros da APA e da Associação do Assentamento.

3.4 O FECHAMENTO DA ASSOCIAÇÃO

Ainda são muito controversas as análises sobre as práticas dos mediadores sociais nos projetos de desenvolvimento rural no Brasil. As possibilidades que se apresentaram ao chamado “Terceiro Setor” foram responsáveis pela articulação de diferentes movimentos,

entre eles destacamos a causa ecológica. Entretanto, a análise das ações do Governo Luis Inácio Lula da Silva, indicam que ao invés de manter uma lógica independente do Estado, visando à manutenção dos sistemas de produção baseados na produção ecológica, o que encontramos foi à manutenção dos serviços básicos de assistência do estado. Na Figura 2, sede da Apa fechada em 2009.



Figura 2 - Sede da Apa fechada em agosto de 2009

Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2009).

Além de atuar nos eixos apresentados, a APA executou alguns projetos de desenvolvimento rural sustentável em parceria com diversas organizações. A decadência do Proambiente e o domínio das novas esferas institucionais, como o Programa de Territórios Rurais, fizeram com que os recursos sejam disputados por prefeituras secretarias e ONG's. A construção de uma nova forma de assistencialismo com políticos, técnicos, e mediadores sociais revela a incapacidade do grupo de agricultores em administrar à nova “máquina” institucional que existe hoje.

A associação chegou a contar com cerca de 250 associados em 2006, distribuídos nos municípios da região de Ouro Preto do Oeste. Embora seus associados efetivos caracterizem-se como agricultores familiares, o número de agricultores abrangidos por seus projetos foi

efetivamente maior, se comparado ao universo de cerca de 20 mil agricultores existentes na região. Levando-se em consideração somente o Programa Proambiente, no qual a APA era a principal executora, o número de beneficiários do projeto chegou a 367 famílias.

No contexto da experiência da APA, destacou-se a forma de gestão, que estava fundamentada na participação efetiva dos associados nas tomadas de decisões, seja através de reuniões ou de assembléias gerais. Um dos maiores problemas enfrentados pela Associação que vieram a culminar com o seu fechamento esteve na sua organização interna. A cada ano, era realizada uma assembléia geral com a prestação de contas, e era escolhida uma nova diretoria a cada quatro anos. Esta diretoria seria composta por um presidente, secretaria geral, conselho fiscal, coordenador de produção de matéria-prima, gerente de projetos, gerente de comercialização e marketing, gerente de agroindústria, gerente administrativo e financeiro, e um coordenador de capacitação e organização política, somando 12 dirigentes – correspondendo a cargos não remunerados. Para execução das atividades da APA eram contratados funcionários permanentes para gerência, atendimento ao público em posto de venda e para coordenação das operações nas agroindústrias, motorista, além dos trabalhadores temporários (que respondiam pela produção nas agroindústrias) em época de safra.

Entretanto, a capacidade de processamento da fábrica e os contatos de comercialização estabelecidos provocaram um déficit na produção, pois os plantios até então realizados, eram insuficientes para abastecer a unidade de processamento e atender aos pedidos de mercado. Para contornar o problema, a direção da APA intensificou a sua ação junto aos sócios, visando ampliar as áreas plantadas. Além disso, percorreu outros municípios da região em busca de novos adeptos (FIGUEIREDO, 2007). Os momentos que mostram o momento e a situação daquela fase são expostos no trecho a seguir.

Não tinha como a estrutura que gente tinha na época, a gente tinha uma estrutura bem razoável, uma coisa que era um fator muito importante, nós nunca tivemos dificuldade de comercializar os produtos [...]. A gente sempre tava com deficiência pra entregar produto, muito pedido, não dava conta [...]. A caldeira não esfriava, a gente nunca teve problema de produto nosso estocado [...]. (J. K., 47 anos, Nova União).

Com relação à comercialização a associação encontrava-se diante de um dilema. Ao mesmo tempo em que a direção da APA e seus associados se sentiam confortáveis por

conseguirem vender toda a produção, também precisavam decidir se iriam continuar crescendo para atender ao mercado. Além disso, se por um lado o crescimento poderia representar mais famílias agricultoras participando e sendo beneficiadas, por outro, trazia para a APA a seguinte questão: como ampliar a escala de produção e produtores e ao mesmo tempo acompanhar e garantir a qualidade dos produtos? (FIGUEIREDO, 2007).

A associação tinha um mercado estabelecido, possuía um grupo de associados fiéis, sempre com produtos para serem entregues. Contudo, em meados do ano de 2007, a fábrica encerrou as atividades, e logo em seguida, a loja de produtos fechou, começaram a surgir credores, contas começaram a atrasar e projetos que estavam em andamento foram paralisando, até que se os associados decretassem o fechamento da entidade. Mas o que aconteceu na opinião daqueles agricultores? Será que eles tinham alguma explicação para o encerramento de uma organização com mais de 15 anos de vida? Vejamos alguns dos motivos apresentados pelos entrevistados.

Associação é uma boa coisa, mas eu não tenho mais coragem de encarar uma dessas. É uma estrutura muito difícil de funcionar num sistema que a gente tem hoje, as pessoas culpam o sistema assim como o destino, mas hoje no país capitalista você falar de solidariedade, de associação, cooperativismo, companheirismo [...] O sistema capitalista sempre foi “burro de tapa olho”, ele não enxerga quem tá do lado dele. E pra viver o associativismo, a solidariedade nesse país, tem que ter uma estrutura muito bem ajeitada, senão não leva [...] A proposta da APA nasceu com objetivo de criar corpo, mas não teve espaço, porque a proposta da Apa é contraditória ao capitalismo e o sistema político bem arrumado do jeito que tá, ela vai até uma altura e a tesoura corta [...]. Já surgiram várias experiências, vão surgir outras ainda, é uma proposta de saída toda cheia de felicidade, mas o capitalismo não da corda não... Pesquisa em Rondônia quantas associações que criaram e quantas estão vivas? Ela tem um limite, por exemplo, aqui a igreja incentivou, a associação tomou corda, o movimento social tomou corda, aí chega no limite, e aí [...]. (A. A. S., 53 anos, Nova União).

E não adianta no país que você vive, você querer trabalhar o associativismo, trabalhar o espírito comunitário, o cooperativismo sendo que você vive no mundo capitalista, então você tem que saber distinguir as coisas se o que fala mais alto é o capitalismo, então você tem que respeitar a mentalidade dos seus associados, porque não adianta você radicalizar a mentalidade do cara, depois a propriedade, você mostra pra ele o caminho. Pega o agronegócio, a agricultura familiar também tá dentro do agronegócio, então você tem que mostrar caminhos, pra você mostrar que faz um trabalho voltado aos interesses da comunidade [...]. (A. C. O., 55 anos, Mirante da Serra).

Ambos entrevistados parecem saber de algo implícito, que eles denominam de “sistema capitalista”. Também concordam das dificuldades de trabalhar com questões como o

associativismo e a solidariedade nos dias atuais. Estas percepções, destes atores que se envolveram diretamente como o associativismo ecológico da APA, apontam para a conjuntura política e o momento que a associação chegou. Ao sair do comércio local e disputar o atual mercado global, a associação não conseguiu permanecer ativa.

Para Veiga et al. (2001), quando as tecnologias que foram adaptadas para certa base ecológica e locacional dão mais vantagem à exploração de economias de escala do que de escopo, sem que isso implique em proibitivos custos de transação, haverá irresistível tendência à especialização, e à conseqüente formação de uma economia local que reagirá apenas aos sinais enviados por um determinado mercado, em geral distante.

A opção estratégica e produtiva que a APA mantinha revela contratos de venda da produção de palmito de pupunha com instituições que não revelavam o mesmo cunho social da entidade. Contudo, a ALTER-ECO, sediada na França e com destacado trabalho no comércio justo, tinha o respaldo dos associados, que até ressaltam o papel que “os franceses” tinham na divulgação e comercialização da associação. Foi essa via de comercialização que levou o nome da entidade para o mundo, a APA chegou a ser considerada como referência em produção sustentável no início do século XXI. As economias rurais mais dinâmicas são as polivalentes, que simultaneamente importam consumidores de seus atributos territoriais e exploram economias de escala e de escopo na exportação de seus produtos. Só que é muito raro que uma região disponha de condições naturais e humanas tão privilegiadas. Por isso, acaba por prevalecer uma espécie de divisão espacial dessas vantagens competitivas, na qual manchas dinâmicas de vários tipos, e com vários graus de diversificação, se entrelaçam aos enclaves resultantes da especialização (VEIGA et al., 2001).

Todavia, quais seriam então os resultados deixados pela associação na comunidade? Como veremos, no próximo capítulo, a mudança no modelo de agricultura para uma agricultura ecológica, o que ficou foi o aprendizado destes agricultores sobre o meio ambiente e as relações com a comunidade. Além disso, a proposta da APA, apesar de não conseguir ter gerado uma nova sucessora, impulsionou diversas outras ações, sejam elas classificadas como políticas públicas, sejam como atividades promovidas de maneira isolada por aqueles que, agora, se reconhecem como “agricultura familiar”, ou “agricultores agroecológicos”. Vejamos, antes, alguns exemplos elencados pelos entrevistados daquilo que ficou da associação.

O que ficou foi o aprendizado, a forma de conduzir a propriedade [...]. O meio ambiente é o local em que você vive, você começa por você, vamos fazer a nossa parte, se todos estivessem fazendo a parte dele, era melhor, as questões ambientais, a segurança alimentar, se você fizer uma pesquisa se vê que os sócios da APA vão bem menos ao hospital, é aquele cara que não compra aquele suco de garrafinha, aquela carne do frigorífico, é aquele cara que não bebe refrigerante [...]. (A. C. O., 55 anos, Mirante da Serra).

Os maiores benefícios apresentados pelos entrevistados, foram as questões do ganho em saúde e do ganho ecológico. O respeito as questões ambientais foram as respostas mais encontradas, dando a entender que aquela agricultura que outrora destruía os recursos naturais e abalava as famílias, mandando filhos e netos para a cidade, hoje é principal retorno tido do engajamento com a Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste. Destacamos algumas destas transcrições.

Uma das coisas que dá pra gente ver é o lote das pessoas que eram sócios da APA, você vê a questão ecológica conservada, se você vai num que nunca foi sócio da APA é só capim [...]. (D. M., 44anos, Mirante da Serra).

Tem muitas famílias que hoje tem mais consciência com relação à produção orgânica, sem muito veneno, sem desmatamento, a questão do trabalho com a água, foi contribuição da APA [...]. (M. M. S., 47 anos, Nova União).

Eles têm uma mente mais aberta na discussão da agricultura familiar, hoje, eles vem agradecer, porque o leite quando caía o preço, passavam apuro e não tinha uma mandioca, uma batata [...]. Você chega numa propriedade, até a alimentação e as questões da saúde são diferentes, o meu pai era totalmente contrário e hoje continua melhor ainda... Tem muita gente que quando se encontra, acaba ate chorando de saudade, porque é um fruto que a APA deixou ali [...] A APA foi a melhor coisa que já existiu [...]. (M. A. F., 45 anos, Nova União).

O maior benefício é que se colhe mais a produção e maior, você pode usar mais foíce, menos veneno, a produção é mais saudável. (A. A. K., 54 anos, Ouro Preto do Oeste).

Apesar das dificuldades encontradas sem a Associação, os agricultores apresentaram suas conquistas e ganhos com a organização. Podemos perceber que a entidade deixou uma herança aos seus associados. Estes agricultores relataram haver grandes diferenças entre as práticas de suas propriedades e as dos vizinhos. Na Figura 3, temos um via de acesso a propriedades de ex-associado da APA, com seus coqueiros e açais, formando um dossel verde.



Figura 3 - Via de acesso a propriedades de ex-associado da Apa

Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2009).

3.4 MEDIAÇÃO SOCIAL E A DISPUTA PELO PODER

Nos últimos anos, os estudos antropológicos sobre sociedades rurais contemporâneas acabaram por desqualificar outras motivações subjacentes na luta pelo poder, como a construção de uma corrida pelo acesso a bens simbólicos e culturais. Estudos sobre as práticas sociais dos agricultores falharam em buscar a racionalidade dos agricultores apenas com base nos mercados, o que se constata é que existem paradigmas, ideologias, comportamentos, posicionamentos, disputas políticas, entre outros. Retratados por Delma Pessanha Neves (1998) apresentam uma lógica limitada e que não revela a interdependência dos agricultores com outros princípios de ordem social.

Na tentativa de entender o processo de decadência da APA, conseguimos encontrar

relatos e argumentos que corroboram com a idéia de Pierre Bourdieu. Que, em algumas de suas obras retratam a construção do poder sobre a ótica da capacidade que a representação simbólica através de determinados comportamentos, percepções e práticas sociais passam a exercer no “Poder de Dominação”. Seja entre camponeses e agentes do desenvolvimento, como nos processos de mediação social. Vejamos o que este entrevistado diz sobre o fechamento da associação.

Quando era troca de diretoria [...]. Era a maior dificuldade na hora de trocar diretoria. Geralmente as pessoas que estavam lá teriam que deixar o cargo e outras pessoas assumir, aí não acontecia isso, acontecia de ficar as mesmas pessoas na diretoria, só mudava de tesoureiro pra secretário, ou às vezes nem mudava, e aí você sabe quando a pessoa fica muito tempo no cargo [...] Acaba criando vícios [...]. (M. S. A., 57 anos, Mirante da Serra).

Reconhecer que todas as relações sociais, em particular as de mediação, envolvem posições de poder e de dominação, implica assumir que a assimetria na disponibilidade de recursos é um componente constitutivo do vínculo e, portanto condicionante da lógica de ação dos agentes e da capacidade de imporem sua visão de mundo. Assim, os processos sociais (embates, conflitos, disputas de poder, etc.) dão poder de nomeação e classificação, consistindo no que Bourdieu definiu como “poder de divisão” ou na constituição de identidades sociais, estabelecendo fronteiras e limites com o outro (BOURDIEU, 1996).

A relação entre diretorias de associações e associados cria o vínculo de reciprocidade, uma vez que geralmente os diretores não exerciam cargos remunerados. Todavia, há um processo de disputas entre os atores e organizações, portanto, é preciso uma análise das relações de mediações sociais, e seus jogos de poder subjacentes. É fundamental, então, não só compreender a maneira como os atores se inserem em certas realidades e até mesmo em certos papéis sociais, mas também como adquirem o poder de alterar as relações de forças dos campos em que estes papéis são desempenhados.

Quando este entrevistado demonstra sua clara insatisfação, fica entremeadado que a submissão ou dependência já estava enraizada, e todo e qualquer passo a mercê do posicionamento e aval político.

Nós fizemos uma eleição em assembléia, elegemos outros diretores, os caras chegaram e assustaram todo mundo... Faltou apoio político, deputado federal, senador, até o Lula sumiu (referindo-se ao presidente da república) [...]. (A. A. S., 53 anos, Nova União).

Menezes (2002, p. 34) argumenta que “há diferentes gradações de poder nas interações sociais, então, quanto maior for à distância de poder entre subordinados e dominantes, mais a interação tende a assumir um caráter ritualístico, ou seja, quanto mais ameaçador o poder, mais é a máscara”. Na Figura 4, temos a visita do presidente Luis Inácio Lula da Silva ao Assentamento Palmares, com exposição dos produtos da APA em Nova União no ano de 2004.



Figura 4 - Visita do presidente da república ao Assentamento Palmares em Nova União

Fonte: Acervo histórico da APA (2004).

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (a classe dominante), investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros. (BOURDIEU, 1996, p. 52).

Ao entrar no campo político de distribuição das “fatias do bolo” do governo Lula (2003-2006), a força que a APA tinha estava construída em cima de uma “representação”. No segundo mandato, começaram a se desestruturar. Esse fenômeno não aconteceu somente com a APA, outras organizações também sucumbiram. Fato este aliado ao Programa PROAMBIENTE, que chegou a condição de política pública, e hoje não consegue dar continuidade as ações planejadas para 15 anos.

Precisamos, então, problematizar o “poder” como um fenômeno que constrói relações e realidades, não como algo geralmente associado à política e à economia. Podemos pensar que o poder parece ser algo acessível a todos e passível de apropriação como outro objeto qualquer. Entretanto, não se pode querer pensar que o poder só existe na forma relacional e que não é a disputa apenas entre agentes, mas entre diferentes campos.

Mesmo destacando que a linguagem e as representações possuem eficácia simbólica na construção da realidade, Bourdieu alerta que é fundamental não depositar o poder nas próprias palavras. Podemos considerar o que Menezes (2002) apresenta

Nas interações sociais mediadas pelo poder, dificilmente “se fala a verdade”. No entanto, elas são orientadas por regras sociais de etiqueta e de boa educação, sendo na maior parte das vezes, representadas pela troca de amabilidades e sorrisos. Os indivíduos orientam seu comportamento pela posição da pessoa com quem estão se relacionando. (MENEZES, 2002, p. 36).

Segundo Olivier de Sardan (1995), não faltam escritos normativos descrevendo a missão dos agentes de desenvolvimento ou elogiando os méritos de determinado método aplicado. No entanto, há carência de discussões sobre os agentes de desenvolvimento no tocante à análise de suas práticas, de suas dificuldades e de sua “real” inserção no meio rural.

O desenvolvimento sob a sua forma operacional (serviços técnicos ou projetos) transita “inelutavelmente” por agentes de desenvolvimento, que constituem a interface incontornável entre um projeto e os seus destinatários (OLIVIER DE SARDAN, 1995). Para Abramovay (2006), o importante aqui é que os atores não são meros reprodutores das estruturas em que se inserem, mas tem a capacidade de alterar a correlação de forças dentro de um determinado campo, impondo um novo padrão de relacionamento recíproco como base de sua cooperação.

Entretanto, convém lembrar que o cenário das relações sociais estabelecidas num

processo de desenvolvimento nem sempre encontram terreno favorável, mesmo tendo o momento econômico e a conjuntura política mais propícia, existem regras não claras, ligações de interesse e de convivência entre as instituições e os atores locais que exigem uma percepção aquém das visões meramente setoriais.

Neste ambiente de relações sociais, os ganhos reais com os projetos de desenvolvimento comprometem a confiabilidade das agências com o público-alvo. Podemos citar muitos casos em que as organizações iniciaram com grande número de participantes e esgotaram-se, não raro, em menos de cinco anos, afundadas em dívidas e com graves problemas administrativos, financeiros e organizacionais.

Conforme Olivier de Sardan (1995),

[...] neste campo proposto pelo estudo da mediação o que está em jogo é o poder, e nesta condição enriquecer-se pessoalmente ou aceder uma posição de poder graças a uma rede de relações, passa a ser determinado pela detenção desta posição de poder e assim distribuir uma parte das riquezas adquiridas para aumentar sua rede de relações. (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p. 174).

A análise indica experiências que nasceram no contexto da reorganização e mobilização social da década de 1990, articuladas no que chamaríamos de oposição ao governo da época. Porém, ao entrarem na metade da década atual padeceram em dívidas, fragilizaram suas articulações, redes, e acabaram por penhorar-se e endividar-se em causas trabalhistas, como aconteceu com a APA.

A grande divisão encontrada na perspectiva de análise da mediação, é que Bourdieu denomina de “o campo das forças”, e que é também um campo de lutas destinadas a conservar e transformar o campo de forças. Segundo ele, é um campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes dotados de recursos diferentes (BOURDIEU, 1997). Entretanto, qual a força que isto atinge dentro de um projeto de desenvolvimento rural que passa a ter a representação de novos e diversos atores, até então, excluídos do próprio processo de desenvolvimento rural. Como as influências de poder configuram as novas demandas, na medida em que novas instituições se fortalecem?

Para entendermos a diferença temos que considerar que o desenvolvimento é claramente um lugar de afrontamento político. Apesar de recorrente na literatura sociológica, o termo mediação apresenta pouca investigação quanto aos aspectos referentes à configuração

das estruturas de poder, o que Olivier de Sardan convencionou chamar de “arena política para o desenvolvimento local” (OLIVIER DE SARDAN, 1995).

Vejamos a definição de Olivier de Sardan (1995) para o conceito de arena política em projetos de desenvolvimento:

O desenvolvimento é claramente um lugar de confronto político, mas num outro sentido do que aquele que damos habitualmente a esta expressão. Numa operação de desenvolvimento rural, por exemplo, que relaciona direta ou indiretamente, uma série de atores provenientes de categorias variadas: camponeses de status diversos, jovens sem emprego, mulheres, notáveis rurais, agentes de desenvolvimento de terreno, representantes locais da administração, membros de ONGs, especialistas, técnicos. Estes atores se desenvolvem ao redor de um projeto de desenvolvimento dado das estratégias pessoais e profissionais, administradas segundo critérios múltiplos: reforçar o patrimônio territorial para alguns, obter combustível e um veículo para outros, e assim, igualmente: melhorar uma posição institucional, obter um contrato melhor, aumentar uma rede de clientela, tornar-se indispensável, ganhar mais dinheiro, supervisionar o vizinho ou rival, criar prazer nas suas relações, permanecer no seu canto e evitar qualquer risco, etc. (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p. 173).

Longe de estarem em face de um universo sem gravidade nem pressões, onde poderiam desenvolver livremente sua estratégia, os agentes estão diante de um espaço de possibilidades que dependem estreitamente da posição que ocupam no campo (BOURDIEU, 1997). Existiria uma forma hierárquica, de manutenção do poder? A literatura nos aponta para situações em que grupos continuam controlando e mantendo o *status quo*. Existiria realmente a possibilidade de um desenvolvimento uniforme, justo e igualitário para todos estes atores?

A opção pelo conceito de arena parece ser a mais apontada para interpretação e análise do processo de ação de desenvolvimento. De ordem mais interacionista e política, aproxima-se mais da realidade empírica da intervenção, porque não seria possível definir um único campo de atuação dos mediadores, já que eles incorporam os capitais que se formam em vários campos. Colocando em jogo duas acepções de poder; grupos estratégicos heterogêneos se confrontam, movidos por interesses (materiais e simbólicos) mais ou menos compatíveis, dotados de poderes relacionais distribuídos de forma desigual.

Um projeto de desenvolvimento é uma arena. Olivier de Sardan (1995) reconhece que os usos que fazem os atores visíveis ou invisíveis de suas capacidades respectivas (ativas ou passivas de ação ou de prejuízo, ocultos ou públicos), perante as oportunidades oferecidas por um projeto, são o que desenham uma micro-política do desenvolvimento.

Olivier de Sardan (1995) chega a considerar a existência nos “dias atuais” de um mercado de valores e que os países do Sul são os que ganham mais “renda” com os projetos financiados pela ajuda externa. Este dado econômico é bem conhecido, mas têm implicações propriamente sociológicas menos visíveis, vinculadas aos modos de circulação e redistribuição desta “renda do desenvolvimento”.

Nesse contexto, qualquer projeto de desenvolvimento (e mais geral, qualquer dispositivo de desenvolvimento) aparece, assim, como um jogo no qual cada um joga com cartas diferentes e regras diferentes. Busca-se um consenso de que o Estado deve ser gerido como um espaço público, onde a participação da sociedade seja um instrumento básico de decisão sobre os rumos e prioridades do desenvolvimento (OLIVIER DE SARDAN, 1995).

Assim aumenta-se a complexidade sobre os estudos dos mediadores que operam referenciados por projetos de mudanças sociais. Para entender o sistema em que operam os mediadores, é necessário pressupor a interligação de mundos diferenciados por saberes especializados (NEVES, 2008).

A compreensão do contexto político e cultural de construção de arenas de articulação dos mediados funda-se no reconhecimento das diferenciações de posições sociais. Trata-se de uma confrontação e de uma luta de influências entre o conjunto dos atores implicados (população-alvo e agentes do desenvolvimento) em torno das vantagens e inconvenientes relativas (diretos e indiretos, materiais e imateriais) que toda ação de desenvolvimento procura (NEVES, 2008).

Com efeito, não são simplesmente os conhecimentos que se confrontam ao redor de uma operação de desenvolvimento, “[...] são também comportamentos, práticas, interesses, numa palavra dos atores sociais em carne e ossos, com as suas lógicas e as suas estratégias respectivas, múltiplas, diversificadas, ambíguas, flutuantes” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p. 159). Os conhecimentos são recursos para a ação: em outros termos as competências técnicas e sociais dos diversos parceiros (do lado das instituições de desenvolvimento, como do lado das sociedades campesinas) são levadas a efeito através de práticas e comportamentos.

Portanto, deve-se sempre perguntar qual é a lógica subjacente à prática social dos agricultores, mas também a lógica subjacente à atuação dos mediadores. A aplicação de um projeto de desenvolvimento poderia ser considerada como uma confrontação de diversas estruturas de ação coletiva, ou sistemas de ação organizada (OLIVIER DE SARDAN, 1995).

O campo de arena de mediação pode servir para a análise e avaliação de projetos de desenvolvimento pelo governo federal a partir do ano 2002. Dentre as políticas públicas que

se destacaram na capacidade relacionada ao fortalecimento das relações sociais entre atores envolvidos no processo de desenvolvimento rural podemos destacar algumas promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde estão as da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), e do Desenvolvimento Territorial (SDT). Os atores envolvidos nesse tipo de processo vão alterando seus comportamentos, tanto com relação aos outros atores, quanto com relação aos recursos que dispõem. Nas possibilidades de cooperação, que se abrem com o estímulo às relações mercantis, reside o principal triunfo para a alteração das correlações de força que podem levar a projetos que impactem de forma positiva no mundo rural.

A rede de relações de mediação, regulada pela dimensão da reciprocidade apresentou que mesmo assim os “mediados”, agem sem “mediadores”. O espaço de mediação é um lócus de produção de sentido, não existindo um conjunto de regras na mediação, a mediação acaba sendo um processo indefinido composto por relações sociais complexas que são mantidas sobre um código de herança, onde o antropólogo precisa considerar sua intervenção.

O impacto da corrupção, conceito que apresenta certo grau de dificuldade em analisar, simboliza, por exemplo, algumas das principais dificuldades encontradas pela sociedade na aplicação de projetos. Seja de ordem financeira ou estrutural, é aqui que aparecem os maiores casos de fracasso e onde encontramos o que parece ser a matriz dos problemas relacionados à corrupção. Concordando com Olivier de Sardan (1995), ela pode ser um mecanismo de regulação social extremamente importante “[...] a corrupção está particularmente vinculada com os processos de mediação [...] o poder é seguramente outro grande lar da corrupção, na medida em que é regulado por uma visão "neopatrimonial" que confunde bem público e bem privado”.

A ruptura do exercício institucional da mediação quer seja construído a partir de relações personalizadas, do contato face a face, ou de relações de reciprocidade, vai ao que Neves (1998) denominou de “avaliação moral dos comportamentos”. Esta deve considerar a própria contraditoriedade exercida pelo papel social de mediador.

4 A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Os processos de conversão que envolvem a mudança de uma agricultura tradicional baseada na alta utilização de insumos externos e da prática da derrubada e queima da floresta para uma agricultura ecológica são abordados neste capítulo. Apresentam-se os principais agentes envolvidos neste processo, além disso, o conhecimento ecológico e as inovações implantadas pelos ex-associados da APA são trazidos para o debate dando-se importância aos atores institucionais e ao papel da Assistência Técnica e Extensão Rural para o desenvolvimento da Agroecologia no estado de Rondônia.

4.1 OS ATORES ECOLÓGICOS

Depois da modernização, se reconhece cada vez mais que o campesinato permanecerá sob muitas formas novas e inesperadas, e que precisamos lidar com essa situação tanto na prática, como na teoria. Essa abordagem, a qual nem sempre é fácil de compreender, como demonstram os vários debates internacionais, contraria tanto a essência da abordagem marxista como da abordagem da modernização, as quais consideram que o camponês está desaparecendo e menosprezam, em grande medida, as trajetórias empíricas de desenvolvimento da agricultura no centro e na periferia.

Mattos, Faleiro e Pereira (2001) consideram que os agricultores familiares só poderão contribuir com a diminuição do ritmo de desmatamento da Amazônia se lhes forem asseguradas condições para garantir segurança alimentar sem a necessidade de uso do fogo e, no limite, sem a derrubada da floresta. Todavia, isso exigiria modificações que afetariam não apenas as práticas constituintes do sistema técnico de corte-e-queima, mas principalmente a própria maneira de produzir entre esses agricultores, significando a convergência com uma proposta de agricultura economicamente viável e ecologicamente sustentável (TURA; MATTOS, 2005).

Desse modo, a produção agrícola pode ser enriquecida a partir dessa interligação e, da mesma forma, as atividades extrativistas e de manejo dos recursos florestais podem ser também mais valorizadas. Ao mesmo tempo, tal intensificação dos sistemas de produção

agrícola e florestal poderá contribuir para barrar o processo de avanço nas áreas de fronteira agrícola.

Ploeg (2008) ressalta a importância da resistência de formas camponesas em busca de sustentabilidade, que se incorporam a esse processo no início do século XXI.

No modo camponês de fazer agricultura, o aumento do valor agregado por unidade agrícola é conseguido através de aumentos simultâneos em dois níveis inter-relacionados: o nível da comunidade camponesa em geral e o nível dos atores individuais envolvidos no processo. (PLOEG, 2008, p. 63).

Os produtores agrícolas, ao adotarem práticas para a transição agroecológica, tornam-se inovadores e experimentadores, e se encontram abertos a adotar novas práticas quando percebem que ganharam e/ou proporcionaram algum benefício ao agroecossistema. Nos últimos tempos, a inovação na agricultura tem sido impulsionada principalmente pela ênfase em altos rendimentos e no lucro da unidade produtiva, resultando em benefícios imediatos, mas também em uma ampla gama de efeitos sistêmicos e ambientalmente negativos (NARESSI, 2008). Nesse contexto, o paradigma da Agroecologia e da transição agroecológica então pode ser entendido como a representação daquilo a ser seguido. Tendo um pressuposto filosófico, uma matriz, ou seja, uma teoria, um conhecimento que origina o estudo de um campo científico. Pode também ser interpretada como uma realização científica com métodos e valores que são concebidos como modelo ou uma referência inicial como base de modelo para estudos e pesquisas.

Segundo Canuto (2005), do ponto de vista ecológico, as propostas agroecológicas mostram grande capacidade de reciclagem de materiais, possibilitando um circuito quase fechado de produção. A utilização de recursos renováveis, especialmente as fontes de energia baseadas na fotossíntese (em lugar do petróleo) são igualmente uma das vantagens da aplicação da Agroecologia. Isto tudo se relaciona com a proposta de substituir os insumos por processos e manejos, em que se aproveita o “efeito” da biodiversidade no equilíbrio dos agroecossistemas.

Uma abordagem acerca da transição agroecológica indica a necessidade de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas e variedades de sistemas culturais e condições sócio-econômicas, gerados a partir de estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste processo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Entretanto, quando se analisam os limites do modelo tecnológico herdado da Revolução Verde e se examinam as propostas orientadas ao desenvolvimento sustentável, o que se coloca em evidência é que a transição para uma agricultura sustentável não é um processo unilinear, mas sim de múltiplas dimensões, o que reflete a própria complexidade da noção de sustentabilidade enquanto meta a ser alcançada a médio e longo prazo processo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A discussão acerca dos comprometimentos sociais e ambientais do processo de ocupação da Amazônia ganhou duras críticas no decorrer da década de 1980. Com a decadência do regime autoritário foi possível detectar que a obsessão pela ocupação a qualquer preço da região trouxe um rastro de desequilíbrios sociais e ecológicos, com custos de recuperação bem superiores aos benefícios dela decorrentes.

Muitos agricultores ao chegarem de outras regiões do país trouxeram consigo valores, tradições, espécies e costumes que hoje fazem parte da situação local e que exercem pressão nas características sociais e naturais deste espaço rural. Elas vão desde a culinária regional, à religião, e conseqüentemente, os alimentos produzidos na região. Porém, a pressão que o forte setor da agricultura empresarial exerceu sobre a reprodução social do padrão camponês, requereu que fossem criadas medidas e programas voltados aos camponeses e produtores agroecológicos da região.

Os estudos sobre formas que viabilizam a produção no ambiente amazônico, ainda são precários. Por mais que o modo itinerante da agricultura familiar de Rondônia cause grandes impactos ambientais e esteja tornando-se insustentável na sua capacidade de produção, poucas são as alternativas que os técnicos dispõem para oferecer às famílias. Assim a tendência para o fortalecimento da agricultura familiar está baseada na diversificação dos sistemas de produção.

Atualmente, procura-se fazer essa diversificação dos sistemas de produção, com base nos fundamentos científicos da Agroecologia, que aparece como uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola buscando unir conhecimentos ecológicos modernos com a conservação dos recursos da agricultura tradicional. Através da conciliação de cultivos perenes e anuais, criação de pequenos animais, manejo e extração dos recursos naturais, buscam-se uma nova opção para desenvolver a família rural.

Mas, em diversos casos, as políticas destinadas à produção familiar podem causar problemas socioambientais não desprezíveis, como é o caso dos atuais projetos de crédito produtivo rural (TURA; MATTOS, 2005), que podem representar um estímulo a práticas mais

predatórias de uso dos recursos naturais (como o aumento do desmatamento, devido ao incremento concedido à atividade pecuária pelos financiamentos, por exemplo), além de muitas vezes aprofundar as já precárias condições de reprodução dessas populações, predominantes em muitos casos.

Hoje, acompanhamos a introdução de setores envolvidos com o tema (comunidade científica, ONGs, populações tradicionais, poder público) para elaborar recomendações para definição de políticas públicas destinadas ao uso, à conservação e à valorização da Agrobiodiversidade, bem como dos conhecimentos e práticas associados.

É preciso ter sustentabilidade e ao mesmo tempo assegurar a soberania alimentar. Para isso é preciso uma agricultura sustentável, que contribua com uma visão sistêmica. Os processos devem se dar através do conhecimento do agricultor, rompendo com que se tem hoje, que é a mera continuidade de uma simples substituição de insumos, por isso que é necessário um redesenho do agroecossistema.

Portanto, a idéia de diversificação proposta pela Agroecologia não está vinculada apenas na criação de um agroecossistema diverso, como também na diversificação das atividades produtivas e das fontes de renda. Assim, o agricultor não será dependente de apenas uma fonte de renda, e sim de várias, alcançando maior segurança alimentar, e da produção de alimentos industrializados. De modo a garantir que uma praga que ataque um dos produtos não deixará o produtor sem opção de renda ou alimentos.

Para entendermos melhor, os agroecossistemas são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável. Para Altieri (1989), são nestas unidades geográficas e socioculturais que ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas, constituindo o lócus onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, os primeiros objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas sim a otimização do equilíbrio do agroecossistema como um todo. O que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. Consideremos o trecho a seguir:

A abelha é o fator principal da produção, por causa do processo de polinização, se você não tem abelha começa a decadência na produção. Ai até você colocar na cabeça dos agricultores [...]. Muitos aderiram a proposta, muitos não aderiram, na realidade muitos acreditavam que o poder aquisitivo ia dobrar, ou que iam ganhar muito dinheiro, e na realidade é muito pelo contrário [...]. (A. C. O., 55 anos, Mirante da Serra).

Este ator esteve diretamente envolvido no âmbito de criação e funcionamento da APA, mesmo tendo a noção do papel que representam, por exemplo, as abelhas no sistema ecológico, ele relata que outros agricultores entram nesse campo, motivado mais por questões econômicas do que ambientais.

4.1.1 A Utilização das Terras na Região

Na região a quantidade de terra destinada a cultivos temporários é superior a total de área destinada aos cultivos permanentes. A área destinada às pastagens indica uso de forma extensiva, e é visivelmente mais elevada que a quantidade de terra destinada ao cultivo de culturas anuais e permanentes. Isso reflete no grande passivo ambiental que esta região ainda apresenta, principalmente em termos de área desmatada e/ou desflorestada. Analisando o resultado do processo de ocupação e colonização agrícola do estado de Rondônia, que ocorreu concentrando-se no eixo da BR-364, fica evidente a substituição de áreas de florestas nativas por cultivos agrícolas e gramíneas destinadas à formação de pastagens. Outro impacto significativo ocorreu em relação à biodiversidade, é a exploração florestal seletiva de madeira, envolvendo apenas espécies florestais de maior interesse econômico, que provoca o empobrecimento genético e econômico das florestas nativas, que ainda não podem ser mensurados.

Apesar das áreas desmatadas em Rondônia serem predominantemente ocupadas por pastagens extensivas, bem como o fato de que a pecuária vem aumentando significativamente ano a ano, parte das áreas com pastagens plantadas não estão sendo utilizadas corretamente. Uma análise preliminar constata que não se reformam as pastagens deixando de praticar alguns métodos como a calagem, adubação, controle de erosão, deixando-as transformadas temporariamente em áreas de pastagens sujas ou capoeiras, áreas que foram desmatadas e hoje

estão sendo subutilizadas. Paralelo à expansão da pecuária no estado, surgem os problemas das queimadas, que fazem parte do processo tradicional de limpeza das áreas para a formação e manutenção de pastagens.

4.1.2 Infraestrutura

As condições de saneamento básico, infraestrutura e de qualidade da água foram verificadas com questionamentos simples sobre a origem da água e o destino do lixo. Em nenhuma das entrevistas foi constatado que a família consome água tratada, que em Rondônia é um serviço oferecido pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD). Algumas apresentaram o consumo direto de poços cavados, com profundidades variáveis, houve o caso de um dos entrevistados estarem no mesmo dia da coleta de dados, fazendo a reforma do seu poço, por já ter percebido uma baixa no nível do lençol freático. Os demais apresentaram obter água por via de minas, aqui subentendido como as cacimbas ou nascentes, das quais se “puxa” água via encanamento. Na Tabela 1, o acesso a água nas propriedades visitadas.

Tabela 1 - O acesso a água nas propriedades dos entrevistados

Acesso a água nas propriedades visitadas	
Água tratada	0 %
Mina d'água	24 %
Poço subterrâneo	76 %

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (ago. 2009).

Já sobre a oferta de energia elétrica e o abastecimento da mesma nas propriedades visitadas, constatou-se que apenas uma não possuía luz elétrica, fato este relacionado ao corte por não pagamento e não pela falta de instalações. Ressalto aqui, que muitos associados da APA produziam polpas de frutas e as mesmas dependiam de um acondicionamento refrigerado, podendo este ser um motivacional a mais da necessidade dos mesmos em contarem com energia elétrica. Ocorreu também de em apenas uma propriedade, no interior de Mirante da Serra encontramos acesso a internet. Ainda que na forma discada, fator

corroborado pelo fato de umas das filhas do agricultor ser estudante da Escola Família Agrícola (EFA) no curso de técnico em agropecuária e a mesma utilizá-la para trabalhos escolares.

Quanto ao tratamento dos resíduos sólidos gerados na propriedade dos entrevistados, constatou-se que a maioria queima os resíduos do tipo papel e plástico, enterrando latas, vidros, tecidos etc. Em apenas uma propriedade o entrevistado mostrou ter ciência do impacto ambiental do lixo produzido e da sua correta destinação.

Nós enterramos desde 2002 no lugar mais alto da propriedade, mas a gente trabalha de uma forma pra não trazer lixo pra casa, no sítio não tem lixo, tudo que tá no sítio não é lixo. O lixo você traz da cidade, apesar de você precisar ir pra cidade, você tem que ir lá pra resolver problemas, o lixo você traz da cidade. Por exemplo, você vai no supermercado, esse produto que já tá embalado numa sacola plástica, e aí as meninas lá do balcão põe dentro de mais outra e oferecem mais outra, porque as vezes você tá de moto, e é pra não arrebentar a alça. E aí você vem trazendo essa coisa pra casa, aí essa coisa de não trazer lixo, então você pode fazer uma sacola, ou um bornal, e quando você for pra rua, você leva essa única sacola, do jeito que pega da prateleira, e aí coisa enlatado e conservante, é muito difícil a gente comprar... Esse lixo vai tudo pro buraco, quando acaba uma botina dessas, chinelo, alguma roupa, que nem deveria de usar, porque ela contém muito petróleo, e que nem deveria usar porque ela demora um cem anos, traz tudo pro buraco [...]. (P. P. A., 53 anos, Vale do Paraíso).

4.1.3 Caracterização dos Núcleos Familiares

Apesar da tentativa de fugir de qualquer tipo classificatório para os agricultores entrevistados, mostro em linhas gerais que os núcleos familiares possuem em média 5 pessoas por família. Estas mesmas pessoas são as que dividem as tarefas da propriedade, seja cuidar da casa e da horta para a maioria das mulheres, ou cuidar das atividades diárias da roça, como o trato com o gado, o cuidado com as lavouras e hortas e o trabalho em geral requerido pela unidade familiar de trabalho, para os homens.

Ressaltando a diversidade de migrantes que fizeram parte da APA, podemos destacar os estados de origem dos entrevistados, como: Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e Alagoas. A idade média dos entrevistados foi de 48,5 anos, considerando que a Associação chegou a existir durante 15 anos, este fator mostra que o engajamento destes atores deu-se com uma idade em que poderíamos considerá-los no auge

de sua atividade profissional como agricultores.

Em relação a escolaridade média dos entrevistados, encontramos a média de 4º série do Ensino Fundamental, este fator pode ser considerado como um dos motivos de falência da APA como assim me descreveu um dos ex-associados.

A gente não ter tido interesse de buscar a fundo de tentar entender a forma de gerenciamento daquilo ali, quando a gente acordou não tinha mais jeito, ali teve erro de nós todos, o maior erro foi a gente não ter estudo e não saber trabalhar uma organização do tipo que a APA era [...]. (M. A. F., 45 anos, Nova União).

Mas, as estatísticas da educação no campo provam que estes são mesmos os números encontrados e que a realidade hoje não é diferente para o interior de Rondônia. Abaixo, o Quadro 1 com a Caracterização dos Núcleos Familiares dos entrevistados:

Quantidade de Indivíduos do Núcleo Familiar (Média)	5 pessoas
Estado de Origem	PR, ES, MG, BA, AL, MS, MT
Idade média	48,5 anos
Escolaridade Média	4º Série do E.F.
Benefícios Sociais	Bolsa Família, Aposentadoria por invalidez, Aposentadoria por idade, Auxílio-Doença

Quadro 1 - Caracterização dos Núcleos Familiares

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (ago. 2009).

4.1.4 A religiosidade como fator cultural na região

A região em estudo chama atenção pela quantidade de festas religiosas que ocorrem nas comunidades visitadas, em referência ao fenômeno de crescimento das religiões evangélicas e episcopais, Rondônia chama atenção até no cenário nacional, tendo um dos maiores índices de adeptos das novas religiões evangélicas. Entretanto, a forte presença da

pecuária faz com que festas do tipo rodeio e exposições agropecuárias, sejam as de maior expressão em presença de público e organização.

Durante a coleta de dados, entretanto, chamou a atenção a Festa das Sementes em Ouro Preto do Oeste, evento organizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e que atraiu diversas comunidades de agricultores da região, para troca de sementes. De certa forma todos os entrevistados apresentaram alguma relação com a comunidade, no sentido de participar de festas comunitárias, cultos ou missas de igreja e atividades sociais de lazer como o futebol. Destacam-se, no Quadro 2, as seguintes festas da comunidade.

Nome da Festa	Município
- Festa da Santa Paulina	Nova União
- Festa de Santa Luzia	Mirante da Serra
- Festa de São João	Nova União
- Festa das Sementes do MPA	Ouro Preto do Oeste
- Festa da Comunidade Nova Galiléia	Mirante da Serra
- Festa da Comunidade de Santa Clara	Ouro Preto do Oeste
- Festa de São Daniel Comboni	Urupá

Quadro 2 - Festas das Comunidades

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (ago. 2009).

4.1.5 A escolaridade das crianças e jovens

Sobre a situação dos filhos e crianças da família estarem estudando, constatou-se uma preocupação dos entrevistados em garantir a educação dos filhos, apesar de encontrar em algumas famílias jovens que não estudavam mais, os mesmos estavam em casa, pois já haviam concluído o ensino médio. E o que aparece com destaque é a preocupação dos pais em colocar os filhos em escolas rurais do tipo Escola Família Agrícola (EFA). Durante os anos que acompanhei a região e coletei dados para esta pesquisa, pude trabalhar como monitor da EFA de Itapirema, localizada no município de Ji-Paraná. Além de encontrar muitos filhos de ex-associados da APA, também encontrei muitos filhos de ex-beneficiários do

PROAMBIENTE, que era executado pela associação. Além da oferta do ensino médio de técnico em agropecuária na EFA Itapirema, os agricultores da região em estudo dispõem da EFA do Vale do Paraíso, que oferta o ensino fundamental. Apesar das dificuldades encontradas pelas escolas para conseguirem manter turmas regulares e o acesso contínuo, as escolas famílias agrícola da região, também representam um desafio, pois ao trabalharem com a pedagogia da alternância, as mesmas oferecem um contato maior com as práticas na unidade familiar e a permanência deles na zona rural.

4.2 CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

Através de uma visão holística, a busca para criar um agroecossistema complexo e diversificado, está ligada a uma alta diversidade onde haverá interações benéficas, tanto ao homem quanto ao ambiente. Apesar de enfrentar dificuldades, percebeu-se que a experiência da APA não se restringe à busca de melhorias no sistema de produção, ao estar ligada a uma visão de mundo sustentável. Com a condução do trabalho, os agricultores familiares envolvidos dão passos importantes para a garantia de sua segurança alimentar por meio da diversificação da alimentação e obtenção de produtos sadios tanto para o autoconsumo quanto para o mercado (FIGUEIREDO, 2007).

A implantação de sistemas agroflorestais (SAF's), em áreas de assentamentos rurais na região amazônica tem sido apresentada como alternativa ao aumento das áreas desmatadas e das implicações ecológicas decorrentes da má utilização de seus recursos naturais para fins de desenvolvimento. Alternativas que levem a um melhor manejo desse ecossistema vêm sendo buscadas, considerando tanto os fatores ambientais como humanos. Estes SAF's permitem reintegrar aos sistemas produtivos, espécies arbóreas, que desempenham múltiplas funções (produção de frutas, de madeira, etc.).

Um exemplo de modelo divulgado é um sistema agroflorestal do tipo “consórcio agroflorestal”, que através da grande diversidade em pequenas áreas, oferece cobertura ao solo, trabalha com a ciclagem de nutrientes, mantendo os nutrientes e água disponível para as plantas. A estratégia de ação da APA privilegiava a criação deste tipo de consórcios agroflorestais. Vejamos o que este entrevistado diz sobre o sistema agroflorestal:

Você que trabalha com o sistema agroflorestal, você que defende a Agroecologia, não que você não possa atingir o poder aquisitivo, como na produção convencional, o fato é que ela se torna mais caro pra você, apesar de você estar trabalhando defendendo a questão da sobrevivência, trabalhando na geração de emprego e renda futuramente. Quando você planta uma árvore, você tá garantindo o móvel de uma casa, o emprego de um marceneiro, o emprego daquele que vai transportar a madeira e assim por diante, então você tá com o sistema agroflorestal você tá garantindo renda, emprego e qualidade de vida, só que isso tem um preço. Só que pra falar verdade em Rondônia, os políticos que tem o poder na mão não enxergaram isso ainda, não se dá prioridade, agora o sistema convencional o do agronegócio, é mais rápido, até o consumidor você encontra mais fácil [...]. (A. C. O., 55 anos, Mirante da Serra).

Portanto, aqui está uma noção de sistema agroflorestal que se interioriza na cadeia econômica. Este conceito não está vinculado apenas na criação de um agroecossistema diverso, como também, na diversificação das atividades produtivas e fontes de renda. Assim, o agricultor não quer ser dependente de apenas uma fonte de renda, mas sim de várias, alcançando maior segurança alimentar.

Não encontramos um padrão convencionado para os sistemas agroflorestais incentivados pela APA. Existe sim, um sinal para a reinvenção das coisas, contudo, a inserção da pupunha consorciada com as demais espécies é que deu origem aos principais consórcios agroflorestais da região.

E aí o incentivo da APA pra pupunha foi prioridade, plantar pupunha porque ela dava um retorno bem rápido e seguido da pupunha as frutas, araquá, cupuaçu, veio incentivo muito grande da APA, de não ter um só produto [...]. (P. P. A., 53 anos, Vale do Paraíso).

Para Altieri (1989), os Sistemas Agroflorestais (SAF) tendem a adotar os princípios da Agroecologia, constituindo o campo do conhecimento que promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade. Mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica.

Estas práticas agroecológicas resultam culturalmente compatíveis com a racionalidade produtiva camponesa, pois se constroem sobre o conhecimento agrícola tradicional,

combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna (LEFF, 2002). Por isso, a definição de que práticas agroecológicas vão consolidar o ciclo de atividades biológicas naturais do meio ambiente, corrobora com a ideia de que a simples produção de produtos orgânicos apenas isenta a produção dos insumos tóxicos (HECHT, 1989).

Para Dal Sóglio (2008), não faltam exemplos de como essas práticas e descobertas podem ser feitas. A partir da utilização de metodologias participativas, pode-se gerar e disseminar tecnologias de baixo custo que promovam a autonomia das comunidades. Nesse sentido, são necessárias mudanças no enfoque da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural. De certo modo todos devem se envolver e participar da geração do conhecimento agroecológico.

O conjunto de informações obtidas a campo trouxe-nos uma gama de práticas agroecológicas encontradas na região. Estas são apresentadas no Quadro 3:

- Compostagem
- Extrato de Nim
- Urina de vaca
- Adubação-verde
- Cobertura morta
- Mesocarpo de Babaçu
- Homeopatia animal
- Biofertilizantes

Quadro 3 - Práticas Agroecológicas encontradas na região em estudo

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (ago. 2009).

Muitos agricultores ao chegarem de outras regiões do país trouxeram consigo valores, tradições, espécies e costumes que hoje fazem parte do espaço local e que exercem pressão nas características sociais e naturais deste espaço rural. Elas vão desde a culinária regional, à religião, e conseqüentemente os alimentos produzidos na região. Encontramos nesta transcrição a herança de um passado em conflito com o futuro na prática da agricultura na região central de Rondônia:

Lá no Mato Grosso do Sul nos só trabalhava com animal, e aqui que nós tivemos que ir pra foice, botá fogo, o nosso padrão de vida caiu [...]. Porque nós tinha um padrão de vida bem bom lá no Mato Grosso. Nós tinha 14 alqueires de terra né, mas lá a forma de trabalhar era melhor; porque se trabalhava com animal, chegou aqui às terras de Rondônia é totalmente diferente de lá. Não tinha como mecanizar, cheio de pedra, aí o pessoal plantava café, e eu não tinha conhecimento de café, que nem meu pai, foi um sofrimento tremendo, nosso padrão de vida caiu muito, agora de uns anos pra cá que começou a melhorar, aí vem aquela questão né, só boi, boi, boi [...]. (J. F. C., 49 anos, Urupá).

Sem dificuldades encontramos este e outros relatos parecidos quando consideramos que no país, muitos agricultores tiveram que reaprender a fazer agricultura, quando foram assentados. Muitos dos assentamentos desconsideram a origem e a cultura anteriormente carregada pelos novos assentados, assim fica claro que a opção que parecer mais fácil e viável economicamente ganhará destaque, como vem sendo a pecuária para a região.

4.2.1 A diversidade na Produção Vegetal

Além da preocupação ambiental, a proposta da APA também trazia o elemento da melhoria na alimentação familiar. Segundo os entrevistados, a discussão que os orientava era a de que a melhoria da qualidade de vida passa pela qualidade da alimentação. Por isso, decidiram diversificar os plantios direcionando seu aproveitamento para o consumo familiar.

Quase tudo sai do sítio, o arroz, feijão, açúcar mascavo, melado, rapadura, carne, verduras, horta, carne (peixe da represa, galinha, ou mata lá um garrote), que quase não tamo consumindo carne vermelha, mais é por causa da vacina, é uma lei federal né então você tem que obedecer. E aí a gente tem matado garrote ou novilha, parece que cria um tumor, e não é só aqui, em quase todas as propriedades, tem um caroço nos animal. A gente fica com receio, de quanto tempo ela fica no organismo do animal, pra carrapato, berne, a gente tira aqui do sítio mesmo. Essa vacina aí eu não sei, agora sobre berne carrapato, a gente mexe com homeopatia, semente de mamona, você coloca no sal e elimina todos os bernes, [...]. (P. P. A., 53 anos, Vale do Paraíso).

Nas propriedades visitadas pode-se encontrar uma variedade grande de espécies vegetais e animais domesticados com técnicas de aproveitamento conhecidas do homem. Nos

Sistemas Agroflorestais e hortas visitadas e descritas pelos agricultores podemos encontrar uma gama de espécies introduzidas de outras regiões e espécies regionais com aproveitamento de seu potencial econômico e alimentício.

Alguns dados obtidos com a pesquisa de campo apresentam algumas espécies que foram encontradas nas propriedades visitadas, assim como algumas das lavouras, hortas, plantios e até a abertura de novas áreas através da derrubada (Figura 5) foram encontrados:



Figura 5 - Abertura de novas áreas com derrubada sem queima

Fonte: Pesquisa de campo (ago. 2009).

Esta propriedade mostra uma experiência de derrubada sem queima em Vale do Paraíso, onde o entrevistado conta que abriu um roçado novo e optou por não queimar a palhada. Após a abertura dessa nova área para cultivo de arroz ele opta pelo plantio da cobertura verde com Mucuna-Preta (*Mucuna aterrima*) que pode recuperar e adubar o solo, dando seqüência para o Arroz de Sequeiro (*Oryza spp.*), amendoim (*Arachis hypogea*) ou Inhame (*Dioscorea spp.*).

Também nesta propriedade verificou-se que o agricultor possui 6 (seis) variedades de feijão, e pude acompanhar o momento em que o feijão seria recolhido do campo após a colheita e secagem embaixo de lonas plásticas. Na Figura 6, o entrevistado fazendo a separação do feijão.



Figura 6 - Secagem e limpeza das variedades de feijão

Fonte: Pesquisa de campo (jul. 2009).

Em alguns casos os agricultores não abrem mais “áreas novas” para cultivo de lavouras, dependendo assim de outros agricultores vizinhos que produzem e comercializam seus excedentes ou na maioria das vezes ficam dependentes da ida ao supermercado. Quando indagados sobre a produção de alimentos e a dependência externa ficou constatado que na maioria das vezes a visita na cidade é para comprar produtos industrializados que eles não conseguem produzir na propriedade.

A produção de subsistência (para o consumo da família), alegam que produzir seu arroz e feijão é ter que dar comida para os bichos, um importante argumento a ser estudado, pois a incidência do ataque dos macacos e maritacas sobre milharais, arrozais e até pupunhais é atrelada à baixa ocorrência de áreas naturais para alimentação destes animais. Isso é resultado de anos de exploração e destruição das florestas nativas, em decorrência de outro ambiente não florestal e com domínio de pastagens. No Quadro 4 a relação dos principais alimentos produzidos nas propriedades e dos alimentos comprados fora:

Alimentos Produzidos na propriedade	Alimentos ou produtos comprados
Arroz, Feijão, Banha, Cupuaçu, Açaí, Carne de Porco, Carne de Gado, Carne de Frango, Melado, Cachaça, Açúcar mascavo, Ovos, Coentro, Couve, Rúcula, Inhame, Cará, Batata-doce, Café, Leite, Laranja, Limão, Sabão caseiro, Mel, Mandioca, Milho, Acerola, Banana, Quiabo, Abóbora, Cacau, Peixes, Carne de Carneiro, Babaçu, Patauí,	Sal, Sabão em Pó, Macarrão, Açúcar Cristal, Cebola, Água Sanitária, Óleo de Soja, Carne, Arroz, Produtos de Limpeza, Temperos,

Quadro 4- Principais alimentos produzidos e comprados para a propriedade

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (ago. 2009).

É como retrata um dos entrevistados ao citar que “ninguém planta pra alimentar bicho e se alguém plantar sozinho os animais vão na lavoura e atacam de vez com tudo, sendo assim ninguém planta”. Na Figura 7, o plantio do arroz de sequeiro:



Figura 7 - Plantio de arroz de sequeiro em Vale do Paraíso

Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2009).

Entretanto, ao mesmo tempo em que no Quadro 4 aparece uma grande diversidade de cultivares e produtos na agricultura praticada na região, cerca de quatro famílias são extremamente dependentes da compra de alimentos externos. Tendo sua produção alicerçada basicamente na produção de leite, e o orçamento familiar condicionado a compra dos alimentos para a família.

O plantio de mandioca (*Manihot esculenta*) para a fabricação de farinha também foi registrado entre os entrevistados. Entre estes plantios encontramos roças que servem tanto para a alimentação humana como animal, a plantação de espécies mais rústicas tem favorecido o cultivo de mandioca e o aproveitamento de seu beneficiamento com a comercialização destinada para as zonas urbanas dos municípios-sede. Na Figura 8, o plantio de amendoim com manutenção da cobertura morta do solo:



Figura 8 - Plantio de amendoim com cobertura morta

Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2009).

4.2.2 A utilização dos recursos florestais

A estreita dependência dos recursos florestais, por mais que tenha diminuído ainda está muito presente nas práticas agrícolas de alguns ex-associados da APA. Além de fazerem uso das madeiras encontradas nas áreas de reserva legal, existe a preocupação com o repovoamento de algumas espécies nativas e exóticas. Na Figura 9, plantio de *Tectona Grandis* consorciado com café.



Figura 9 - Consórcio agroflorestal Teca x Café

Fonte: Pesquisa de campo (nov. 2007).

Cafezais consorciados com espécies nativas como a Bandarra (*Schizolobium amazonicum*) (Figura 10).



Figura 10 - Consórcios Agroflorestais: Bandarra x Café

Fonte: Pesquisa de campo (jul. 2009).

Na Figura 11, temos o aproveitamento de um jequitibá em Ouro Preto do Oeste para a confecção de moirões e palanques para construção de cercas e currais para o gado.



Figura 11 - A utilização dos recursos florestais da região

Fonte: Pesquisa de campo (maio 2009).

A apicultura na região também requer materiais com maior durabilidade e resistência ao tempo. Na Figura 12 o entrevistado, morador de Urupá, mostra orgulhoso, uma tora de Cedro Rosa, recentemente derrubada e que lhe renderá muitas caixas novas para os seus enxames de abelhas e de vizinhos que o procuram para aquisição de novas caixas ou também para a substituição.



Figura 12 - Madeira de cedro usada para a confecção de caixas de abelha

Fonte: Pesquisa de campo (jul. 2009).

Ele ressalta, que enquanto uma caixa de Bandarra (*Schizolobium amazonicum*) dura cerca de 2 anos, a de Cedro (*Cedrella Odorata*) pode durar até 10 anos, mesmo com todas as intempéries que o clima local proporciona, como por exemplo, um longo período de chuvas. Já na Figura 13, vemos um viveiro particular para produção de mudas de pupunha.



Figura 13 - Viveiros particulares para produção de mudas de pupunha

Fonte: Pesquisa de campo (jul. 2009).

Durante sua existência a APA manteve um viveiro florestal com capacidade de atingir a produção de quinhentas mil mudas de essências florestais. Com o fechamento da associação muitos daqueles associados acostumados ao fornecimento de mudas gratuitas e de qualidade, se viram diante da opção de terem que produzir sozinhos suas novas mudas florestais. É o caso do agricultor da Figura 13. Diante de uma demanda e da pouca oferta que há na região por mudas de essências florestais de qualidade, o mesmo se viu forçado a montar um viveiro em sua propriedade. Além de baratear os custos de aquisição das mudas, principalmente da pupunha, o excedente gera uma nova fonte de renda através da venda indireta para amigos e vizinhos.

A utilização das espécies domesticadas na região varia entre os centros de origem. Podemos encontrar uma gama de espécies tropicais muito maiores que espécies subtropicais ou de clima temperado. Porém, algumas acabam ganhando maior destaque e aparecimento nas visitas realizadas. Abaixo no Quadro 5, o levantamento preliminar de espécies frutíferas e das essências florestais mais encontradas e inseridas nos Sistemas Agroflorestais dos ex-associados da APA.

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO
Espécies frutíferas	
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>
Jambolão	<i>Syzygium jambolanum</i>
Jambo	<i>Syzygium malaccense</i>
Abiu	<i>Lucuma aimito</i>
Mamão	<i>Carica papaya</i>
Abacate	<i>Persea americana</i>
Laranja e limão	<i>Citrus spp.</i>
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>
Babaçu	<i>Orbignya spp.</i>
Bacuri	<i>Platonia insignis</i>
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>
Araçá-boi	<i>Eugenia stipitata</i>
Graviola	<i>Annona muricata</i>
NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO
Essências Florestais	
Caroba	<i>Jacaranda copaia</i>
Sumaúma	<i>Ceiba pentandra</i>
Paineira	<i>Ceiba burchelli</i>
Freijó	<i>Cordia alliodora</i>
Breu	<i>Tetragastris altissima</i>
Tamarindo	<i>Dialium guianensis</i>
Jatobá	<i>Hymenea parviflora</i>
Bandarra	<i>Schizolobium amazonicum</i>
Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>
Taúba	<i>Hyeronyma laxiflora</i>
Canela de cheiro	<i>Nectandra lucida</i>
Jambo	<i>Bellucia dichotoma</i>
Quariquari	<i>Lagerstroemia speciosa</i>
Cumarú	<i>Micropholis pisonis</i>
Sucupira	<i>Sterculia pruriens</i>

Quadro 5 - Espécies florestais mais encontradas nas propriedades visitadas

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo, (ago. 2009).

A busca de informações locais sobre as espécies levaria muito tempo e não constituía o objeto principal desta dissertação, porém o conhecimento tradicional e popular das principais espécies que foram relatadas encontra-se no Quadro 6.

<p>Abacate (<i>Persea americana</i>): Espécie originária da América central produz bem, precisa de maior apoio para difundir melhor sua plantação e aproveitamento.</p> <p>Abiu (<i>Lucuma aimito</i>): Espécie regional, pouco difundida na região. Seu aparecimento se restringe aos Sistemas agroflorestais mais complexos encontrados na região, em Mirante da Serra.</p> <p>Babaçu (<i>Orbignya spp.</i>): Muito utilizado para produção de Pó do mesocarpo, utilizado pra nutrição humana e animal. Dentre as demais palmeiras ocorrentes na região o Babaçu é que mais se encontra disseminada e ocorrente entre as paisagens, muitos agricultores contam que o Babaçu sobrevive porque resiste ao fogo e ao pastoreio.</p>
<p>Bacaba (<i>Oenocarpus bacaba</i>): Encontrada em poucas propriedades, onde ocorre foi trazida de outro lugar e plantada pelo agricultor. É muito utilizada para fazer licores.</p> <p>Buriti (<i>Mauritia flexuosa</i>): Espécie encontrada nas áreas mais úmidas, muito relacionada às matas ciliares vem sofrendo com constantes desmatamentos e queimadas. Sua utilização pode ser vista desde a confecção de artesanato aos doces realizados com sua fruta.</p>
<p>Cacau (<i>Theobroma cacao</i>): Fruta que já representou muita riqueza e reconhecimento para Rondônia, hoje sua área cultivada diminui consideravelmente. Seu cultivo é extremamente ligado a existência de Sistemas sombreados, sendo utilizados espécies madeireiras ou pioneiras apenas para sombrear o cacau e fazer com que a produção aumente. O estado de Rondônia ainda é o 2º maior produtor de cacau do Brasil, porém sua produção é pequena quando comparada a da Bahia.</p>
<p>Cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>): Espécie bastante cultivada nos sistemas agroflorestais da região, com potencial de usos que vão desde a extração do óleo das sementes à fabricação de chocolate, polpa, balas</p> <p>Jambo (<i>Syzygium malaccense</i>): Muito encontrada também nas áreas urbanas dos municípios, serve de alimentação humana, é comum ver crianças subirem em árvores de Jambo e se deliciarem com seus frutos vermelhos.</p> <p>Jambolão/ Ou Azeitona (<i>Syzygium jambolanum</i>): como se costuma chamar na região, consumida in natura.</p>
<p>Laranja e limão (<i>Citrus spp.</i>): A laranja não apresenta boa qualidade na formação das frutas, seus gomos parecem secos, com pouca quantidade de sumo. O limão é descrito entre os melhores para plantio com produção satisfatória na região. Dentre as variedades encontradas a mais promissora parece ser o “Limão TAITI”</p>
<p>Mamão (<i>Carica papaya</i>): Espécie que produz muito bem na região e tem importância entre as cultivadas. Aparece muito nas propriedades visitadas e seu uso vai desde doce de mamão verde ao consumo in natura.</p>

Quadro 6 - Conhecimento tradicional sobre algumas espécies florestais na região

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (ago. 2009).

Onde encontramos áreas de regeneração da floresta com babaçus, é possível notar a presença de sua utilização pelos agricultores, anteriormente desvalorizado, seus produtos foram tabelados pelo MDA em 2009 em prol do fortalecimento do setor das quebradeiras de coco de babaçu no Maranhão e na Amazônia.

4.2.3 A diversidade na produção animal

A questão da produção animal apresenta-se como uma das condições que representam segurança alimentar aos agricultores entrevistados. Quando perguntados sobre os bens mais valiosos na propriedade, muitos respondem que são suas “cabeças de gado”. Isto reflete o grau de inserção da cultura de criação animal e pecuária que está presente na região. Mesmo que a produção ecológica influenciada pela APA tenha seus resultados, a manutenção de rebanhos para corte ou leite, ou ainda a criação de frangos e porcos, resulta também do trabalho de diversificação apoiado pela associação. Na Figura 14, aparece o rebanho de um entrevistado no município de Ouro Preto do Oeste.



Figura 14 - Rebanho bovino de um entrevistado no município de Ouro Preto do Oeste

Fonte: Pesquisa de campo (abr. 2009).

A pecuária extensiva de corte é encontrada nas unidades de produção familiar e geralmente se distingue mais pela produção de pecuária leiteira, dentre as raças mais usadas está o Gir Leiteiro e vacas de raças crioulas. A região de Ouro Preto do Oeste destaca-se no cenário estadual como a maior Bacia Leiteira do estado de Rondônia. Esta situação mostra a real situação da Pecuária Leiteira em Rondônia, pois mesmo com a baixa produtividade encontrada na aplicação dos questionários (dados preliminares apontam para uma média diária muito baixa, algo em torno de 2 a 4 litros de leite por dia) a atividade leiteira é dominante na região. A maioria dos entrevistados conta com algum plantel de vacas em lactação para sua subsistência. Na Figura 15, ilustramos a criação de búfalos de um ex-associado em Nova União.



Figura 15 - Criação de búfalos em Nova União

Fonte: Pesquisa de campo (nov. 2007).

Ao indagar este agricultor sobre alguma inovação realizada na propriedade, com o sentido de diversificar a produção ou a renda, o mesmo apresentou a sua criação de búfalos. Entretanto mostrou ter ciência do impacto ambiental do pisoteio destes animais nas áreas alagadiças que deveriam estar recobertas das matas ciliares.

O búfalo é uma inovação pelo lado econômico sim, mas ambiental não, porque eles degradam... A agregação de valor na produção, o queijo (eu vendo litro a R\$ 0,60 se eu faço o queijo ele me dá R\$2,00) [...]. (A. A. S; 53 anos, Nova União).

Como estratégias de segurança alimentar e de geração de renda adicional, muitas famílias também se utilizam da criação de pequenos animais. Entre os entrevistados esteve presente a criação de perus e frangos caipira. Outro animal com relevância na produção animal dos entrevistados é o suíno. Muitos agricultores possuem matrizes e porcos em engorda e dizem que alimentam os porcos com milho e alimentos produzidos na própria propriedade, mostrando o grau de independência junto a fornecedores de ração.

4.2.4 O reaparecimento de animais silvestres

A área colonizada, objeto deste estudo, situa-se no interior de uma região originalmente caracterizada pela presença significativa de florestas naturais. Num raio de 100 a 200 km, encontram-se importantes reservas naturais: O Parque Nacional dos Pacaás Novos (662.500 ha), a Área Indígena Uru Eu Wau Wau (1.800.000 ha), Área de Reserva Legal em Bloco do P.A. Margarida Alves e Palmares em Nova União (7.000 ha); Área Indígena Igarapé Lourdes (185.000 ha) e Reserva Biológica Jaru (268.150 ha).

Estas são importantes reservas da biodiversidade amazônica e pontos de equilíbrio do ecossistema da região. No Parque Nacional dos Pacaás Novos nasce a maioria dos rios do estado de Rondônia. Da mesma forma, nas áreas de reservas em bloco dos assentamentos criados nascem importantes rios contribuintes da maior bacia hidrográfica de Rondônia e aquela que recebe maior pressão antrópica, a do Rio Machado. Na Figura 16, o agricultor e seu papagaio de estimação em Urupá.



Figura 16 - Agricultor com seu papagaio em Urupá

Fonte: Pesquisa de campo (ago. 2009).

A prática de uma agricultura ecológica, sem a utilização do fogo e uso de agroquímicos, leva a uma nova mentalidade por parte dos agricultores quanto ao respeito pelo meio ambiente e as outras espécies silvestres que ocorrem na região. O intuito de questioná-los quanto ao reaparecimento de animais, plantas e insetos, serviriam como um indicador da atual situação ambiental encontrada nas propriedades dos antigos associados da APA. Visto que suas florestas encontram-se fragmentadas e sem os corredores biológicos necessários para a região, além da mesma se encontrar numa grande área de ecótono entre a vegetação de cerrado e de Amazônia.

Portanto, a simples ocorrência de alguns pássaros, mamíferos e até mesmo répteis pode alavancar futuras pesquisas na região, além de demonstrarem o nível de consciência ambiental dos agricultores. A seguir no, Quadro 7, a relação das principais espécies que foram relatadas pelos entrevistados:

AVES:	MAMÍFEROS:	RÉPTEIS:
Arara, Sabiá laranjeira, Jacú, Sanhaçu, Guaxo, Inhandú, Curió, Macuco, Pato do mato, Nambú, Maritaca;	Tatu, Irara, Macaco, Gaturama, Gambá, Cutia, Paca, Tamanduá,	Jacaré, Lagarto, Jabuti

Quadro 7 - Principais espécies silvestres que reapareceram na região em estudo

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (ago. 2009).

Na Figura 17 podemos destacar a criação de jacaré em Ouro Preto do Oeste e a criação de pacas em Nova União:



Figura 17 - Criação de animais silvestres nas propriedades visitadas

Fonte: Pesquisa de campo, (maio 2009, ago. 2009).

Destaca-se que nenhum desses proprietários credenciou-se ao IBAMA ou SEDAM para realizar uma criação comercial dos animais presentes nas Figuras 14, 15 e 16. Estes animais vivem em liberdade na propriedade e são tratados como animais domésticos, a não ser o caso da Figura 15, onde o agricultor pretende “engordar” o jacaré para depois abatê-lo.

4.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A assistência técnica da APA era estruturada com os “agricultores técnicos”. Estes agricultores eram capacitados dentro da organização que os denominava de agricultores técnicos desde a fase dos projetos de unidades demonstrativas de SAFs (quando a ONG IPHAE coordenava os trabalhos). Naquela época havia apenas três agricultores desenvolvendo essa função. Em 2006, esse número chegou a 25, mas para suprir a demanda no atendimento, a própria associação avaliava que seria ideal pelo menos 10 agricultores disponíveis para cada um dos seis municípios atendidos pela APA.

Em geral o “agricultor-técnico” recebia uma ajuda de custo para subsidiar seu trabalho de ATER, em algumas oportunidades estes recursos provinham dos projetos aprovados pelo PDA. Além dos “agricultores técnicos”, durante a execução da PROAMBIENTE, a entidade contou com a possibilidade de contratação de técnicos de nível médio e superior através das demandas dos projetos financiados por agentes externos, como o MDA e o MMA.

Caporal e Costabeber (2007) definem extensão rural agroecológica como:

[...] um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitiam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 64).

Os entrevistados relataram diversas vezes que ao terem que optar pelos órgãos de ATER, como a EMATER/RO, EMBRAPA ou CEPLAC, não conseguem fugir da opção de um modelo de agricultura convencional. Destacam, também, que os atuais técnicos chegam a saber menos que eles, e que preferem agir de maneira isolada ao terem que solicitar ATER convencional. Estes dados dão conta dos números encontrados nas entrevistas desta pesquisa apresentados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Prestação de ATER aos entrevistados da Apa em 2009

Instituição de Fomento	Quantidade
EMATER/RO	3
CEPLAC	1
EMBRAPA	0
PADRE EZEQUIEL ¹	1
TERRA Sem Males	1
Fetagro	1
Não recebem ATER	19

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (ago. 2009).

Destaca-se que um mesmo entrevistado recebe a Assistência Técnica e Extensão Rural de 3 entidades, Fetagro, Padre Ezequiel e Terra Sem Males. A assistência técnica sempre foi um diferencial da Associação dos Produtores Alternativos, tanto que em 2007 quando fiz minha primeira incursão sobre o universo da entidade já havia retratado especificamente este tema e maiores detalhes pode ser vistos em Quoos (2007). Os trabalhos de campo mostraram que a falta de uma assistência técnica voltada aos princípios agroecológicos ainda deixa muitos dos ex-associados com receio e desconfiança dos técnicos e agentes de empresas como a EMATER e a CEPLAC.

Hoje, o papel de extensão rural agroecológica é fundamentalmente executado pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que, neste caso, está representado pelos projetos coordenados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT): Projeto Padre Ezequiel e Projeto Terra Sem Males.

¹ Em 1987, a Diocese de Ji-Paraná criou o Projeto Padre Ezequiel, com intuito de desenvolver atividades alternativas. O setor agrícola do Projeto do Pe. Ezequiel, tem como principal atividade a capacitação técnica dos agricultores, através da Escola de Agricultores, na qual, são abordados temas diversos, contemplando preferencialmente metodologias e práticas agroecológicas, como alternativa ao modelo convencional de produção agrícola, que geralmente envolve impacto ambiental negativo, devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos, fertilizantes químicos e demais insumos industrializados, além do conhecimento técnico, é estimulada a organização das Associações de Agricultores, visando a participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, bem como na elaboração de políticas públicas.

4.4 A INOVAÇÃO ECOLÓGICA

A adoção das práticas agroecológicas não foi paralisada pelos agricultores da pesquisa, o resultado demonstra um tipo de mudança comportamental em relação ao modelo de agricultura na região. Todavia nem todos os entrevistados conseguiram substituir por completo o uso de agroquímicos.

Voltei a usar veneno por questão de tempo, você não consegue fazer bastante roça aqui em Rondônia sem passar veneno, você roça e brota rapidinho [...]. Porque o tempo do feijão ele é muito curto, o problema maior é você utilizar muito inseticida, e quando feijão tá de flor, quando tá crescendo a baginha e depois a gente usa o veneno do mela, a ferrugem [...]. (E. T. F., 53 anos, Nova União).

Mesmo encontrando alguns agricultores que voltaram a utilizar algum tipo de agroquímico, a falta do principal mecanismo de comercialização da produção agroecológica levou estes agricultores a procurarem diferentes saídas para a manutenção de suas unidades produtivas. Percebeu-se ainda, que para iniciar ou mesmo ampliar a proposta, foi necessário contar com parcerias e recursos externos. O apoio conseguido via financiamentos governamentais e não-governamentais indicam que as famílias agricultoras não conseguiriam realizar tais sistemas produtivos empregando apenas os recursos próprios. Mais uma razão para reconhecer que estabelecer parcerias e integrar redes de apoio consiste em elementos-chave para o avanço da proposta agroecológica na região.

O processo de transição agroecológica considera as inovações tecnológicas implantadas pelos agricultores nas suas propriedades. Indo além da simples substituição dos insumos, esse fenômeno caracterizaria também na contribuição do fortalecimento das lutas históricas camponesas.

No município do Vale do Paraíso um ex-associado comenta sobre suas principais inovações.

Além da experiência de plantar mucuna pra você recuperar a terra e você plantar o arroz, o feijão[...]. Tem o refrigerante do açaí, são poucas pessoas que conhecem e a gente vem passando pros grupos que a gente participa [...]. Primeiro eu fazia o

refrigerante da gengiba e depois eu passei a fazer do açaí... O açaí da mata nativo ele é 100% pra fazer refrigerante, vinho, suco [...]. (P. P. A., 53 anos, Vale do Paraíso).

O que a gente usa pra matar broca na horta é a pimenta malagueta com urina de vaca, outra hora é urina de vaca com nim, coloca no gado, deixa no tambor curtindo e depois bate, ajuda contra macaco no cacau e no café, usa de 3 em 3 dias [...]. (M. A. F., 45 anos, Nova União).

Curioso com a declaração de como a pimenta afugentava os macacos, sem precisar pra isso usar armas ou então veneno pedi uma explicação maior para o agricultor.

Quando o macaco passa a mão nas frutas, ele rapidamente coloca na boca, ao sentir a queimação da pimenta eles somem. Taí um excelente repelente natural, uma inovação descoberta pela experiência de tentar fazendo, além não achar maribondo, nem formiga [...]. (M. A. F., 45 anos, Nova União).

Entre as estratégias que os agricultores constroem de maneira coletiva e, às vezes, pela própria “aprendizagem e experimentação” também pode ser visto na conservação de sementes e de alimentos. Uma interessante maneira encontrada em Nova União e difundida no Assentamento Palmares em Nova União é a estocagem da produção anual de feijão em garrafas plásticas do tipo “PET” (Figura 18).



Figura 18 - Armazenamento do excedente da produção de feijão em Nova União

Fonte: Pesquisa de campo (ago. 2009).

O entrevistado mantém os feijões enterrados perto de casa, em uma quantidade estimada por ele de 200 garrafas de 2 litros cada. Ele conta que de um ano para o outro consegue manter o feijão com suas características naturais livre de insetos e bem conservado, bastando para isso que se coloque o feijão seco e feche bem a tampa da garrafa.

A floresta tropical parece ter mostrado para estes migrantes que muita coisa que não se encontra num primeiro momento um determinado uso, pode ser vista de uma maneira diferente e ganhar uma nova aplicação. A Castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) é de difícil germinação, por isso a demora em conseguir mudas da castanheira para reflorestar as reservas legais ou áreas de preservação leva alguns agricultores a optarem por outras espécies florestais. Entretanto, no município de Mirante da Serra um ex-associado da Apa conseguiu dominar o processo de quebra de dormência e segundo seus relatos tem conseguido até obter uma renda extra com a venda das mudas de Castanheira. Na Figura 19 uma semente pré-germinada de castanheira.



Figura 19 - As sementes pré-germinadas de castanheira em Mirante da Serra

Fonte: Pesquisa de campo (ago. 2009).

Como pesquisador indaguei sobre o seu método, e sem hesitar ele me contou que o que dificulta a germinação da castanha é a casca, que possui uma espessura grossa. Para evitar de “machucar o embrião e assim apodrecer a semente”, ele construiu uma sementeira e lá mantém as sementes em uma umidade controlada, afim de que as mesmas estejam prontas para serem plantadas na estação chuvosa.

Sobre o significado da Agroecologia e de porque estes agricultores continuam praticando uma agricultura sustentável, as considerações são relevantes para o entendimento do conceito holístico que o termo representa para alguns agricultores, principalmente aqueles que continuam engajados, seja através dos STR's ou do MPA da região.

É porque a agroecologia traz vida pra tudo, a agroecologia, ela traz desde os microrganismos que tão na terra, até nós e os animais no geral, tudo né. E ai você tá com alimentação saudável, sabe que é uma coisa que você pode chegar ali, você pode pegar um palito disso dali e espalitar os dentes que não tem veneno, não tem nada. Então, a agroecologia é vida né [...]. (P. P. A., 53 anos, Vale do Paraíso).

Com o fechamento da associação, muitos agricultores tiveram que encontrar outras formas de comercialização, estratégias de produção ou, até mesmo, ficaram sem saber que rumos tomar.

Porém, quando questionados sobre a preferência de continuar a trabalhar em associação, ou grupos ou de formas individuais, vejamos os resultados encontrados na Tabela 3.

Tabela 3- A confiança no Associativismo

Como preferem trabalhar hoje?	Nº na amostra
Individualizado	10
Associação	13
Organização	1
Grupos	1

Fonte: Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (ago. 2009).

Os resultados apontam que apesar da decepção com o fechamento da associação, mais da metade dos associados inseridos nesta amostra ainda preferem atividades em associação, grupos ou organizações. Para reforçar estas opiniões vejamos estas transcrições.

Hoje, eu quero ficar isolado, eu tô usando o aprendizado que a Associação me proporcionou, mas eu fui muito degradado com a história, inclusive eu uso muito isso, agora estou cuidando da minha vida [...]. (A. A. S., 53 anos, Nova União).

Prefiro associação, a gente tem mais benefícios, com máquinas e carros, um poder maior de negociação [...]. Individualizado não vai muito longe [...]. (F. B. F., 54 anos, Ouro Preto do Oeste).

As alternativas que os agricultores ex-associados da APA foram encontrando nestes quase 3 anos de fechamento da Associação mostram que, apesar de muitos destes agricultores continuarem produzindo de forma ecológica, outros foram se inserindo no modelo convencional de agricultura. Porém, chama a atenção deste entrevistado sobre sua perspectiva de futuro e da agricultura do jeito que esta:

Acho que a agricultura só piora, do jeito que ta caminhando é só gado, eu lembro que eu era coordenador desse trem, isso foi projetado pra assentamento agrícola, hoje não tem 10 % de agricultura o resto é tudo boi, aqui tem muito mais boi hoje

de quando era fazenda [...]. A minha agricultura eu não paro não, eu dou meu jeito ai, vamos mexer com pouco de criação tem que continuar a ter os frangos, eu não consigo viver sem banha, comprar carne no açougue, eu não compro um quilo de carne nem que seja a [...]. Ainda mais que tem umas notícias por ai que o pessoal vende umas vacas quase mortas [...]. (E. T. F., 53 anos, Nova União).

Este agricultor já havia sido visitado por este pesquisador no ano de 2006 e, naquela época, me apresentava com muita alegria sua área de reserva legal, que ele denominava de sua mata. Na Figura 20, respectivamente, a área em 2006, ainda com a floresta intacta e ao lado a mesma área já em 2009, quando o agricultor fez a derrubada para plantio de milho.



Figura 20 - Abertura de novas áreas para agricultura tradicional em Nova União

Fonte: Pesquisa de campo (nov. 2006, jul. 2009).

Quando realizei esta nova visita em 2009, encontramos a mesma área, que havia sido derrubado e apresentava evidências de que a padrão da agricultura tradicional ainda está permeada entre alguns agricultores que fizeram parte da APA. Isto poderia configurar a situação em que nem todos então são totalmente ecológicos? A intenção da construção desta perspectiva de transição agroecológica considera que muitos anos de um “ganho ecológico” podem ser “derrubados” em questão de dias. Por isso a firmeza na manutenção das políticas públicas que tenham como premissas a sustentabilidade da agricultura na Amazônia requer que não aconteça o que ocorreu com a APA. De uma associação de agricultores, passou a órgão executor de políticas públicas de âmbito nacional, isso levou muitos agricultores a acreditarem nas propagandas da remuneração pelos serviços ambientais e da Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica.

A seguir abordaremos como as políticas públicas vêm atuando com estes agricultores e o que aconteceu com as políticas públicas executadas pela APA.

4.5 OS ATORES INSTITUCIONAIS

O papel do Estado brasileiro na consolidação e efetivação do maior projeto de colonização agrícola na Amazônia no século XX fortaleceu a dependência de Rondônia para com o restante do país. Apresentam-se aqui os principais programas institucionais desenvolvidos durante o período da pesquisa na região estudada, entre eles destacam-se: o Programa de Aquisição dos Alimentos (PAA), o projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Territórios Rurais, e por fim o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE).

4.5.1 Comercialização Direta via Programa de Aquisição dos Alimentos

Como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, o governo federal criou, em julho de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Trata-se de um instrumento de política pública que visa atingir dois objetivos fundamentais no combate à fome: apoiar a comercialização agropecuária dos agricultores familiares, estimulando a produção de alimentos; e facilitar o acesso a esses alimentos pelas famílias em situação de insegurança alimentar (BRASIL, 2010). Na Figura 21, produção para o PAA em Urupá.



Figura 21 - Produção de Alimentos para entrega na CONAB via PAA

Fonte: Pesquisa de campo (jul. 2009).

Indo além das políticas agrícolas convencionais, o PAA pretende ampliar e aperfeiçoar o Programa de Apoio à Produção Familiar (Pronaf)¹ e, simultaneamente, canalizar para a agricultura familiar parte da ampliação na demanda de alimentos gerada pelos programas governamentais de transferência de renda, compras de alimentos e recomposição de estoques públicos.

Uma característica importante das iniciativas que promovem a produção é a de que elas possibilitam enfrentar tanto a necessidade de criar oportunidades de trabalho e de apropriação de renda a essas famílias como a de ampliar e melhorar a oferta de alimentos. Esta é, seguramente, a principal diferença entre uma iniciativa como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e programas de segurança alimentar baseados, exclusivamente, em compensação de renda monetária. O PAA tem a possibilidade de transformar a realidade de seus beneficiários, inserindo-os na esfera produtiva, certamente uma estratégia competente de promoção do desenvolvimento rural. (BRASIL, 2010).

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,

¹ Esta política pública será discutida posteriormente.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até os limites estabelecidos pelo Decreto nº 6.447 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens. Destacamos a seguir as seguintes opiniões sobre o PAA.

Com a APA fechada, mudou o jeito de produzir, a gente tem que dar valor pra cada pouquinho que produz, só o que sobra a gente vende, eu aprendi que a pessoa tem que deixar o da despesa [...]. O Proambiente e a APA deixou todo mundo desacreditado [...], agora a gente tem que ficar com o ruim e ficar com o bom [...]. Eu produzo pra CONAB: Mandioca, banana, inhame, banana, couve, rúcula, quiabo, abóbora madura, polpa de açaí[...]. (A. P., 46 anos, Urupá).

Eu entrego batata doce, rúcula, cebola, abóbora, mandioca, quiabo, couve, polpa de cupuaçu, manga, polpas de frutas para serem comidas nas escolas polos [...]. (A. A. L., 52 anos, Urupá).

Estes contratos de comercialização via PAA, apareceram, sobretudo no município de Urupá, para um entrevistado em Urupá o PAA é “uma das principais atividades em ação pelo sindicato dos trabalhadores rurais do município”. Os contratos no ano de 2009 foram realizados com 30 agricultores e estavam fixados em até R\$ 3.500,00 (anuais). Entretanto, o entusiasmo com esta política pública, que veio a sanar uma das principais dificuldades dos ex-associados da APA, parece estar aumentando, para 2010 os contratos com a CONAB, serão aumentados e chegarão até a R\$ 9.000,00 (anuais).

Ali é certeza de que vai ser comprado e recebe em 30 dias. O ponto de recebimento fica no município de Urupá [...]. É pra escola né, eles (CONAB) só diz assim, quem é o pai que tem as crianças na escola e que queira colocar um veneno brabo pra mandar pra escola? Ai a consciência é de vocês, ai isso não pode acontecer [...]. (A. P., 46 anos, Urupá).

Este mesmo entrevistado quando perguntado se existe algum tipo de controle sobre a produção sem agrotóxicos e a convencional, quando os produtos são entregues, é enfático ao dizer: _não tem controle nenhum. Já na Figura 22, apresentamos a produção de Cará agroecológico em Urupá.



Figura 22 - Produção de Cará em Urupá para comercialização direta via PAA

Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2009).

Diferentemente do proporcionado pela Associação, os agricultores agora não recebem um diferencial pela produção agroecológica. Seja via atravessadores ou comercialização direta, os ex-associados demonstram a insatisfação por terem perdido o maior mecanismo que tinham de comercializar seus produtos com preço diferenciado. O comércio justo tinha a APA como uma referência na região norte do país. Vejamos o que este agricultor relata sobre o comércio que a APA havia estabelecido com a Europa. Este diálogo foi relatado quando o agricultor contou sobre sua ida a Itália participar do evento Terra Madre² em 2006.

² O encontro mundial das comunidades do alimento reuniu cerca de 9.000 pessoas em Turim na segunda edição do Terra Madre.

Ainda não consegui entender como a Apa chegou nessa situação [...]. Já se via a decadência, o mercado aberto e eu sabia que não tinha como atender [...]. O mundo que nós abrimos e não vamos dar resposta. Construímos uma janela de comércio e não vamos atender[...]. (A. A. S., 53 anos, Nova União)

4.5.2 Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

Uma das estratégias implementadas para fortalecer o PAA na região tem sido a distribuição de horta PAIS. Inicialmente a entrega das hortas parece ter seguido um padrão em que foram contemplados aqueles agricultores mais engajados em projetos e organizações, como o sindicato dos trabalhadores rurais e beneficiários de programas como o Proambiente. Durante o período de coleta de dados, acompanhamos 5 hortas PAIS já instaladas entre o público da amostra.

O PAIS trata-se de uma nova alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar. Mas, pode usada por todo produtor rural que queira melhorar a qualidade da própria produção. Isso porque possibilita o cultivo de alimentos mais saudáveis. Tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização.

É agroecológica porque dispensa o uso de ações danosas ao meio ambiente, como o emprego de agrotóxicos (adubos e veneno), queimadas e desmatamentos. É integrada porque alia a criação de animais com a produção vegetal e ainda utiliza insumos da propriedade em todo processo produtivo. É sustentável porque preserva a qualidade do solo e das fontes de água, incentiva o associativismo dos produtores e aponta novos canais de comercialização dos produtos, permitindo boas colheitas, agora e no futuro (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2006). Na Figura 23, horta PAIS em Urupá.



Figura 23 - Horta PAIS instalada em Urupá

Fonte: Pesquisa de campo (jul. 2009).

Basicamente, o sistema consiste na implantação de uma horta em formato circular com um galinheiro localizado no centro da horta. Cada agricultor recebe o kit completo, com o sistema de irrigação, caixa d'água, tela, moirões e as matrizes para começar a produção de ovos e galinhas, hortaliças e adubo. Os agricultores se comprometem em produzir legumes e verduras bem como a produção de adubo e de comercializar sua produção.

Dentre as políticas públicas priorizadas pelo MDA nos últimos anos, em junho de 2009, o governo federal sancionou uma lei que estabelece que um mínimo de 30% dos recursos disponíveis para compra de alimentos da merenda escolar seja proveniente da agricultura familiar, priorizando assentamentos de reforma agrária e comunidades indígenas e quilombolas. Se o projeto tiver continuidade e realmente for implantado, pode solucionar um dos entraves encontrados pelos ex-associados da APA, porém, ainda na época de implantação das hortas destinadas aos beneficiários de Proambiente, não havia técnico para o programa, pois o mesmo encontra-se paralisado.

4.5.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

No bojo do processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural foram direcionadas para apoiar os setores mais capitalizados e com produção voltada para o mercado externo, parte da estratégia de se buscar o equilíbrio da balança comercial do país. Essa opção não beneficiou a produção familiar, majoritariamente excluída dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo quanto ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção (GUANZIROLI, 2007).

Até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política pública de âmbito nacional voltada para o atendimento das necessidades específicas dos agricultores familiares. Por pressão do movimento sindical de trabalhadores rurais, que começou a centrar suas reivindicações para a “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, o tema passou a integrar a agenda governamental com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996 (GUANZIROLI, 2007).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal linha de crédito oferecida pelo governo federal ao agricultor familiar, muitas vezes não consegue chegar aos agricultores mais isolados no interior de Rondônia. Contudo, esta aparece como principal política pública acessada pelos entrevistados, e que pode correlacionar diferentes fatores, como a busca pela mecanização da produção, através de pronaf de custeio e de investimento. Apenas dois entrevistados não acessavam nenhuma linha de financiamento na época da pesquisa. Este parece ter bastante ciência do que diz quando declara: “não tenho interesse de me endividar”. Entretanto, não aparecem, por exemplo, os Pronaf Agroecologia, ou Floresta, firmados para atender justamente este público e demanda.

4.5.4 O Território central de Rondônia

Em 2003, atores sociais que atuavam na promoção de ações voltadas para o desenvolvimento rural na região central de Rondônia,³ formularam e obtiveram aprovação do

³ O estado de Rondônia chegou em 2007 ao índice de 44% de toda sua área desmatada, apresentando-se como um dos campeões do desmatamento, perdendo apenas para Mato Grosso. O estudo mostra como este índice está

Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para a criação do Território Central de Rondônia no Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais – PRONAT. A aprovação esteve condicionada a critérios tais como concentração de agricultores/as familiares, existência de patrimônio ambiental e cultural como eixo aglutinador do desenvolvimento e capital social e institucional desenvolvido.

O território é formado por 12 municípios, sendo: Ji-Paraná, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Vale do Paraíso, Urupá, Mirante da Serra, Theobroma, Governador Jorge Teixeira, Nova União, Teixeirópolis e Vale do Anari. A gestão para o desenvolvimento territorial sustentado no Território Central é realizada pelo Fórum de Implementação das Ações do Território Central de Rondônia (FIATEC). Este fórum trabalhou através de oficinas de sensibilização e mobilização; elaboração de um estudo propositivo; reuniões técnicas; reuniões de arranjos institucionais de projetos; oficina territorial de concepção do desenvolvimento territorial; eventos territoriais de planejamento e gestão de desenvolvimento e um seminário territorial de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2007).

O funcionamento do FIATEC como organizador do processo de articulação e implementação de ações visa à transformação do quadro sócio-econômico, produtivo, cultural e ambiental da região. Este novo formato prevê que as iniciativas locais e municipais se submetam a uma lógica de elaboração de projetos a partir das demandas dos territórios em que estão inseridos. Para Schneider, Cazella e Mattei (2004, p. 44), a partir desta nova unidade de referência o governo atual pretende modificar o enfoque das políticas públicas.

Em 2007, foi concluído o documento intitulado Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Central de Rondônia (PTDRS). Nele podemos comparar a participação dos segmentos da sociedade civil, política e pública, assim como as principais demandas de projetos apontadas para a região (BRASIL, 2007). Se antes os projetos centravam-se na infraestrutura, agora deverão passar a atuar mais no fortalecimento da organização social dos agricultores familiares e estimular a participação das instituições de representação. A adjetivação territorial do desenvolvimento parte de uma idéia central de que o território é mais do que uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, pois possui um tecido social, inter-relações complexas que vão além de seus atributos naturais. Assim, a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial

vinculado ao desmatamento de Unidades de Conservação, revelando uma crise de governança, marcada por interesses privados de grupos políticos e econômicos que se infiltram nas mais diversas esferas da máquina governamental, comprometendo o funcionamento de instituições públicas, os interesses coletivos da sociedade e ao próprio Estado de Direito (GTA, 2008).

(PETTER; PETTER; QUADROS, 2007).

A elaboração do projeto de território é um processo que visa atribuir aos atores locais e às instituições, capacidades de valorizar o seu ambiente, agir em conjunto, criar elos intersetoriais tentando alcançar uma capacidade máxima de gerar valor agregado e iniciar processos que buscam relações com outros territórios (PETTER; PETTER; QUADROS, 2007). Entretanto, percebe-se a importância da esfera federal no âmbito desta interação, herança do modelo desenvolvimentista e setorialista empregado na região. A agricultura apresentava profundas transformações com o advento da revolução verde, existia um cenário favorável a aplicação de recursos e financiamentos de grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia. Estes giravam basicamente na abertura da fronteira agrícola, e no aumento da produção agrícola brasileira. A abertura das novas frentes de colonização demandava de financiamentos e apoio de instituições multilaterais de financiamento. A representatividade dos atores sociais está apresentada no Quadro 8.

Instituição Federal/Estadual	Sociedade Civil
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)	- Associação dos Seringueiros do Vale do Anari (ASVA), filiada a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	- Associação dos Produtores Alternativos (APA)
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	- Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mutua – (ACARAM) e, - Cooperativa os Produtores rurais Organizados para ajuda Mutua – (COOCARAN)
- Delegacia do Federal da Agricultura (DFA-RO)	- Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
- Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)	- Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia - FETAGRO
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)	- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR)
- Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social (SEAPES)	- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS)
- Agência de Defesa Sanitária Agropecuária de Rondônia (IDARON)	- Comissão Pastoral da Terra (CPT-RO):
- Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER)	- Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia – COOTRARON
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM)	

Quadro 8 - Representatividade de atores do Território Central de Rondônia

Fonte: Brasil (2007).

O capital social aqui pode ser entendido como um conjunto de relações (pessoais, sociais e institucionais) mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos sociais visando um determinado fim; tem sua raiz em processos que são, a um só tempo, baseadores e geradores de confiança, reciprocidade e cooperação (PUTNAM, 2000). Entre os principais mecanismos vigentes de democracia participativa no território central, se encontram os colegiados de representantes governamentais e da sociedade civil, tipificados, por exemplo, pelos Conselhos de Saúde, de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, de Educação, do Trabalho, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), Conselhos do Meio

Ambiente e outros organizados em nível municipal e estadual (BRASIL, 2007).

O Território Central apresenta um setor público bem organizado em diferentes áreas. Algumas prefeituras possuem debilidade na prestação de serviços essenciais para a agricultura familiar devido ao baixo fluxo de arrecadação de impostos. Assim, as prefeituras são os principais órgãos públicos proponentes de obras de infraestrutura a partir dos programas constitucionais que apóiam o desenvolvimento do Território (BRASIL, 2007). Para Petter, Petter e Quadros (2007), na medida em que a ruralidade incorpora a noção territorial do desenvolvimento, em que está incluído o meio ambiente e as tradições culturais, assume ênfase a "identidade territorial" como um caráter de valor a ser preservado pela sociedade.

Dentro da composição do FIATEC podemos perceber a baixa presença de entidades, que representariam, conforme define Verdum (2002), o contraponto crítico e alternativo às teorias e ações desenvolvimentistas e etnocidas, que tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso. Embora a maior participação tenha assegurado maiores direitos e poderes antes não instituídos, os atores representantes de indígenas, quilombolas e extrativistas no Território Central são bastante incipientes nos eventos voltados ao desenvolvimento territorial.

Alguns dos principais pontos destacados pelo PTDRS para o planejamento da produção econômica está a grave situação ambiental encontrada na região; a região é uma das mais degradadas do Estado, com aproximadamente 70% da área territorial dos municípios desmatados. O desmatamento é indiscriminado, inclusive sobre as matas ciliares, nas áreas de preservação permanentes, nas encostas dos morros, provocando a diminuição do volume de água e assoreamento dos rios. Outro fator preocupante é a poluição dos rios com resíduos dos laticínios e uso indiscriminado de agrotóxicos.

Analisando o PIB dos municípios⁴ da região encontramos apenas 4 municípios (Jiparaná, Jaru, Ouro Preto do Oeste e Presidente Médici) entre os 20 maiores do estado (RONDÔNIA, 2008). Os indicadores apontam para um rápido processo de degradação dos recursos naturais, sem que isso represente melhorias significativas quanto aos aspectos econômicos e sociais, como a qualidade de vida, ocupação e renda e aumento da produção. (BRASIL, 2007).

Com base nesses indicadores, e conforme a distribuição da SDT o território foi enquadrado dentre os mais necessários de investimentos e políticas públicas para o desenvolvimento rural. Além disso, estas peculiaridades levaram o governo federal a anunciar

⁴ O estado de Rondônia é constituído legalmente por 52 municípios.

em 2008 sua inclusão pelo Programa Territórios da Cidadania⁵ assumindo mais uma vez o papel de interlocutor e agente do desenvolvimento para a região. Assim a organização social agora representada pelo Território Rural Central passa a centralizar e articular os municípios e as demandas em projetos voltados para a saúde, educação, agricultura, cidadania, etc.

O PTDRS apresenta os programas e projetos frutos do amadurecimento e dos acordos entre os atores sociais em busca do desenvolvimento sustentado para o Território Central. É sem dúvida um avanço representativo, sobretudo quanto a maior participação de atores locais em torno de projetos e programas para o desenvolvimento rural. Entretanto cabe ressaltar a presença marcante herdada da política desenvolvimentista setorialista aplicada pelos governos federais na região. Fearnside (2004) considera que o desenvolvimento de Rondônia historicamente esteve pautado pelos grandes investimentos em projetos que não contemplaram as populações tradicionais e o meio ambiente da região. Para Favareto (2006), ainda estão muito presentes nesta nova visão de desenvolvimento rural as vertentes das teorias institucionalistas.

4.5.5 Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural

O histórico do PROAMBIENTE remete a uma pesquisa realizada em parceria entre o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), que gerou a publicação "Estado e Campesinato na Amazônia - Impactos do FNO no Pará" do ano de 2000. Esta publicação pode ser considerada um grande marco que balizou as discussões dos movimentos sociais rurais da Amazônia Legal sobre a necessidade de se criar políticas públicas e instrumentos econômicos compatíveis com as propostas de desenvolvimento regional. Foi verificado que a aplicação de modalidades de crédito rural na região, via FNO, durante a década de 90, por mais que tivesse sido responsável por ter alocado cerca de R\$ 1 bilhão e atingido 100 mil unidades familiares de

⁵ Somente em 2008, o Territórios da Cidadania teve o investimento de R\$ 12,9 bilhões em mais de 170 ações, envolvendo 19 ministérios, o programa planejava investir R\$ 138,7 milhões no estado de RO, através do Território Central.

produção (25% do total de unidades da região), não conseguiu superar paradigmas produtivistas da produção agropecuária convencional, não contribuiu para avanços em direção a uma proposta de desenvolvimento rural sustentável, adaptada ao contexto local.

Os movimentos sociais de representação da agricultura familiar na região, sobretudo as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) dos nove estados da Amazônia Legal, lideraram alianças com outros segmentos de representação da produção familiar rural, como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), e com organizações não-governamentais, notadamente, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), para dar início ao processo de construção do PROAMBIENTE.

Conforme relato de Tura e Costa (2000) estes agricultores vinham enfrentando problemas com o controle ambiental e dificuldades para financiamento de suas atividades produtivas que tem especificidades:

[...] do ponto de vista ambiental, [...] a produção familiar se encontra diante de um grande dilema na Amazônia. Se por um lado, os produtores têm grande interesse na conservação dos recursos naturais, devido sua característica de aproveitamento diversificado (madeira, pesca, caça, plantas medicinais, cipós e espécies frutíferas nativas) e a importância de seus produtos para o consumo e renda das famílias, por outro lado, as condições de infra-estrutura deficiente que predomina na região, aliada ao acesso restrito as políticas públicas de fomento e incentivo a produção (que em geral vem se mostrando desarticuladas e inadequadas para esse segmento), tem impedido grande parte dessas famílias construir ou acessarem alternativas de produção que as permitam substituir os sistemas itinerantes, baseados no desmatamento desordenado e uso do fogo, que hoje são largamente utilizados na região e que tem gerado significativos prejuízos ambientais e econômicos para os Estados da Amazônia. Aspectos esses que tem contribuído para que, muitas vezes de forma injusta, a produção familiar deixe de ser vista como uma forma coerente de manejo dos meios de produção no campo (mão de obra; recursos naturais; área de produção) e passe a ser relacionada com a destruição do meio ambiente pela prática de manejo agressivas aos recursos naturais que são necessários para implantação dos roçados tradicionais e formação e manejo das pastagens para criação de gado. (TURA; COSTA, 2000, p. 103).

Neste contexto os agricultores vêm modificando sua estratégia de luta frente ao controle ambiental: de uma postura de reivindicação de exceções para sua categoria para apoio à implantação de modelos produtivos de menor impacto. O PROAMBIENTE passou

então a responder pelas demandas dos trabalhadores rurais da região amazônica. Assim, o programa é oriundo da discussão dos movimentos sociais rurais da Amazônia Legal sobre a necessidade de se superar a dicotomia existente entre a produção rural e a conservação ambiental. Nasceu no ano de 2000 dentro do 2º Grito da Amazônia que ocorreu em Belém (LITTLE, 2005).

O PROAMBIENTE foi criado para financiar a reconversão das unidades produtivas com vistas a favorecer a sustentabilidade das mesmas. Com isso, favorece o ambiente amazônico e a permanência do homem no campo. A percepção de que o PROAMBIENTE traz conseqüências ambientais positivas leva à reivindicação pela compensação financeira dos serviços ambientais prestados pela unidade produtiva. Com a proposta do PROAMBIENTE o espaço rural amazônico adquire um novo papel perante a sociedade, passando de simples fornecedor de produtos primários a produtor de serviços ambientais, valorizando o caráter multifuncional da produção. Entre os serviços ambientais esperados incluem-se: desmatamento evitado ou redução do desmatamento; seqüestro de carbono por reflorestamentos ou sistemas agroflorestais; restabelecimento das funções hidrológicas dos ecossistemas; conservação da biodiversidade (animais, plantas e microorganismos); conservação do solo; redução da inflamabilidade da paisagem.

Os Pólos são compostos por um conjunto de associações de produtores e cooperativas, baseados em aspectos sociais, culturais, geográficos e naturais diferenciados. A formação de Pólos estimula a adesão coletiva ao Programa PROAMBIENTE. Cada pólo pioneiro obedece a normas gerais de funcionamento do programa, mas tem suas especificidades quanto aos objetivos específicos perseguidos.

O PROAMBIENTE tem a interessante trajetória de ter sido um projeto da sociedade civil, com apoio do PDA/MMA e FNMA/MMA, e hoje é um Programa de Governo Federal alocado na Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Mantém um modelo de governança baseado no controle social e na gestão participativa. No âmbito federal, é gerido por Conselho composto paritariamente por membros do Governo Federal e Sociedade Civil Organizada, denominando-se Conselho Gestor Nacional do PROAMBIENTE, atendendo a uma bandeira histórica dos movimentos sociais rurais. No âmbito dos pólos também é gerido por Conselhos compostos por membros do governo e da sociedade civil, denominados Conselhos Gestores Local. Visa, assim, o permanente fortalecimento das organizações sociais dos Pólos.

As mudanças no plano ambiental são planejadas com estabelecimento de metas a

serem alcançadas em médio prazo (15 anos). Elas são definidas participativamente pelos envolvidos, sistematizadas em dois processos complementares: - Elaboração participativa do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Pólo, abordando aspectos de fora das propriedades, como integração, beneficiamento, escoamento e comercialização da produção do Pólo e infraestrutura, com implementação em parceria com as prefeituras municipais da base territorial do Pólo, perseguindo fortalecimento de Organizações Sociais dos Pólos, buscando a identificação, consolidação e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais; - Elaboração dos Planos de Utilização das Unidades de Produção (PU), abordando os objetivos do manejo e pontos críticos de conversão qualitativa de uso da terra, escala espacial e temporal de uso dos recursos naturais e definição de Áreas de Produção, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. A principal função do Plano de utilização da propriedade é inserir a família no planejamento de mudanças no uso da terra, colaborando para certificação de serviços ambientais e sendo base para projetos de crédito rural.

A construção dos PU's conta com o protagonismo de todos os membros da família, servindo de referência para qualquer intervenção de políticas públicas em sua unidade de produção. No caso específico da solicitação de créditos e aplicação de financiamentos, os Planos de Utilização das Unidades de Produção tem o propósito de focar o crédito rural no contexto geral da propriedade (considerando demanda de capital e capacidade de mão-de-obra da família), ao invés do conceito historicamente trabalhado, com foco em produtos isolados. Durante o ano há um acompanhamento da execução dos planos de utilização adequando-se, quando necessários, as estratégias para alcançar as metas estabelecidas. A compensação pelos serviços ambientais prestados é condicionada a prévia certificação que é feita ao nível de subgrupos (cerca de 15-20 famílias) dos Pólos. Para garantir que as famílias estão prestando os serviços ambientais, o programa conta com um sistema misto de Certificação de Serviços Ambientais, contendo uma primeira etapa de verificação participativa (Acordos Comunitários) e uma segunda etapa de certificação externa (Auditoria de Campo). Prevê, assim, o estabelecimento de acordos comunitários onde ficam estabelecidas metas a serem alcançadas pelo grupo. Após cada família ter elaborado seu PU, o grupo comunitário estabelece seu Acordo Comunitário, que é um compromisso coletivo para que sejam respeitados os conceitos e valores do PROAMBIENTE (BRASIL, 2005). De posse dos PU's e do acordo comunitário, será realizada a certificação dos serviços ambientais, que servirá de instrumento para a compensação pelos serviços ambientais prestados²⁸. Os acordos comunitários são revistos anualmente.

Todo este processo era viabilizado por Assessoria Técnica e Extensão Rural qualificada, com conceitos de produção e conservação ambiental internalizados pelos técnicos e famílias beneficiárias. O programa PROAMBIENTE vinha atuando no pólo da grande Ouro Preto do Oeste/RO (constituído pelos municípios de Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Teixeiraópolis, Urupá e Vale do Paraíso) desde o ano de 2004.

Os fatos podem explicar as razões que levaram à escolha desta região para constituir um Pólo do PROAMBIENTE, além do número significativo de agricultores familiares, assentados, a força da organização sindical e social (ONGs tipo APA) e iniciativas pioneiras de formação de sistemas agroflorestais. O envolvimento de instituições na gestão do Pólo tem como função o fortalecimento do Conselho Gestor do Pólo (CONGEP). No pólo de Ouro Preto do Oeste encontram-se a CEPLAC, FETAGRO, Sindicatos de trabalhadores rurais e outras, atuando de forma direta como órgão consultivo e deliberativo do programa. Estas parcerias com instituições públicas e privadas para a construção de ações existentes nos Planos de Utilização (PU's) e no Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) representavam um importante passo para que ao longo dos 15 anos do programa as famílias tivessem o apoio necessário na implantação das atividades planejadas.

Dentro das principais ações para este pólo pioneiro, estava à recuperação das áreas degradadas, a diminuição do uso de agroquímicos, a inserção dos sistemas agroflorestais como atividade econômica viável para a região e o reflorestamento das áreas de proteção integral. O programa teve sua primeira etapa com a elaboração dos diagnósticos das Unidades de Produção Familiares (UPF's). Esta fase foi concluída em setembro de 2005 com os primeiros "Acordos Comunitários" fechados. Durante o período de realização do meu primeiro trabalho com a APA a equipe estava dando prosseguimento as ações de apoio previstas nos Planos de Utilização (PU) das Unidades de Produção Familiar (UPF) e efetuavam as primeiras revisões de acordos comunitários.

A partir do fechamento da APA, o Programa está com suas ações executivas paralisadas. O conselho gestor do programa no pólo de Ouro Preto do Oeste conseguiu trocar a entidade executora, que desde final de 2007, vem sendo a APEFAIJIP de Ji-Paraná, entidade mantenedora da EFA de Itapirema. Entretanto, esta nova entidade executora ainda não conseguiu aprovação de novo projeto para continuidade do projeto. Pelo engajamento que tive na tentativa de reestruturar o programa, e pelo fracasso das tentativas, aceno que esta política pública tenha sido perdida ao longo do tempo em que tentou existir, por uma questão do fechamento da Apa, e também por questões de interesses políticos na região.

4.6 O NOVO DE NOVO?

A análise da ação da APA e dos projetos de desenvolvimento rural com as experiências e modelos em voga nos provam que os projetos falham, sejam estas finalidades destinadas à formação do capital social, redução da pobreza, abertura de mercados, mercado justo, mercado orgânico, etc. Portanto, uma teia social é intrinsecamente ligada aos interesses dos agentes de desenvolvimento, sejam eles órgãos governamentais, instituições ou representações sociais.

Geralmente, na análise destas ações são encontrados particularidades em cada agente e ator presente neste processo. Assim, os diferentes padrões de organizações sociais que surgem como resultado das interações, negociações e as lutas sociais, têm lugar entre os vários tipos de atores. Incluindo não somente aqueles presentes nos encontros dados face a face, mas também aqueles que estão ausentes, que, no entanto, influenciam a situação afetando ações e resultados Long e Ploeg (1994, p. 65).

O importante aqui é que os atores não são meros reprodutores das estruturas em que se inserem, mas tem a capacidade de alterar a correlação de forças dentro de um determinado campo, impondo um novo padrão de relacionamento recíproco como base de sua cooperação (ABRAMOVAY, 2006). É fundamental, então, não só compreender a maneira como os atores se inserem em certas realidades e até mesmo em certos papéis sociais, mas também como adquirem o poder de alterar as relações de forças dos campos em que estes papéis são desempenhados (ABRAMOVAY, 2006).

Percebe-se a dificuldade encontrada ao se analisar a questão da inserção de uma abrangência territorial para a aplicação de políticas públicas. Santos (2000, p.79) destaca que numa situação de extrema competitividade como a que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo das sociedades.

Para Favareto (2006), o contexto não se trata meramente de transplantar o debate europeu para os países de periferia, a passagem de um compromisso setorial ao territorial nas instituições e políticas para o desenvolvimento rural torna-se incompleto, uma espécie de inovação “por adição” no vocabulário, no discurso, e nas políticas de órgãos governamentais, de agentes sociais, como organizações de apoio e movimento sociais, sem ainda um correspondente em termos de mudança institucional.

O tecido é produzido por relações próprias que forjadas na interação com uma natureza originária de peculiaridades já largamente realçadas, e não são redutíveis de modo abstrato e homofórmico as condições e necessidades vigentes no restante do país. Segundo Favareto (2006), alguns exemplos mostram como a inércia institucional, apoiada em interesses e em sistemas cognitivos afinados com a lógica setorial cristalizados nos agentes sociais, se não bloqueiam, no mínimo, limitam fortemente a operacionalização de uma visão de desenvolvimento de caráter territorial. São os atores do tempo rápido, que plenamente participam do processo, enquanto os demais raramente tiram proveito da fluidez (SANTOS, 2000).

Putnam (2000) considera que as associações civis contribuem para a eficiência e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. Implica a habilidade de pessoas e grupos a estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais cognitivos e empreender ações com a finalidade de reduzir custos das transações por meio da associação, da administração, da compra e da venda conjunta, do uso compartilhado de bens da obtenção e difusão das informações.

Já Abramovay (2006) considera que o estudo dos territórios sob o ângulo das forças sociais que os compõem, não só é um convite a análises empíricas bem fundamentadas sobre sua constituição mais do que de recomendações de política, mas abre caminho para se compreender as mudanças que novas forças sociais podem imprimir à maneira como estão hoje organizados. Para Favareto (2006), o que parece estar ocorrendo é um incorporação por adição de novos temas onde, sob nova roupagem, velhos valores e práticas continuam a dar os parâmetros para a atuação dos agentes sociais, coletivos e individuais.

As regiões mais pobres do país geralmente são as que possuem capital social pouco desenvolvido, em algumas partes o crescimento e institucionalização do capital social são vistos como uma espécie de relativização do poder político local, sendo mesmo comum que ocorram manifestações de algumas personalidades locais contra as ações que procuram mediar demandas sociais e políticas, já que a gestão social aparece como uma reivindicação em quase todos os fóruns, associações, sindicatos e outras formas de organização social.

A falta de uma tradição de análise das políticas públicas para o mundo rural, que conseguisse investigar amplamente as iniciativas dedicadas ao desenvolvimento rural em nossa história agrária recente, responde a muitos dos fracassos e atrasos relacionados à implementação de políticas públicas.

A necessidade presente refere-se aos processos de descentralização em curso em

muitos continentes - a América Latina em particular (e o Brasil, em especial). Esta transferência de responsabilidades de Estados antes tão centralizados valorizou crescentemente o "local", no caso brasileiro, o município. “É a convergência desses fatores, portanto, que tem introduzido o desenvolvimento local como outra das noções que gradualmente passam a ser orientadoras de diversas iniciativas, governamentais ou não” (NAVARRO, 2001, p. 90).

Diversas causas são apontadas como afetando direta ou indiretamente esta expansão, podendo ser citadas as seguintes como mais representativas: as políticas públicas favorecendo a ocupação do território e a implantação de atividades que contribuem fortemente para o aumento dos índices de desflorestamento, como grandes projetos agropecuários e minero-siderúrgicos; a abertura de estradas de extensões consideráveis; a pressão antrópica causada pelo rápido aumento populacional; as constantes apropriações ilegais de áreas de posse e terras devolutas por grandes proprietários, causando muitas vezes a expulsão de um grande número de posseiros para novas áreas de floresta; a especulação fundiária; a falta de empregos nas cidades da região; a baixa valorização alcançada pelos produtos derivados do extrativismo florestal; a abundância de terras devolutas e aparentemente “sem dono” que estimulam novas migrações, principalmente possibilitando a prática da agricultura “itinerante” por um grande número de agricultores migrantes, as apropriações fundiárias irregulares de “grilagem” e as explorações madeireiras ilegais e predatórias; a garantia de posse da terra comprovando sua utilização através da derrubada da floresta.

Para Ioris (2007), o ganho de curto prazo e a aniquilação da natureza, são justificados pelos neoclássicos em função das taxas de desconto e outros artifícios analíticos. Na verdade, o crescimento econômico regional reproduz sistemas de controle político e discriminação social estabelecidos no país ainda no período colonial. Conforme este autor até o pagamento de serviços ambientais aparece como uma solução engenhosa, mas que na verdade é uma solução conservadora e enganosa, pois requer uma complexa estrutura de certificação, o que estaria evidentemente distante da maioria das populações locais. Além disso, há o problema ético em se colocar preço e realizar transações comerciais envolvendo seres vivos e processos ecológicos.

A análise das políticas públicas implementadas na Amazônia nos últimos períodos serve para evidenciar que o modelo econômico inaugurado pelos militares, baseados na economia de fronteira continua vigente até hoje (ALLEGRETI, 2006). Hoje a preocupação é assegurar ganhos estáveis e margens ampliadas de lucratividade com a diminuição de custos

de transporte, de investimentos em tecnologia e infraestrutura.

Tal concepção de desenvolvimento sacrifica igualmente os interesses da ampla maioria das gerações atuais e futuras do país, que vêem preciosos recursos públicos desviados para obras de duvidoso retorno social em prol de interesses imediatistas de ordem econômica e de uma matriz agroenergética que gera miséria e fome e questiona o padrão desenvolvimentista adotado pelo governo brasileiro. O futuro depende, portanto, da capacidade do governo de garantir a hegemonia da sustentabilidade sobre a expansão da fronteira (ALLEGRETI, 2006).

Ao tentar fazer um novo planejamento para a região amazônica, incluindo sua inserção no planejamento do país como um todo, será necessário um esforço excessivo de priorização, clareza, transparência e objetivação das expectativas e vinculação com a viabilidade econômica, social e financeira (SMERALDI, 2006).

A superação definitiva do desmatamento ilegal e a construção de alternativas viáveis de desenvolvimento sustentável na Amazônia passam necessariamente pelo fortalecimento da governança (GTA, 2008). O desafio de fortalecer as instituições públicas e a participação cidadã, com transparência e controle social, é responsabilidade de toda sociedade brasileira. Para Carvalho (2007), a IIRSA e o PAC são instrumentos da estratégia do estado brasileiro para fazer avançar a integração econômica desta parte do continente, sob a hegemonia do Brasil. Por um lado, o governo federal quer reduzir o desmatamento na Amazônia por meio de iniciativas como a Operação Arco do Fogo, inclusive para mostrar ao mundo e aos compradores de exportações agrícolas brasileiras que está agindo. Por outro, fortalece as alianças conservadoras e um projeto hegemônico de desenvolvimento a qualquer custo na Amazônia brasileira (GTA, 2008).

As experiências positivas na Amazônia são desenvolvidas pelos mais diversos setores da sociedade regional - movimentos sociais, ONGs, instituições governamentais e empresas privadas. Comprometidas com a sustentabilidade da região, essas iniciativas demonstram que é viável o crescimento econômico com equidade social, respeito à diversidade cultural e conservação da floresta.

O conceito de desenvolvimento sustentável apresenta-se de forma ampla, envolvendo a questão produtiva, a questão social e a questão ambiental. Percebemos atualmente uma certa convergência na qualificação das necessidades socioeconômicas da sociedade em termos de sustentabilidade. No entanto, a maior crítica que recebe a teoria econômica é o fato de seus estudos terem se voltado, prioritariamente, aos fins da produção e da acumulação, não considerando as externalidades ou a preservação dos recursos naturais (MORETTO; GIACCHINI, 2006).

O histórico de fracassos nos planos de desenvolvimento rural tradicionais na Amazônia é longo e tem repercutido negativamente na vida de milhares de camponeses, que não conseguem produzir para a sua sobrevivência. O planejamento inadequado dos projetos de assentamento, sem o conhecimento prévio das potencialidades e limitações dos recursos naturais (potencial agroflorestal dos solos, distribuição das classes de relevos, distribuição e qualidades da bacia hidrográfica e potencial de uso da vegetação) além dos aspectos socioeconômicos, tem causado graves problemas ambientais, sociais e econômicos na Amazônia. Segundo Hurtienne (2001), a maior parte dos programas governamentais desenvolvidos nos últimos 35 anos na região mudou profundamente sua estrutura econômica, demográfica e ecológica.

Os conflitos das décadas de 70 e 80 transfiguraram-se, organizando suas demandas em diferentes projetos de desenvolvimento alternativos, conservacionistas, elaborados a partir “de baixo”. Para sua sobrevivência, graças às redes transnacionais, contaram com parceiros externos, tais como ONGs, igrejas, partidos políticos, governos. Tratam-se de novas territorialidades que resistem à expropriação e de experimentos associados à sociobiodiversidade.

A sociedade ocidental consolidou, ao longo dos anos de 1990, a adoção de um novo referencial científico para se pensar a relação entre as populações humanas e o meio ambiente. Formado por conceitos provenientes da ecologia e da teoria biológica da evolução, e também influenciado pelas propostas do movimento ambientalista, esse referencial elegeu o conceito de sustentabilidade ecológica como o indicador mais importante de suas análises. Conforme define Verdum (2002) “[...] o contraponto crítico e alternativo às teorias e ações desenvolvimentistas e etnocidas”, que tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao desenvolvimento, à modernização e ao progresso.

Essa tendência coincide com a emergência de uma nova institucionalidade.⁶ Com efeito, no âmbito dos processos de redemocratização vivenciados na região ocorreu o surgimento e fortalecimento de novas institucionalidades, ou seja, novas formas de organizações da sociedade civil que não são governamentais, porém executam variadas e múltiplas atividades de natureza política, cultural e sócio-econômica de caráter público. Por outro lado, é importante frisar que o tema da nova institucionalidade atinge também a própria

⁶ Para os institucionalistas a orientação interdisciplinar é a referência na consideração das problemáticas, pois não há problemas econômicos, sociológicos, ambientais exclusivamente, os problemas são complexos e inter-relacionados, ou seja, aberta para diálogo entre diferentes disciplinas. (SODERBAUM, 1999).

esfera pública em um sentido mais amplo, que inclui, necessariamente, órgão e agências do setor público estatal da administração direta e indireta, assim como as arenas mistas de debates, concertação e deliberação de políticas públicas.

Um número cada vez maior de entidades nos países latino americanos, em especial no Brasil, passou a incorporar as concepções de territorialidade nas suas ações de desenvolvimento rural. Essa concepção de territorialidade é entendida como um mecanismo de articulação e integração entre as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e o poder público na promoção do desenvolvimento. Na prática, o que se observa são o surgimento e proliferação de organizações de base e colegiados (conselhos, fóruns, associações comunitárias e outras), nos âmbitos municipais, territoriais e estaduais, que se constituem em instâncias de governança e gestão social, não necessariamente embasada em normas jurídicas, porém legitimadas pelas organizações da sociedade civil e atores sociais.

Apesar de já contar com algumas experiências pontuais bem sucedidas a Amazônia não tem conseguido construir vantagens comparativas dinâmicas, especialmente quanto à geração de tecnologias e inovações, resultante disso a dependência de atividades extensivas e de alto custo ambiental.

4.7 A ANÁLISE ORIENTADA AOS ATORES:

A Perspectiva Orientada aos Atores pode ser definida como as estratégias diferenciadas utilizadas pelos agricultores que fizeram parte da APA e como se está se dando o processo de transição agroecológica na geração e apropriação de conhecimento e estabelecendo uma crítica sistemática às formas de intervenção externa. Cabe ressaltar que apesar do fechamento da organização civil, muitos agricultores continuaram de alguma forma com os sistemas de produção ecológicos implantados dentro do período de existência da organização. Para os atores envolvidos, o desenvolvimento rural representou a emancipação, enquanto que níveis mais elevados de agregação de novos padrões de sustentabilidade foram criados. Estes resultados também apontaram para a dependência destes atores na continuidade e criação de novas políticas públicas para o desenvolvimento rural.

A utilização desta abordagem em alguns estudos realizados em torno deste tema permitiu a Jan Dowve Van Der Ploeg, juntamente com outros autores, apresentar um novo

paradigma de desenvolvimento rural que defende a sustentabilidade da agricultura. Para Ploeg, isto requer uma reavaliação e uma reinvenção da arte da agricultura e da arte da localidade.

A aproximação entre as abordagens da Transição Agroecológica e da Perspectiva Orientada ao Ator, foram utilizadas para a análise das práticas e da construção do conhecimento agroecológico propiciada pelos agricultores que atuam na implantação e manejo de agroecossistemas na região estudada. Em face do processo da mudança social que ocorreu nas unidades produtivas, a perspectiva orientada aos atores, ofereceu uma conceituação de estrutura mais adequada ao entendimento do atual processo de desenvolvimento.

Os agricultores desta pesquisa foram envolvendo-se em relações de dependência para conseguir financiar a expansão e as mudanças propostas. Como na venda do palmito de pupunha para a França, eles tiveram que redefinir as relações existentes dentro do sentido de comunidade camponesa. Primeiramente, com o sentido de “organização social”, onde as relações de reciprocidade socialmente reguladas que se iniciaram tiveram que dar lugar às relações transnacionais que implicariam numa redefinição de muitos recursos (de todos os tipos) como meras mercadorias (PLOEG, 2008, p.147).

Convém salientar que o desenvolvimento rural possui muitas facetas, e que do de vista político-econômico, é fundamentalmente diferente da tendência dominante de desenvolvimento baseada na modernização da agricultura que perdurou durante as duas últimas décadas (PLOEG; RENTING, 2004). As diferenças básicas residem, em primeiro lugar, no fato de que as práticas do desenvolvimento rural têm por objetivo, para um grau considerável, de realmente levar a uma criação de riqueza no setor agrícola e da economia rural, enquanto a modernização resultou em uma diminuição (e realocação de distância das áreas rurais) da riqueza social. Em segundo lugar, as práticas de desenvolvimento rural estão criando o fortalecimento de novos modelos institucionais para a produção, distribuição, processamento e consumo de alimentos e de “serviços verdes”. Estes novos padrões contrastam fortemente com as cadeias globais, que atualmente dominam e conectam-se a produção de alimentos e consumo de alimentos. Em terceiro lugar, as práticas de desenvolvimento rural implicam em novas relações de gênero, novos padrões para a divisão social e espacial do trabalho, novas identidades e novas formas de cooperação. Em quarto lugar, o desenvolvimento rural implica uma mudança nas relações de poder na medida em que diminui, simbólica e materialmente, a dependência do capital financeiro, das agroindústrias,

dos mercados globais de commodities e dos grandes varejistas.

Enquanto identificamos que a produção agrícola refundamenta-se novamente no capital ecológico, social e cultural, esta vem acompanhada por uma descentralização na tomada de decisões, a nível global e local. E segundo Ploeg e Renting (2004) o ponto central para as atuais práticas de desenvolvimento rural, então, é que a criação de novas riquezas, a ascensão de novos padrões institucionais e identidades, e a mudança no equilíbrio de poder, são cada vez mais interligados. Isso reforça a dinâmica autônoma dos processos de desenvolvimento rural.

Embora a agricultura esteja cada vez mais ligada e cada vez mais dependente, das cadeias agroindustriais, dos bancos e varejistas internacionais, é através e dentro da práxis do desenvolvimento rural que novos modos contrastantes para padronização do material e das relações sociais entre a produção, transformação e consumo estão surgindo (PLOEG; RENTING, 2004).

Ao mesmo tempo, o Estado sempre esteve à frente como agente principal de qualquer proposta de desenvolvimento rural, sendo a única esfera da sociedade com legitimidade assegurada para propor e impor mecanismos no sentido de uma mudança social. Para tanto, o Estado apóia-se em estratégias pré-estabelecidas, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como objetivo o desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001).

Ploeg (2008, p. 145) considera que em países em desenvolvimento a superioridade potencial do modo camponês de fazer agricultura poderia representar uma diferença considerável, e esse modo poderia contribuir muito mais do que outros para a geração de emprego produtivo e de renda bem como para o aumento da produção. Dessa forma muitos projetos entre o Estado e as ONGs foram criados com algumas idéias do desenvolvimento rural. Estas formam hoje as redes de base territorial, caracterizada pela participação de uma gama de outros atores (agricultores, processadores, distribuidores locais, ONGs locais, restaurantes, pequenas e pequenas e médias empresas, oferecendo as tecnologias necessárias, as autoridades locais e regionais) e que interagem principalmente por meio de contratos informais (PLOEG; RENTING, 2004).

A APA, antes de seu fechamento solicitou pedido de ajuda dentro de suas redes, para ANA, FASE, MMA, ALTER-ECO, citando alguns resultados encontrados. Entretanto, o mundo rural vai nos mostrar que o processo de mercantilização também é multifacetado e que não há indivíduos que tenham as mesmas relações (não é possível, empiricamente, explicar

por homogeneidade). Há uma heterogeneidade estrutural, e a explicação estaria voltada para os atores, a agência humana, os indivíduos e a ação dos agentes sociais (LONG; PLOEG, 1994).

Constatou-se que o desenvolvimento da produção e a integração econômica não implicam necessariamente, na destruição das práticas sociais e produtivas que conferem certa autonomia à organização de produção mercantil simples. Mesmo sem apoio dentro das redes, os associados decidiram pelo fim daquela estrutura. Ao lado da reedição das estratégias tradicionais de reprodução das condições sociais de vida e da força de trabalho familiar, é preciso observar a medida que o processo de produção e, mais especificamente, a composição de cada processo produtivo (insumos, tecnologias, instrumentos de trabalho, quantidade e qualidade do trabalho, entre outros) revelou na formulação de diferenciadas estratégias deliberadamente não-mercantis.

Para Long (2001) a contínua reelaboração e adaptação das práticas locais e/ou tradicionais podem ser então interpretadas como forma de resistência aos impactos sociais e econômicos provocados pelos projetos de padronização, externalização e mercantilização da produção. Trazendo para o centro os indivíduos, rompendo com a visão estrutural e econômica, e ressaltando a importância dos estudos empíricos sobre processos microsociais (CARVALHERO; GARCEZ, 2007).

Nas sociedades rurais existe uma heterogeneidade considerável, não só em termos de estatutos socioeconômicos, como também na forma como a agricultura está organizada. Estas alterações nos processos de trabalho forçam o surgimento de formas de resistência, sendo onipresente na agricultura de hoje (PLOEG, 2007). Ela está presente no desenvolvimento da agricultura biológica, tal como é o principal motor de muitas formas de desenvolvimento rural endógeno que estamos vendo na Europa. Esta resistência é encontrada numa ampla gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligada através das quais o campesinato se constitui hoje como espaço completamente diferente.

A resistência também reside na criação de novas unidades camponesas de produção e consumo em áreas que de outra maneira seriam estéril ou ser usado para grandes escala de produção das culturas de exportação. Ele também reside na assunção de "terras" natural "por parte dos agricultores. Uma característica importante dessas novas formas de resistência, especialmente relevante para a sustentabilidade, é que elas implicam procura e construção de soluções locais para problemas globais (PLOEG, 2007).

Ploeg (2007) aponta o principal antagonista ao processo de desenvolvimento rural

realizado pela APA na região. Ele denomina de “posseiros” as pessoas que colonizam a floresta amazônica. Na posição dominante do discurso político é o "povo pobre" que ameaça a sustentabilidade dos recursos naturais, mas para ele os “posseiros”, dificilmente podem ser considerados como pobres. Eles são pessoas relativamente ricas, que operam como empresários. Ao converterem um pedaço da floresta em pastagens, vendendo a madeira primeiro, para depois irem adquirindo novos pedaços de terra. Eles estariam “comoditizando” a região, sendo que a conquista destas áreas seria então o centro deste mecanismo empresarial. O aumento de partes da floresta que são conquistadas e convertidas em commodities a fim de obter mais mercadorias provoca uma nova rodada de conquista. Assim, o “posseiro” acumula propriedades muito grandes e se desenvolvem em fazendeiros e/ou latifundiários. O trabalho é, sobretudo, muito mal pago e estes posseiros freqüentemente usam "escravo trabalho". Para Ploeg (2007) o modo posseiro de produção está intimamente ligado, se não for em parte induzida por formas diferentes de Império, fornecendo um fluxo de matérias-primas baratas (madeira, carne e soja) para os principais grupos do agronegócio.

Para entender as diferenças precisamos considerar que a agricultura constitui uma unidade complexa de atividades produtivas e reprodutivas que absorvem numerosos elementos que, eventualmente, podem transformar-se ou não em mercantilizados. Além disso, há uma necessidade dos agricultores em coordenar as esferas produtivas e reprodutivas com outras relevantes, como as familiares e as comunitárias, da economia ampla e do sistema institucional. A dúvida que permeia essa questão é se os produtores mercantis simples são considerados como intrinsecamente atrasados, ou estão inseridos em outra lógica que não é a do mercado (CARVALHEIRO; GARCEZ, 2007).

Como vemos as implicações metodológicas desta abordagem são múltiplas. Ela implica, em primeiro lugar, que os processos de produção não podem ser entendidos e representados como sendo exclusivamente, ou mesmo moldados principalmente pela centralização de poderes de Estado, capital global generalizado dos mercados e sistemas reguladores. Eles são moldados e remoldados pelas muitas formas de resistência e as alterações que seguem ativamente sendo construídas a partir deles (PLOEG, 2007).

No campo (mas não apenas lá), a resistência está fortemente relacionada com a criação, a defesa e ainda desdobramento da autonomia. A criação da autonomia é uma expressão, bem como uma resultado, de resistência. Esses camponeses não só estão sujeitos a dependência, privação e marginalização, eles também resistem e lutam através da criação de sua própria autonomia. Isso ocorre através criação multidimensional de vários níveis e o

desenvolvimento de um conjunto auto-regulado de recursos. Também, ocorrem através da criação coletiva, muitas vezes em formas de autonomia em níveis mais altos de agregação (PLOEG, 2007).

A inclusão dos conceitos utilizados pela POA no âmbito das pesquisas em Agroecologia auxiliam na superação dos problemas encontrados na análise de experiências e na sua relação com o conhecimento científico e com as instituições (BULHÕES; DAL SÓGLIO, 2009). A análise da Agroecologia sobre a relação direta dos agroecossistemas com o processo de geração e apropriação de conhecimento torna fundamental focar no ator local. Assim como apresentamos no cuidado com as garrafas de feijão, na formação de mudas de castanheira, no abandono da prática de queima, no incremento do elemento arbóreo ao sistema, etc. Nesta perspectiva a produção de novidades na agricultura é um processo localizado no tempo e no espaço, dependente dos ecossistemas locais e dos repertórios da cultura local, na qual a organização do processo de trabalho está inserida.

Dessa maneira as sociedades seguem um movimento que as conduz para o mundo dito moderno e, paulatinamente, seu modelo econômico e padrões sociais engendram os preceitos da modernidade. Os projetos propostos pelos atores são realizados em arenas específicas tais como aquelas modeladas pelo mercado, Estado, agricultor/camponês, agronegócio/camponês ou relações de agricultor/representantes, ou ainda agronegócio/agricultor familiar. Isto é, cada projeto é articulado com outros projetos de atores, interesses e perspectivas. Esta estrutura pode ser caracterizada como um conjunto extremamente variável de propriedades emergentes que, por um lado, resulta da inter-relação e ou distanciamento de vários projetos de atores, enquanto, por outro lado, funciona como um ponto importante de referência para a posterior elaboração, negociação e confrontação de projetos de atores (LONG; PLOEG, 1994).

A maleabilidade na produção e as estratégias locais e regionais de resistência aos impactos da própria globalização e mercantilização dos processos de trabalho e dos meios de vida passam a ser compreendidas como um processo histórico de disputas sociais e políticas, particularmente com uma interface entre globalização e localidade. Assim, a heterogeneidade da agricultura, não é só o resultado, portanto, de variações ambientais, do custo dos fatores de produção, dos distintos ritmos de inovação tecnológica, nem do fato de que alguns indivíduos são mais capacitados para a atividade agrícola do que outros. Ela é também resultado, da existência de diferentes padrões de desenvolvimento agrícola, ou “estilos de agricultura”. (CARVALHEIRO; GARCEZ, 2007).

Neste sentido, a articulação dos pequenos agricultores demonstra que a

heterogeneidade da unidade de produção simples não decorre apenas de variações geográficas ou de desiguais ordenamentos estruturais, nem pode ser concebida como um mero resíduo a ser suplantado pelo desenvolvimento econômico e tecnológico, sua persistência está, diretamente, associada a uma multiplicidade de fatores sócio-econômicos e político-culturais (que precisam estar incluídos nas formulações teóricas e nos programas de políticas públicas para o campo).

O advento do associativismo dos agricultores familiares dedicados à produção ecológica no centro de Rondônia foi incentivado pelos setores progressistas da Igreja Católica, vinculados aos movimentos sociais rurais. As lideranças comunitárias preocupadas com o avanço do desmatamento, contaminação da água e do solo por agrotóxicos, e pelo grande número de doenças provenientes das precárias condições de saneamento básico das comunidades locais, decidiram investir no fortalecimento das organizações dos agricultores familiares, como forma de preservar a biodiversidade, as práticas de cultivos ecológicos, os procedimentos alternativos de saúde pública e de saneamento básico, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da geração de emprego e renda para a população.

Apesar do caráter solidário preconizado pelos teóricos da proposta, a associação vinculou-se ao comércio justo, que, todavia, nem sempre obedece às recomendações e premissas de privilegiar os agricultores familiares. Com relação às dificuldades para a continuidade da produção, os entrevistados revelaram que para o escoamento dos seus produtos, para o comércio justo, as saídas eram sazonais, sem uma logística, desestruturando a entidade.

A respeito das intervenções vindas de fora a desconfiança dos agricultores é sobretudo na eficácia destas ao reforçar o enfoque da homogeneização (especialmente aquelas levadas a efeito pelas políticas públicas) que insistem em não considerar a heterogeneidade e diversidade da realidade do meio rural. Quanto às relações de produção, enfatiza-se a qualidade, as estratégias para agregar valor a produção e novas tecnologias. Emanaria então uma nova perspectiva de desenvolvimento nesta relação entre agricultores, padrão produtivo, relações sociais e questões econômicas que estariam sem dúvida incluídas dentro da produção gerida pelos atores que romperam com o padrão estrutural vigente. A este respeito pode-se afirmar apenas que estes atores estão agindo no sentido de construir e solidificar novos mercados, valorizando mais a produção dos alimentos regionais, locais, tradicionais do seu lugar.

Para Long (2001), os (atores) agricultores desenvolvem em conjunto maneiras criativas para abordar as situações problemáticas e buscar recursos, materiais ou não, especialmente em se tratando de conhecimento tácito derivado de experiências passadas, em

um esforço para resolver os problemas. Dessa forma, a questão agrária é um processo multifacetado, complexo e contraditório que confronta diversas questões complicadas, tais como, por exemplo, a maneira de relacionar a heterogeneidade ao problema da agregação e como estabelecer relações micro e macro.

A corrente dominante da resistência camponesa flui através da multiplicidade de respostas que são ativamente criadas para enfrentar e contrapor, como defende Long (2001). “As desigualdades dos acordos comerciais internacionais, os níveis inaceitáveis de exploração laboral, as controvérsias relacionadas com o papel da ciência, as culturas geneticamente modificadas e os métodos de controle da poluição ambiental, bem como a implementação de sistemas burocratizados de avaliação e regulação da qualidade dos produtores e da segurança dos alimentos.

Para Ploeg (2008), a definição do princípio camponês considera que:

As respostas e o ambiente se definem e se constituem mutuamente, logo não é possível entender uma coisa sem a outra. Não existe qualquer relação “externa” entre eles: os dois estão ligados por relações internas através das quais as respostas dão forma ao ambiente da mesma forma que o ambiente gera essas mesmas respostas. Existe uma articulação mútua que se desenvolve de forma dinâmica ao longo do tempo e que implica que um lado da equação tenha impacto no outro e vice-versa. Um dos aspectos típicos da condição camponesa é que as respostas se desenvolvem através da construção de uma base de recursos que permite a co-produção entre o homem e a natureza. (PLOEG, 2008, p. 285).

Vários estilos de agricultura seriam então respostas críticas à lógica imposta pelos atuais regimes. Consequentemente o Império reconstitui o campesinato como um fenômeno novo que atravessa em vários aspectos, as fronteiras do campesinato que conhecemos no passado (PLOEG 2008, p. 286).

Entretanto, o Império muda progressivamente o contexto em que os campesinatos de hoje estão imersos: ele se articula com esses campesinatos como uma negação radical da sua própria existência. Dessa forma, o Império provoca igualmente novas formas de resistência, de luta e de resposta. Através das muitas contradições e confrontos entre o Império e o campesinato, o “princípio camponês” é fortalecido e alargado. O princípio camponês é uma noção emancipatória. Ele representa os potenciais implícitos no campesinato, potenciais que estão atualmente sendo bloqueados pelo império, mas que, ao mesmo tempo, são reativados por ele. Assim o princípio camponês se refere igualmente ao poder de contraposição

subjacente ao campesinato.

Em sua relação com império, o campesinato representa cada vez mais a resistência. Essa é uma resistência múltipla que se expressa em muitos níveis diferentes, que se desenvolve ao longo de dimensões variadas e que envolve uma grande variedade de diferentes atores. A resistência camponesa, não é apenas através de lutas abertas, nem tampouco aos atos cotidianos do desafio, ela se encontra em uma gama vasta de praticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente. (PLOEG, 2008, p. 289)

O principio camponês atrai cada vez mais partes da população agrícola. Enquanto o roteiro da agricultura empresarial falha cada vez mais na definição de uma trajetória de desenvolvimento e sobrevivência convincente, o principio camponês, com seu enfoque na construção de uma base de recursos autônoma e autogovernada, especifica claramente formas de progressão. Isso acontece especialmente sob as condições atuais, extremamente adversas. Assim sendo, cada vez mais partes do mundo social e do mundo natural implícitas na agricultura são reordenadas de acordo com a lógica subjacente a condição camponesa e ao modo camponês de fazer agricultura. No nível do setor em geral isso se traduz na recampesinação crescente. (PLOEG 2008, p. 301).

O que é único do Império para Ploeg é o fato de ele converter a desconstrução dos modos de produção locais, a drenagem de riqueza e a indução associada à precariedade e redundância em fenômenos sem precedentes. Devido à centralidade do controle, o Império tende a ser onipresente e universal, introduzindo formas de controle em todos os lugares. Muitas vezes, tem sido salientado que os atores locais não estariam devidamente preparados para o desempenho de ações locais, pois as organizações dos agricultores familiares, dos assalariados rurais e dos sem-terra no Brasil seriam insuficientes em número e pouco representativas, com baixa capacidade de mobilização social, sendo que a escassa tradição associativa existente no campo seria um claro limitador de iniciativas centradas nos âmbitos exclusivamente locais. A abordagem orientada ao ator permite ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições, permite explorar os valores locais e conhecimentos.

Para tanto esta perspectiva exige profissionais ou equipes de profissionais com visão multidisciplinar, que trabalhem de forma conjunta, para que se possa alcançar a tão almejada sintonia entre a extensão e os agricultores, aproximando-se, dessa forma, da concretização do desenvolvimento rural. Para Deponti (2007), a formação acadêmica ortodoxa dos

profissionais que irão trabalhar com os agricultores é incompatível com a própria busca por desenvolvimento rural.

A perspectiva de Long e Ploeg permite uma reflexão sobre esse ponto, ao ressaltar a importância de serem estudados, entendidos e valorizados os estilos de vida locais. Com isso, colabora para a compreensão de que os pacotes ou políticas aplicadas pelos agentes interventores não são necessariamente o melhor para os grupos locais, pois desconsideram os projetos, as identidades e as motivações dos recipientes. Assim, indaga-se: Quem de fato não está preparado, os atores locais ou os agentes interventores? (DEPONTI, 2007).

Esta perspectiva pode servir como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e culturalistas e como um novo modo de conceituar as complexidades e dinâmicas da vida social (LONG, 2001). Ou seja, a agricultura de base ecológica está mais “próxima” do dito saber fazer daqueles agricultores. Como constatamos neste trabalho as formas de intervenção externas entram nos ambientes dos indivíduos e grupos sociais afetados, e assim, são mediados e transformados por estes mesmos atores e estruturas locais. Contudo, esse processo de transição de um modelo de produção baseado em técnicas presumidas pela modernização para uma produção ecológica não foi e/ou é simples, até por que os agricultores precisam convencer-se de que a tecnologia ecológica garante produção e a renda, para garantir o sustento de suas famílias.

Esses produtores rurais (os atores sociais ecológicos) tomam decisões baseadas em preferência de valores e conhecimentos disponíveis, recursos e relacionamentos (LONG, 2001). Assim, a própria ação dos agricultores para a prática de uma agricultura de base ecológica iniciou a partir da preocupação com problemas ambientais decorrentes da agricultura tradicional, que depois incorporou a modernização e somou-se a isso a extinção da cobertura vegetal natural e a degradação dos recursos hídricos. Com a geração de matéria prima ecológica para fomentar a agroindustrialização de produtos ecológicos a APA suscitou a transformação da região em pólo de referência em agricultura ecológica através da geração local de tecnologias apropriadas e promoção de cursos e treinamentos para técnicos e agricultores de outras regiões.

Sua abrangência conseguiu gerar uma redução da dependência do agricultor em relação ao sistema agroindustrial. Sendo que hoje as principais formas encontradas pelos agricultores que fizeram parte da entidade está a heterogeneidade e o estilo de agricultura, que conseguiram a manutenção da sua produção no ambiente altamente mercantilizado que constitui a agricultura hoje.

5 CONCLUSÕES

O padrão de colonização da fronteira agrícola em Rondônia, baseado na agricultura tradicional de derruba e queima, foi o responsável pelos grandes passivos ambientais que a região carrega. Descontentes com a situação, setores ligados ao sindicalismo rural e aos movimentos sociais passaram a fomentar o debate sobre uma agricultura mais sustentável para a região. Dessa forma nasceu o associativismo ecológico da APA, a fim de minimizar os impactos sociais, econômicos e ambientais que a agricultura tinha trazido para o estado.

A Associação dos Produtores Alternativos foi fundada com o intuito de promover um modelo de agricultura sustentável para a região central do estado de Rondônia, apoiada no estudo dos agroecossistemas da região e da Amazônia. Através de intercâmbios e muita experimentação os próprios agricultores foram desenvolvendo seus modelos para a região. Sua atuação no campo da produção ecológica elevou-a ao status de ONG, com o andamento de diversas demandas socioambientais. Coube aos diretores e a sua parceria com o governo federal a execução de algumas políticas públicas. Nesse mesmo tempo, foi se formando uma estrutura de poder, alicerçada no apoio político, e com interesses particulares.

A formação dos consórcios agroflorestais e a diversificação da produção foram conquistas dos associados da APA. A segurança alimentar tem hoje maiores garantias para sua efetivação. A infraestrutura, a cultura, e a educação foram alguns dos instrumentos utilizados pelos associados da APA, para conseguirem implantar suas unidades produtivas. O reconhecimento das espécies locais e da adaptação de espécies alóctones na região teve fundamental participação da entidade. Aos associados da APA coube a tarefa de assumirem o passivo ambiental e de recuperação da degradação dos solos através da agricultura ecológica.

A corrupção, a disputa pela mediação e o individualismo decorrente da falta de apoio institucional, levaram a entidade ao seu fechamento em 2007. Os ex-associados reconhecem que falharam ao não terem dado conta da tarefa que a organização passou a exigir. O apoio político também sofreu seriamente por conta das mudanças dos agentes políticos.

Ao mesmo tempo este estudo mostrou que existe uma perspectiva de transição agroecológica em Rondônia, em estado avançado, visto que os atores diretamente envolvidos, passaram por cima da experiência de não terem mais uma associação que os representasse. E as atividades individualizadas têm se mostrado mais comuns. As práticas, os sistemas instalados e que continuam a ser implantados, contribuem para o fortalecimento do que

podemos chamar de agricultura familiar de Rondônia.

Políticas públicas foram implementadas, mas não implantadas completamente nos anos em que a APA foi executora, devido ao seu próprio fechamento, como é o caso do PROAMBIENTE. As mais recentes políticas públicas em voga na região como o PAA e PAIS têm trazido esperança de comercialização e de capitalização aos agricultores desta pesquisa, principalmente porque atuam mais individualizadas. Políticas como o Pronaf, e os Territórios Rurais são de caráter mais amplo, necessitando para seu acompanhamento estudos futuros.

A confluência das abordagens da Agroecologia e da Perspectiva Orientada aos Atores demonstrou grande viabilidade para estudos desta grandeza. Conseguindo orientar a análise numa dimensão interdisciplinar, com o envolvimento da Ecologia, Economia e Sociologia. Os atores estão envolvidos e uma estrutura de arena de projetos, comercialização e resistência. A agricultura na região central de Rondônia mostrou que pode ser mais sustentável, para isso o interesse político e institucional deve continuar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Org.). **Desarrollo rural**: organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: CICCUS, 2006.

AJARA, A, C. **As difíceis vias para o desenvolvimento sustentável**: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico-econômico. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. 26 p. Disponível em: <<http://www.ence.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 fev. 2005.

ALLEGRETI, M. Do Avanço Brasil ao PPA de Lula, o que mudou do ponto de vista ambiental na agenda do desenvolvimentismo na Amazônia. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, RS, v. 17, n. 32, p. 15-34, jan./jun. 2006.

ALMEIDA, C. M. C. V. et al. **Sistemas agroflorestais como alternativa auto sustentável para o Estado de Rondônia**: histórico, aspectos agronômicos e perspectivas de mercado. Porto Velho: Planaflores; PNUD, 1995.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.

ARIMA, E.; UHL, C. **Pecuária na Amazônia Oriental**: desempenho atual e perspectivas futuras. Manaus: Imazon, 1996.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ALTERNATIVOS. **Acervo fotográfico**. 2004.

BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, 2001. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/pe_12.pdf>. Acesso em: 19 out. 2008.

BINSZTOK, J. Camponeses de Rondônia. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 228, p.30-35, jul. 2006.

BOURDIEU, P. Le champ économique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 119, p. 48-66, Sept. 1997.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano Amazônia Sustentável (PAS)**: cenários propostos para um novo desenvolvimento regional. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: território central de Rondônia. Brasília: MDA. out. 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos**. 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar rural. **Plano de Utilização da Unidade de Produção**. Brasília: MMA, 2005.

BULHÕES, F. M.; DAL SÓGLIO, F. K. A Agroecologia e a Perspectiva Orientada ao Ator na análise do processo de construção do conhecimento e da inovação. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 613-616. nov. 2009.

CANUTO J. C. Metodologia da pesquisa participativa em agroecologia. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA DO MARANHÃO, 2005, São Luiz, MA. **Anais eletrônicos...** São Luiz, MA: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARVALHEIRO, E. M.; GARCEZ, D. Da Perspectiva Orientada ao Ator ao Processo de Mercantilização: o caso da produção de banana ecológica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/6/768.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

CARVALHO, G. Hidrelétricas no Rio Madeira: as disputas em torno de dois megaprojetos na Amazônia. **Proposta**, Belém, n. 114, p.78-86, out./dez. 2007.

CASTELLS, M. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, F. A. Questão agrária e macro políticas para a Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 131-156, jan./abr. 2005.

DAL SÓGLIO, F. K. Manejo ecológico de pragas: de volta ao futuro. **Agriculturas: experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.4-6, abr. 2008.

DEPONTI, C. M. O processo de desenvolvimento rural à luz da perspectiva orientada ao ator: o caso da extensão rural brasileira. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. CD-ROM.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Sober, 2006.

FEARNSIDE, P. M. **A Hidrelétrica de Samuel: lições para as políticas de desenvolvimento energético e ambiental na Amazônia**. Manaus: INPA, 2004.

FEARNSIDE, P. M. **A ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento**. Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1989.

FEARNSIDE, P. M. Environmental destruction in the Brazilian Amazon. In: GOODMAN, D.; HALL, A. (Ed.). **The future of Amazonia: destruction or sustainable development**. London, England: The MacMillan Press, 1990. p. 179–225.

FELZKE, L. F. **Quando os ouriços começam a cair: a coleta de castanha entre os Gavião de Rondônia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2007.

FIGUEIREDO, L. D. Produzir sem destruir: a experiência da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste/RO. In: PETERSEN, P.; DIAS, A. (Org.). **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Rio de Janeiro: ANA, 2007. p.71-84. (Caderno do II Encontro de Agroecologia).

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
GEORGESCU-ROEGEN, N. **La décroissance**: entropie – écologie – économie. Paris: Sang de la Terre, 1979.

GRAS, A. A extensão do domínio da máquina. In: ZANONI, M. **Biossegurança**: transgênicos, terapia genética, células-tronco: questões para a ciência e a sociedade. Brasília: NEAD, 2004.

GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO. **O fim da floresta?** A devastação das unidades de conservação e terras indígenas no estado de Rondônia. Porto Velho: GTA, 2008.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007.

HOMMA, A. K. O. **Extratativismo na Amazônia**: limites e oportunidades. Brasília: Embrapa, 1993.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N. et al. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional. Belém: Cejup, 2001. p. 177-283. (Série Estado e Gestão Pública, n. 2).

IANNI, O. As formas do poder global. In: IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. p. 125-146.

IORIS, A. A. R. Amazônia, água e vida. **Proposta**, Belém, n. 114, p.16-24, out./dez. 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. 3 ed. México: Siglo XXI, 2002.

LEITE, M. “Florestania”: análises, princípios e propostas socioambientais para superar os vícios da economia de fronteira na Amazônia. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, RS v.17, n. 32, p.7-14, jan./jun. 2006.

LENTINI, M.; VERISSÍMO, A.; PEREIRA, D. A expansão madeireira na Amazônia. **O Estado da Amazônia**, Belém, n. 2, p. 1-5, maio 2005. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/o-estado-da-amazonia/a-expansao-madeireira-na-amazonia>>. Acesso em: 12 maio 2008.

LEROY, J. P. A Amazônia, sinal da nossa perdição ou esperança do futuro? Segundo ato de uma peça em três atos. **Proposta**, Belém, n. 114, p.9-15, out./dez. 2007.

LISBOA, P. L. B. **Rondônia**: colonização e floresta. Brasília: CNPQ, 1989.

LITTLE, P. E. **Projetos alternativos – PDA**: sua influência na construção do Proambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London; New York: Routledge, 2001.

LONG, N.; PLOEG J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). **Rethinking social development**: theory, research and practice. England: Longman, 1994. p. 62-90.

MATTOS, L. M.; FALEIRO, A.; PEREIRA, C. Uma proposta alternativa para o desenvolvimento da produção familiar rural da Amazônia: o caso do Proambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 4., 2001, Belém. **Anais...** Belém: ECOECO, 2001.

MENEZES, M. A. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James Scott. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 32-44, jan./jun. 2002.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-29.

MORETTO, C. F.; GIACCHINI, J. **Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade**: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável. Passo Fundo: UPF, 2006. (Texto para discussão, n. 06/2006).

MOTTA, R. S. S. Custos e benefícios do desmatamento na Amazônia **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, RS, v.17, n. 32 p. 73-84, jan./jun. 2006.

NARESSI, G. A **Transição agroecológica no assentamento rural Fazenda Piratuba**: percepções, práticas e perspectivas. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras, SP, 2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do

futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2001.

NEVES D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

_____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

OLIVEIRA, C. L. **Da vaca sagrada da Índia a boi consagrado na Amazônia**: a irresistível ascensão do Zebu. 2001. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. **Anthropologie et développement**: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: APAD- Karthala, 1995. 221p.

PACÍFICO, D. A. **Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica**: o projeto Café de Lerroville/PR. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PERDIGÃO, F; BASSEGIO, L. **Migrantes amazônicos/Rondônia**: a trajetória da ilusão. São Paulo: Loyola, 1992.

PETTER, R. L.; PETTER, V. L.; QUADROS, G. A. S. Desenvolvimento territorial: uma análise espacial e sua relação com a ruralidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 938-941. fev. 2007.

PLOEG, J. D. V. D.; RENTING, H. Behind the ‘Redoux’: a rejoinder to David Godman. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 2, p.233-242. abr. 2004.

PLOEG, J. D. V. D; **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais).

PLOEG, J. D. V. D; **Resistance of the third kind and the construction of sustainability**. 2007. Disponível em: <<http://www.jandouwvanderploeg.com/en/empire-peasantry-and-resistance/resistance-of-the-third-kind>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV. 2000.

QUOOS, R. D. **Desenvolvimento rural sustentável na região de Ouro Preto do Oeste - RO**: desafios da ater agroecológica. Santa Maria: UFSM. 2007. 94 p. Relatório de Estágio Supervisionado em Engenharia Florestal.

RODIGHERI, H. R. **Rentabilidade econômica comparativa entre plantios florestais e sistemas agroflorestais com erva mate, eucalipto e pinus e as culturas do feijão, milho, soja e trigo**. Colombo/PR: Embrapa; CNPF, 1997. (Circular técnica, 26).

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Boletim Climatológico de Rondônia – 2003**. Porto Velho: SEDAM, 2005.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Monitoramento de focos de calor em Rondônia em agosto 2009**. Disponível em: <<http://www.sedam.ro.gov.br>>. Acesso em: 11 set. 2009.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. **Zoneamento socioeconômico-ecológico do Estado de Rondônia**: um instrumento de gestão ambiental a serviço do desenvolvimento sustentável de Rondônia. Porto Velho: SEDAM, 2007.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. **Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e dos Municípios de Rondônia - 2002-2005**. Porto Velho: SEPLAN, 2008.

SANTILLI, J. Populações tradicionais e suas relações com o território: as reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável. In: SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica e diversidade biológica e cultural. São Paulo: IEB/ISA, 2005. p. 318-162.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

SARMENTO, S. S. O. **A representação social de uma trajetória**: APA – Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste – RO. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.

SCHNEIDER, R. R. et al. **Amazônia Sustentável**: limites e oportunidade para o desenvolvimento rural. Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazon, 2000.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SERRÃO, E. A. S.; HOMMA, A. K. O. **Agriculture in the Amazon: the question of Sustainability**. Washington, DC: Committee for Agriculture Sustainability and Environment in the Humid Tropic, 1991.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS)**. jul. 2006. Disponível em: <http://www.rts.org.br/publicacoes/arquivos/cartilha_pais.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2010.

SMERALDI, R. PPA 2004-2007 e obras de infra-estrutura na Amazônia. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, RS, v. 17, n. 32, p. 35-44, jan./jun. 2006.

SMERALDI, R.; MAY, P. H. **Uma nova fase na pecuarização da Amazônia brasileira**, São Paulo: Amigos da Terra, 2008. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/arquivos/259381.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2008.

SODERBAUM, P. Values, ideology and politics in ecological economics. **Ecological Economics**, v. 28, n. 2, p. 161-170, 1999.

TURA, L. R.; COSTA, F. A. (Org.). **A Produção familiar rural na Amazônia**. Rio de Janeiro: FASE, 2004. Disponível em: <<http://www2.fase.org.br/admin/preview.asp?conteudoid=547>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

_____. (Org.). **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica; Fase, 2000.

VEIGA, J. E. Agricultura no mundo moderno: diagnósticos e perspectivas. In: TRIGUEIRO, A. **Meio Ambiente no Século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, 2001.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma Projeto Demonstrativos (PDA). In: LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contracapa; LACED, 2002. p. 87-105.

APÊNDICE A – Questionário utilizado no estudo

QUESTIONÁRIO

Data / /

ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

a) Dados Gerais:

1. Nome:
2. Município:
3. Idade:
4. Escolaridade:
5. Estado civil:
6. Contatos:

b) Unidade Familiar:

1. Como é formada a família
2. Como é a divisão de tarefas na família?
3. As crianças freqüentam a escola?
4. Recebe algum tipo de benefício? Aposentadoria, Bolsa Família, escola...
5. Qual a procedência da família?
6. Quais as festas da comunidade?

c) Infraestrutura:

1. Qual o destino do lixo?
2. Como é o abastecimento de água para a casa?
3. Possuem luz elétrica? Desde quando?

ASPECTOS SOCIOPOLÍTICOS

d) Dados da Associação

1. Como surgiu a Associação?
2. Qual o objetivo da Associação?
3. O que gerou interesse para o ingresso na Associação?
4. Qual a diferença da Agricultura que praticava antes para a que pratica hoje?
5. O que aprendeu com a Associação?
6. A sua maneira de produzir mudou com o fechamento da APA?
7. Existe alguma entidade que faz o papel da APA hoje?
8. Porque a APA fechou?
9. As atividades em associação dão certo?
10. A ação da APA trouxe algum benefício para a comunidade?
11. O que influenciou para que a associação não desse mais certo?
12. O que deveria ter sido feito diferente?

e) Estratégias de Produção e Comercialização

1. Quais os alimentos que a família consome?
2. Os que não são produzidos são comprados onde?
3. Acessa alguma linha de crédito?
4. Possui equipamentos agrícolas?
5. Você vende o excedente da produção? Para quem?

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

f) Transição Agroecológica

1. A família continua produzindo com técnicas ecológicas?
2. Quais as técnicas aprendidas com a APA que sobreviveram?
3. Utiliza as Áreas de Preservação Permanente? Reserva Legal?
4. O que você produz hoje?
5. Porque você decidiu continuar produzindo sem venenos?
6. Qual a mão-de-obra utilizada? Contrata alguém de fora?
7. Qual a forma de agricultura praticada antes da APA?
8. De quanto tempo foi o período de mudança?
9. Quais os maiores benefícios da Agroecologia?
10. Como é o gerenciamento da propriedade, quais dos métodos você utiliza?
11. Percebeu alguma inovação que trouxe resultados?
12. Percebeu o reaparecimento de plantas e/ou animais?

g) Perspectivas e possibilidades:

1. Você participa de alguma associação nova?
2. Participou de algum curso ou reunião de projeto nos últimos tempos?
3. Você prefere trabalhar em grupos, associações, organizações ou individualizado?
4. Quais entidades já ajudaram a família?
5. Quais as mudanças que você gostaria de fazer na sua propriedade?
6. Como é feita hoje a Assistência Técnica e Extensão Rural?